



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

WILON MAZALLA NETO

**AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: ENTRE O  
DEBATE TEÓRICO E SUA CONSTRUÇÃO PELOS  
AGRICULTORES CAMPONESES**

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2014





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

WILON MAZALLA NETO

**AGROECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS : ENTRE O  
DEBATE TEÓRICO E SUA CONSTRUÇÃO PELOS  
AGRICULTORES CAMPONESES**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutor em Engenharia Agrícola, na área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Orientadora: Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO WILON MAZALLA  
NETO, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. SONIA  
MÁRIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO.

CAMPINAS  
FEVEREIRO DE 2014

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura  
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

M456a Mazalla Neto, Wilon, 1981-  
Agroecologia e movimentos sociais : entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses / Wilon Mazalla Neto. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Reforma agrária. 2. Campesinato. 3. Movimentos sociais. 4. Emancipação. 5. Ecologia. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira, 1944-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Agroecology and social movements : the theory and practice by peasants

**Palavras-chave em inglês:**

Agrarian reform

Peasant

Social movements

Emancipation

Ecology

**Área de concentração:** Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

**Titulação:** Doutor em Engenharia Agrícola

**Banca examinadora:**

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

Henrique Tahan Novaes

Fernando Silveira Franco

Maristela Simões do Carmo


Julieta Teresa Aier de Oliveira

**Data de defesa:** 25-02-2014

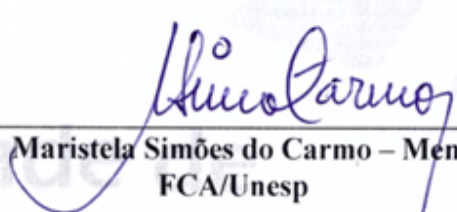
**Programa de Pós-Graduação:** Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Tese de Doutorado** defendida por **Wilson Mazalla Neto**, aprovada pela Comissão Julgadora em 25 de fevereiro de 2014, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora**  
**Feagri/Unicamp**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes – Membro Titular**  
**FFC/Unesp**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Fernando Silveira Franco – Membro Titular**  
**UFSCar**

  
\_\_\_\_\_  
**Profa. Dra. Maristela Simões do Carmo – Membro Titular**  
**FCA/Unesp**

  
\_\_\_\_\_  
**Dra. Julieta Teresa Aier de Oliveira – Membro Titular**  
**Feagri/Unicamp**



*Dedico,*

*À minha avó, que tanto me ensinou sobre o amor e,  
hoje já não esta mais entre nós (in memorian)*

*E ao seu Élzio, meu mestre, meu amigo, meu  
companheiro de luta*





## RESUMO

O campo brasileiro tem enfrentado, nos últimos 50 anos, sinais de crise ambiental e social cada vez mais significativos, que vêm se consolidando desde a segunda metade do século XX no bojo da revolução verde, modelo que segue se fortalecendo no que hoje se denomina agronegócio. Neste contexto, a Agroecologia aliada à trajetória de luta e resistência camponesa por meio dos movimentos sociais, passou a chamar atenção como formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o agravamento dos problemas sociais e ecológicos. A abordagem dessa pesquisa foi investigar as experiências teóricas e práticas em Agroecologia, vividas e construídas pelos agricultores camponeses dentro dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como novas formas de relação com o trabalho e com a natureza. Identificou-se iniciativas de transformação cultural, nas quais as experiências concretas no mundo da vida e da cultura se constituem como embriões de renovadas relações sociais que superem as anteriores de opressão, exploração e destruição da natureza. Desta forma, foi possível identificar uma série de aspectos emancipadores do trabalho e da cultura nas experiências agroecológicas dos agricultores camponeses, com destaque para o controle do processo e do tempo de trabalho, as múltiplas significações da natureza e ação ideológica na relação campo cidade.

Palavras chave: Agroecologia, Cultura, Reforma Agrária, Campesinato, Emancipação



## ABSTRACT

Over the last 50 years the Brazilian countryside has been exhibiting significant signs of environmental and social crises which have been growing since the second half of the twentieth century with the development of the green revolution. This model continues to intensify and is nowadays known as agribusiness. In this context, associated with struggle and with peasant resistance through social movements, Agroecology, with its organizational, technological and cultural forms, has begun to draw attention as a way to overcome these social and ecological problems. The objective of this research was to investigate the theoretical and practical experiences of the peasant farmers within MST (Landless Workers' Movement in Portuguese) settlements and camping grounds as new ways of relating to nature and work, in Agroecology. We identified initiatives of cultural transformation whereby practical experiences in life and culture cultivate new social interrelationships which can overcome previous oppression and the exploitation and destruction of nature. Through our research this study identifies a series of emancipatory aspects of work and culture in the agroecological experiences of peasant farmers with particular emphasis on processes and time management at work, the various understandings of nature and ideological action regarding the city-countryside relation.

Keywords: Agroecology, Culture, Land Reform, Peasant Studies, Emancipation



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	1
1. INTRODUÇÃO .....	5
2. METODOLOGIA .....	15
2.1 Ferramentas de pesquisa.....	18
2.2 Recorte analítico e Ações da pesquisa .....	22
3. AGROECOLOGIA COMO PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL .....	27
3.1 Construção histórica da Agroecologia e sua conceitualização crítica.....	27
3.2 As contribuições da teoria da Alienação à dimensão de transformação social da Agroecologia .....	32
3.3 A Proposta Agroecológica de intervenção na realidade.....	45
4. AGROECOLOGIA COMO LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO BRASILEIRO .....	55
4.1 Trajetória camponesa brasileira .....	55
4.2 A resistência como luta social direta.....	65
4.3 Agroecologia nos movimentos sociais do campo .....	72
5. AGROECOLOGIA, TECNOLOGIA E TRABALHO .....	81
5.1 Tecnologia, trabalho e poder.....	81
5.2 Revolução Verde - Industrialização da agricultura e subordinação do trabalho.....	89
5.3 O enfraquecimento do modelo da revolução verde e a resposta biotecnológica .....	104
5.4 Aspectos da emancipação do Trabalho na Agroecologia.....	111
6. AGROECOLOGIA, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURA .....	129
6.1 Agroecologia, Cultura e filosofia da práxis .....	129
6.2 Transformações culturais e assentamentos da reforma agrária.....	141
6.3 Aspectos emancipadores da cultura na Agroecologia.....	150
6.4 Educação Popular e emancipação na Agroecologia.....	162
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
8. REFERÊNCIAS .....	181
ANEXOS.....	191



*“Depois que você planta os pé em cima da terra é que a luta vai começá.”*

***Seu Pedro***

*“Pra mim todo dia é domingo.. Sou livre, faço o que quero, se eu quiser parar eu paro, se eu quisé trabalha eu vou trabalha... Sô liberto, fui liberto da escravidão do trabalho.”*

***Seu Elzio***





*“Vidro moído ou areia  
No café da manhã  
E um sorriso nos lábios  
Ensopadinho de pedra  
No almoço e jantar  
E um sorriso nos lábios  
O sangue, o roubo, a morte  
Um negro em cada jornal  
E um sorriso nos lábios  
Noventa e cinco sorrisos  
Suando na condução  
E um sorriso nos lábios...*

*Mas sonha que passa  
Ou toma cachaça  
Agüenta firme, irmão  
Na oração  
Deus tudo vê e Deus dará  
Ou então acha graça  
É tão pouca a desgraça  
Mas no fim do mês  
Lembra de pagar a prestação*

*Desse sorriso nos lábios, é  
Desse sorriso nos lábios, pois é  
Desse sorriso nos lábios...*

*O jogo, a néga, a loteca  
A fome e o futebol  
E um sorriso nos lábios  
A taça, a vida, a dureza  
Viva a beleza do sol  
E um sorriso nos lábios  
Os olhos fundos sem sono  
Os corpos como lençol  
E um sorriso nos lábios  
O cerco, a vida, o circo  
Silêncio, um medo anormal  
E um sorriso nos lábios”*

**Gonzaguinha, Sorriso nos Lábios**



*“É a conta menor que tiraste em vida  
É de bom tamanho, nem largo, nem fundo  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
Não é cova grande, é cova medida  
É a terra que querias ver dividida  
É uma cova grande pra teu pouco defunto  
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo  
É uma cova grande pra teu defunto parco  
Porém mais que no mundo, te sentirás largo  
É uma cova grande pra tua carne pouca  
Mas à terra dada não se abre a boca  
É a conta menor que tiraste em vida  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
(É a terra que querias ver dividida)  
Estarás mais ancho que estavas no mundo  
Mas à terra dada não se abre a boca”*

*Morte e Vida Severina*

*João Cabral de Melo Neto*



## AGRADECIMENTOS

A construção desta tese, em muito, se confunde com minha construção pessoal e, por isso, com justiça e afeto, registro nesse pequeno trecho minha singela homenagem a todos aqueles e aquelas com quem compartilhei essa caminhada. Esta tese foi escrita por mim, mas é o resultado de todas as experiências vividas coletivamente, de todos os aprendizados pelos quais passei, de todas as alegrias que celebrei, de todas as angústias que dividi e de todas as lutas que enfrentei no processo de elaboração teórica e atuação prática como pesquisador extensionista.

Agradeço,

Primeiramente aos meus pais e irmãos, que sempre foram o alicerce de amor desde a mais tenra idade. À minha mãe Romilda, que como uma fonte inesgotável de amor sempre me apoiou nos momentos de maior fragilidade e dúvida. Ao meu pai Wilson, exemplo forte de integridade, competência e perseverança, quem me ensinou os primeiros passos de amor à natureza e de preocupação com o próximo. Aos meus irmãos que sempre me atribuíram confiança e credibilidade extraordinária, me fazendo acreditar que eu era capaz.

Aos amigos Tessy, Lais, Tira, Bruna e Maíra que são minha referências políticas, minhas referências na vida, com quem aprendi a ser um educador popular, a estar em um coletivo e dividir a experiência da autogestão e a enxergar a vida com as lentes da tolerância, da alegria e da liberdade. Com eles aprendi que o caminho é duro, a luta é contraditória e que é preciso estar ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras sempre. Mas, acima de tudo, com eles dividi muitas alegrias e conquistas nesse caminhar. É bastante fácil amar quem agente admira tanto.

Aos meus companheiros e companheiras da luta do campo. Seu Elzio, Soraia, Lenira, Mineira, Clarisse, Kanova, Luciana, Guê, Fabetz, Amelie, Midori, Bijú, Camila, que tanto me ensinaram, na prática e com as vísceras, sobre a luta do povo e a luta pela dignidade. Me ensinaram sobre Agroecologia e que é na terra, de baixo de lona no sol escaldante que surge a alegria de compartilhar um ideal coletivo e igualitário.

À Marina, com quem aprendi tanto sobre mim mesmo, sobre como são incríveis os atos simples do cotidiano, sobre curiosidade e humildade no trabalho com os grupos populares, sobre aprender com paixão, e, sobretudo, por ter partilhado comigo, nessa caminhada, momentos de extrema intensidade e beleza.

Aos amigos de todas as horas Tati, Marcelo, Danuta, Daniela, Ioli, Fabinho, Aline, Denis, Juliana, Juliano, Veronica, Flavinho, Rafael, Djalma e Franz. No convívio com vocês, sobretudo em nossas conversas, fui construindo grande parte do que sou, penso e faço. Com vocês, fui construindo ao poucos, com paciência e afeto, meus valores políticos e humanos, minha forma de enxergar o mundo.

Aos amigos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e do Universidade Popular sobretudo Theo, Taufic, Maria Emília e Bruno que me ensinaram muito sobre tantas áreas do conhecimento, sobre a opressão e com quem compartilhei passos encantadores dentro da Educação Popular.

Aos amigos do grupo de pesquisa da Feagri, Lourival, Ricardo, Vanilde, Taisa, Ana Luisa, Fernando, Kellen e Erika, com quem aprendi muito sobre ser pesquisador, na atuação prática, nas reflexões teóricas e nas abordagens metodológicas.

Obrigado ao amigos de Córdoba David Gallar, Isa, Ines, Jordi, Angel e Mari, que de forma muita generosa me acolheram, me ensinaram sobre Agroecologia, a questão agrária espanhola e a cultura local, mas, sobretudo, porque foram amigos e companheiros quando estava longe de casa.

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Sonia, quem muito mais fez do que me orientar, parceira com muita sensibilidade que permitiu o desenvolvimento de meu pensamento crítico, pela forma carinhosa e cuidadosa de me suportar, pelo amparo conceitual e pelo seu otimismo sempre. Com ela aprendi muito, foi ela quem me introduziu no mundo da reforma agrária e do campesinato e, desde então, se tornaram paixões. Obrigado, pela compreensão e paciência com meu processo, as vezes, confuso e conturbado de reflexão teórica. Obrigado pelo apoio quando precisei, pela segurança quando era necessária, pelos aportes precisos e contundentes e obrigado pela amizade que construímos nesses anos.

À professora Julieta, que me introduziu com muito cuidado e apoio ao mundo da pesquisa e da agricultura familiar.

À professora Maristela e ao Henrique Novaes grandes teóricos na Agroecologia e nas teorias emancipatórias respectivamente, pessoas que tive o prazer de ver tornar-se amigos.

Ao professor Celso Lopes, que me introduziu na extensão universitária e me apresentou às comunidades quilombolas, que certamente me fez mais perguntas que deu respostas, mas ajudou a construir meu encontro com os grupos populares.

Ao CNPq, pela bolsa de doutorado, que possibilitou a concretização desta tese.

A CAPES, que financiou o estágio sanduiche na Espanha.

A Feagri UNICAMP, pelo apoio institucional, aos seus funcionários por fornecerem as condições e a disposição para que essa pesquisa fosse realizada.





## LISTA DE SIGLAS

- ABA** – Associação Brasileira de Agroecologia
- ANA** – Articulação Nacional de Agroecologia
- ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- AST**- Adequação sociotécnica
- C&T** – Ciência e Tecnologia
- CEB** – Comunidade Eclesiástica de Base
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- Cooperal** - Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENA** – Encontro Nacional de Agroecologia
- ESALQ**- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo
- ETR** - Estatuto do Trabalhador Rural
- FAO** - Organização para a Agricultura e a Alimentação
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITCP** – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
- ITESP** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- OGM** - Organismo Geneticamente Modificado
- ONG** – Organização Não Governamental
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PADCT** - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- PARA** - Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PNAPO** - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

**SIBER** - Sistema Brasileiro de Extensão Rural

**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural

**TA** – Tecnologia Apropriada

**TC** – Tecnologia Convencional

**TS** – Tecnologia Social

**ULTAB** - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

## APRESENTAÇÃO

Essa apresentação é mais um relato de uma história individual feita em meio a paixões, projetos políticos, militância e sobretudo curiosidade científica. Trata-se mais ou menos de uma daquelas histórias nas quais se conta que todos os caminhos me trouxeram aqui, com a diferença que neste caso é a pura verdade.

Sempre fui completamente atraído de forma irracional pela paixão do povo brasileiro. Sentimento conturbado, que trazia raiva de um lado, por todo sofrimento, dor e opressão, marcada nas expressões faciais e na história desse povo miscigenado, com quem eu encontrava todos os dias, servindo cafezinho, arrumando a casa da minha mãe, nas favelas, trabalhando nos sítios que visitei, catando latinha na rua, apanhando, sendo preso e expulso de suas terras.

Ao mesmo tempo, um encantamento e curiosidade estavam presentes em mim, pela alegria e pela paixão que carrega no olhar esse povo sofrido, que apesar de tudo, de toda a humilhação, violência, preconceito e subjugação, seguiam em frente, de cabeça erguida e sorriso estampado no rosto. Cantando, dançando, dividindo o prato de comida, ajudando uma ao outro a plantar, construindo casas em mutirões, fazendo o samba, o forró para alegrar a vida dessas rainhas e reis do gueto.

E essa inquietação foi o motor da minha atuação militante e minha agitação científica e teórica. Fui passo a passo, tentando entender como atuava essa bravura e coragem de enfrentar o dia a dia, descobri nesse caminhar que havia muita beleza e inteligência, engenhosidade, arte e resistência na solidariedade desse povo soberano na miséria. A imagem do vagabundo, marginal, preguiçoso e ladrão que a televisão e os jornais bombardeavam em minha cabeça desde menino foram sendo corroídos ano a ano e se transformando na imagem de heróis e heroínas, lutadores e lutadoras da dignidade.

Logo, na Faculdade de Engenharia de Alimentos tive contato com projetos sociais que trabalhavam com educação alimentar, também participei de um projeto de extensão que trabalhava a leitura e a imaginação com crianças da periferia de Campinas. Aprendi sobre a ciência dos alimentos e a tecnologia de transformá-los. Um pouco de decepção aparecia ao perceber que a produção industrial estava mais preocupada em dar lucros para as grandes empresas de alimentos que em se preocupar de fato com a alimentação e a saúde da população.

Ao mesmo tempo, a participação no movimento estudantil despertou a paixão pela luta política e a percepção de que havia caminhos possíveis a serem trilhados na direção de reagir e atuar frente tudo aquilo que eu achava injusto na sociedade.

No final da graduação conheci as experiências da Feagri com os estudos sobre agricultura familiar, a reforma agrária e a sustentabilidade. Fiz algumas matérias sobre esses temas e fui me aproximando da questão ambiental, da história da agricultura brasileira e da produção de alimentos. Nesta mesma fase, trabalhei no projeto de extensão Universidade Solidária no Vale do Ribeira, onde, na oportunidade, trabalhamos com cinco comunidades quilombolas. Aprendi imensamente sobre a cultura desse povo totalmente diferente de mim, que me apresentou uma identidade profunda, um sentido de comunidade, onde descobri que a universidade não é mãe do conhecimento e da verdade. Ao mesmo tempo, fui me aproximando da agricultura ecológica através da permacultura que culminou com um estágio na Amazônia em um instituto de permacultura, trabalhando com comunidades ribeirinhas.

Quando de meu retorno, ingressei no programa Residência Agrária e trabalhei no programa Comunidades Quilombolas da Unicamp, onde tive contato intenso com os camponeses da reforma agrária e quilombolas, que me ensinaram muito mais sobre a arte de sobreviver. Fui, então, me aprofundando na extensão universitária na esfera da produção, da tecnologia do campo e da questão ecológica como áreas de atuação e interesse teórico. A Agroecologia aparecia como alternativa neste sentido, na busca de uma reorganização do trabalho e da tecnologia numa relação menos destrutiva com a natureza e menos opressora aos homens e mulheres, um movimento prático e uma nova ciência. Um primeiro flerte, uma dúvida se esse tipo de estratégia poderia realmente melhorar a vida das pessoas. Por sua vez, o curso de especialização em “Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa” foi uma primeira experiência com a pesquisa científica.

Já nesse momento brotavam os incômodos de que a mudança na sociedade não viria simplesmente pela tomada do Estado e por uma luta institucional, mas que teria que passar inevitavelmente, pela resignificação das relações sociais em todos os campos da vida. Surge também a paixão pela extensão, a esperança no trabalho da educação popular como forma de contribuir e fortalecer na luta de resistência e superação dos oprimidos no Brasil. Neste momento também, fui tomado pela magia e empolgação da mística presente nos movimentos de luta camponesa, experienciando em atividades do MST. Um sentimento de pertença, força e

solidariedade, que invade todos os poros do corpo e ocupa todos seus cantos. Momentos efêmeros que se perpetuam na mente como esperança da vida liberta.

Ingressei, então, no mestrado na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável da Feagri - UNICAMP. Neste momento, entrou em cena a junção dos estudos da Agroecologia e do processamento de alimentos, estudei como as técnicas de conservação e transformação de alimentos tradicionais, presentes nos assentamentos de reforma agrária, poderiam se compor dentro da estratégia agroecológica e contribuir para a preservação ambiental e relações mais solidárias e democráticas na agricultura. A experiência do mestrado foi muito relevante para a formação como pesquisador, o contato com teorias e bases conceituais sobre a questão agrária, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e campesinato, bem como um arcabouço robusto de abordagens analíticas e metodologias científicas.

Após o mestrado trabalhei na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), um projeto de extensão apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp, onde tive contato com uma densa produção teórica e científica sobre educação popular, autogestão e os estudos sociais da tecnologia. Paralelamente desenvolvia uma experiência muito relevante e intensa de extensão e educação popular em assentamentos e acampamentos da reforma agrária na região de Campinas.

Em 2010, ingressei no doutorado na mesma área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável da Feagri, onde tive a oportunidade de participar de vários projetos de pesquisa sobre a agricultura familiar e extensão rural que me deram bagagem sobre a atividade de pesquisa e sobre o grande universo concreto da agricultura familiar. Participei de congressos nacionais e internacionais sobre sociologia rural e desenvolvimento sustentável que agregaram muito como experiências acadêmica e científica no intercâmbio de conhecimentos, metodologias e experiências com pesquisadores de várias partes do mundo. O estágio sanduíche na Universidade de Córdoba, na Espanha, foi também, muito importante para a construção desse doutorado, o grupo de pesquisa da Universidade de Córdoba onde realizei o intercâmbio é uma das maiores referências científicas em Agroecologia e pude entrar em contato com uma vasta produção acadêmica sobre o tema em várias partes do mundo e um aprofundamento dos estudos sociais sobre a Agroecologia.

Todos esses elementos são componentes insubstituíveis deste trabalho de pesquisa. A vivência com as comunidades rurais e contato direto com seus problemas cotidianos, suas formas de pensar, se organizar, e de produzir; a atividade como pesquisador e educador popular; as vivências de luta dos movimentos sociais; o contato com inúmeros pesquisadores e pesquisas na área de desenvolvimento sustentável; os estudos aprofundados sobre Campesinato, Reforma agrária, Estudos sociais da Agroecologia, Sociologia rural, Educação popular. Todas essas partes compõe essa pesquisa que busca estudar o universo dos assentamentos e acampamentos em suas experiências com a Agroecologia como forma emancipadora de relação com o trabalho, os camponeses e a natureza.

Se esse trabalho chegou até aqui foi por essa paixão e esse dever ao povo brasileiro. Um povo que não chega à Universidade e que, em muitas situações, a Universidade não chega até ele. Todavia, essa tese expressa um sonho, um desejo e uma pequena contribuição em direção ao tempo em que não existirá a cultura popular e a cultura erudita, os livros e os contos orais, um tempo onde não haverá divisões e cercas, mas a cultura brasileira como a cultura dos libertos.

## 1. INTRODUÇÃO

O campo brasileiro vêm enfrentando nos últimos 50 anos sinais de crise ambiental e social cada vez mais significativos que, segundo o professor Eduardo Sevilla Gúzman, da Universidade de Córdoba na Espanha está se constituindo como uma crise civilizatória.

A revolução verde, modernização conservadora, modernização reflexiva, modernização dolorosa ou qualquer outro nome que lhe seja atribuída modificou a forma de produzir, fazer agricultura e ocupar o campo. Desempenhou e ainda desempenha papel central no acirramento dessa crise ambiental e social na agricultura e no mundo rural. No Brasil, esse processo de agricultura se engendra junto ao golpe de 1964, sobre a justificativa de tornar a produção agrícola eficiente, aumentando a escala de produção dos gêneros agrícolas para atender os requisitos necessários para a competição agrícola no mercado exterior. (Martine, 1989)

Esse modelo produtivista transformou a agricultura e a deixou mais próxima do processo industrial, através da mecanização, da modificação genética e do uso de insumos químicos. A agricultura foi artificializada e passou a ser controlada pelo capital. A revolução verde fomentou também, as indústrias produtoras de fertilizantes, herbicidas, pesticidas, adubos, maquinários, sementes, vacinas e medicamentos. Como consequência da adoção desse modelo, no decorrer das décadas seguintes, foi se observando no campo o empobrecimento de solo, a queda de produtividade da terra, desequilíbrios nos ecossistemas, degradação ambiental, pobreza rural e êxodo rural.

Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2009, o Brasil tinha relacionado 434 tipos de agrotóxicos e, nesse mesmo ano, foram vendidas 789.974 toneladas do gênero. Ainda segundo a Anvisa, o Brasil se destaca hoje no cenário mundial como o maior consumidor de agrotóxicos, respondendo, só na América Latina, por 86% do consumo desses produtos. O programa PARA (Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos) da Anvisa registrou que vários alimentos dentre eles, arroz, alface e feijão apresentaram em 2008, índices de resíduos de agrotóxicos maiores do que os limites aceitáveis para a saúde humana. Segundo outra publicação, os *“Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”* do IBGE (2010), só no estado de São Paulo, entre 2005 e 2008 foram desflorestados 24 km<sup>2</sup> de área da mata atlântica. Esses dados estatísticos buscam apenas

materializar alguns aspectos dos problemas ambientais e sociais que o rural brasileiro têm enfrentado.

Segundo Martine (1989), a modernização conservadora conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento da produção, porém acentuou os níveis de pobreza, a concentração da terra, a expropriação de trabalhadores do campo, que gradativamente, perderam suas terras e assistiram a degradação das condições de trabalho no meio rural. Observou-se que, entre décadas 1960 e 1980, 30 milhões de agricultores deixaram o campo e foram para as cidades pelo êxodo rural. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico 2010, o contingente da população em extrema pobreza<sup>1</sup> totaliza 16,27 milhões de pessoas no Brasil, o que representa 8,5% da população total. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%), revelando que o problema social no campo está longe de ser resolvido.

Ficaram, assim, evidentes os problemas sociais e ambientais que se consolidaram no campo brasileiro na segunda metade do século XX construídos no bojo da revolução verde e no que hoje se denomina agronegócio, que traz a mesma forma produtivista e concentradora no mundo rural. Neste contexto, a Agroecologia aliada a trajetória de luta e resistência camponesa e sua configuração em assentamentos passaram a chamar atenção através de formas organizativas, tecnológicas e culturais com potencial de superar o agravamento dos problemas sociais e ambientais no campo brasileiro.

Nessa tentativa, a Agroecologia se coloca como base teórico metodológica para a construção de estilos de agricultura sustentável. Dessa forma, a Agroecologia, não é um modelo de agricultura de base ecológica, aborda a organização social, o comportamento econômico e a postura política na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. (Caporal e Costabeber, 2002).

A Agroecologia poderia, então, sustentar um novo paradigma baseado na busca de qualidade de vida através da geração de renda, segurança alimentar garantida na própria propriedade; produção de alimentos saudáveis, limpos e acessíveis para a população, atendendo o

---

<sup>1</sup> A linha de extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70,00 per capita considerando o rendimento nominal



mercado interno; equilíbrio com os ecossistemas e produção sustentável e ecológica locais. (Caporal e Costabeber, 2007).

Vêm, também, fortalecendo iniciativas que se opõem à degradação ambiental e a exploração dos trabalhadores rurais, quando traz embutida a lógica de permanência na terra e as práticas de conservação ecológicas, ancorada na ciência que integra conhecimentos acadêmicos de diferentes disciplinas e saberes tradicionais.

A Agroecologia nas últimas duas décadas vêm crescendo de forma significativa em cursos, experiências produtivas, projetos de extensão, encontros e seminários, e foi ganhando, pouco a pouco, expressão social e científica que culminaram na promulgação do decreto N° 7.794, de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) com o objetivo de *“integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.”*<sup>2</sup>

A Agroecologia apresenta, hoje, duas entidades organizativas de expressão nacional. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que reúne movimentos, redes e organizações engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. A ANA promove o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) para favorecer a ampliação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) foi fundada em 2004, durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia para promover, ou apoiar reuniões, seminários e congressos de Agroecologia, sendo seu principal espaço o Congresso Brasileiro de Agroecologia. Os congressos brasileiros de agroecologia visam reunir profissionais, estudantes e agricultores/as de todo o país e do exterior para intercambiar os conhecimentos e experiências para avançar na concepção científica e metodológica da Agroecologia.

A Revista Brasileira de Agroecologia, ligada à ABA, apresenta expressão bastante relevante no contexto brasileiro e divulga publicações que procuram desenvolver abordagens

---

<sup>2</sup> Decreto completo em anexo. (anexo 1)

sistêmicas, interdisciplinares, contextualizadas e complexas dos agroecossistemas e suas interações multiníveis. Desenvolve enfoques científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, como a Ecologia, a Agronomia, a Veterinária, a Zootecnia, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a Economia, e que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural<sup>3</sup>.

Existem também hoje no Brasil cerca de 120 cursos formais de Agroecologia ou com ênfase em Agroecologia, dentre cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de licenciatura, bacharelado e tecnólogo e, em nível de pós graduação, especializações, mestrados e doutorados. As Universidades, também, têm realizado uma infinidade de pesquisas e projetos de extensão, de intervenção prática, junto às comunidades rurais. A partir destas iniciativas a Agroecologia passou a chamar a atenção da sociedade como forma de produzir no campo com preservação ambiental e elencar os camponeses e agricultores familiares como sujeitos centrais deste processo.

Neste caminho, nos defrontamos com a trajetória camponesa brasileira. A história dos mestiços brasileiros da agricultura, desde os períodos coloniais, marginalizados, expropriados e excluídos pelas elites coloniais e latifundiárias. Camponeses que sempre buscaram produzir na terra a alimentação para seu sustento, mas que constantemente eram expropriados e obrigados a migrar. Vivenciaram o êxodo rural, a marginalização nas cidades e a submissão do trabalho volante, como “*boia-fria*”. Aprenderam com a subordinação do trabalho na revolução verde, mas sempre resistiram às opressões das elites agrárias, fizeram rebeliões, greves. Foram expulsos uma vez e mais outra e migraram para áreas de fronteira agrícola. Alguns poucos permanecem em áreas por gerações, outros migram para áreas distantes e, uma parte dos expulsos da terra, voltam à ela na forma de luta social, na luta pela reforma agrária. Carregam através da história a herança de resistir e lutar contra a exploração do trabalho, a destruição ambiental e a expropriação da terra. Impostaram-se uma vez mais, em cima da terra nos acampamentos e assentamentos como novas e velhas formas culturais de fazer agricultura, unindo o ser humano à natureza e à terra.

A memória camponesa, fruto deste processo, demonstra um arcabouço vasto de práticas de resistência como rotação de culturas, plantios diretos e consorciados, baixo uso de máquinas e

---

<sup>3</sup> informações obtidas em Revista Brasileira de Agroecologia.  
<http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/about/index>. Acesso, em 10/01/2014.

implementos, uso de insumos orgânicos produzidos na própria propriedade, baixo níveis de poluição e uso de energia externa, diversidade e convívio com áreas naturais intocadas. São aspectos voltados a uma potencialidade da interação sinérgica entre práticas e saberes tradicionais da agricultura e os conhecimentos científicos sistematizados na Agroecologia, que apontam para o desenvolvimento sustentável.

Canudos, as ligas camponesas e muitos outros movimentos contestatórios surgiram contemporaneamente na luta pela reforma agrária, principalmente representada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Organização que se tornou uma ferramenta dos camponeses de se religar à terra e sobre ela se estabelecer.

Para Fernandes (1999) a gênese do MST se dá no cotidiano das famílias camponesas na luta pela terra.

“O movimento social se configura em uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-a por base os grupos populares, ou as camadas populares, ou ainda os setores populares. É essa forma de desenvolvimento do processo de construção da realidade, produzida pela materialização da existência social, que entendemos como espaço social.” (Fernandes, 1999, p 23)

Os assentamentos e os acampamentos tornaram-se espaços sociais concretos, territórios que passaram a construir novas formas de organização social, outras experiências de trabalho e relação com a terra. Através de sua morfologia social trazem uma relação ampla com o campo como espaço de vida, as dimensões das relações sociais, da expressão da cultura, do laço com a terra, da educação e da família. O camponês, historicamente, na sua experiência de ter controle sobre o meio de produção, a terra, elaborou outros arranjos para a relação muito mais preservadora com a natureza e muito menos geradora de exclusão e miséria.

Mais recentemente, com força expressiva nos anos 2000 os caminhos da resistência camponesa e da Agroecologia se cruzaram, os movimentos sociais do campo começaram a dialogar com espaços da Agroecologia e a falar de Agroecologia em suas atividades. Verificou-se nessa década, a participação dos movimentos sociais nos congressos de Agroecologia. Eles passam a debater a Agroecologia em seminários, reuniões e encontros e a expressar a Agroecologia em cartas e documentos públicos. Experiências agroecológicas individuais e coletivas foram construídas nos assentamentos e em parceria com as universidades, bem como cursos de formação em Agroecologia dentro dos movimentos sociais foram realizados.

Essa aproximação passou a ser expressa em muitas construções concretas, como a Jornada de Agroecologia dos movimentos sociais que envolvem participantes de diversos movimentos sociais, organizações populares, técnicos, acadêmicos, pesquisadores, profissionais da saúde, educação. As jornadas configuram-se como um espaço de estudo, mobilização e troca de experiências e propõe o debate de um projeto de desenvolvimento das famílias camponesas e da classe trabalhadora. Também apresenta-se combativa desde seu início, num enfrentamento direto ao agronegócio e à ofensiva capitalista no campo brasileiro.

Outra expressão significativa dessa aproximação é a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA). A ELAA desenvolve o curso de Tecnologia em Agroecologia, em parceria hoje com o Instituto Federal do Paraná. Em seus diversos tempos educativos e processos de autogestão busca qualificar os educandos em uma visão crítica da realidade, a formação política e o preparo técnico. A ELAA promove a formação de jovens oriundos de comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina e foi pioneira na criação de curso de agroecologia em nível universitário do país.

No que tange a relação da Agroecologia com o governo e com Estado a situação ainda é bastante frágil, a Agroecologia e a Reforma Agrária não são prioridades e, nem estão perto de serem pilares de uma política agrária, substantiva e democrática. Apesar da aprovação da PNAPO, da incorporação da Agroecologia dentro dos movimentos sociais do campo e do apoio ao governo pelas organizações da sociedade civil ligadas à Agroecologia, a reforma agrária e a defesa do meio ambiente, os níveis de assentamento de famílias, de incentivos à ações agroecológicas são muito modestos.

O balanço de forças, na composição do governo neste período no Brasil, segue desigual e pendendo para os representantes do agronegócio e das elites conservadoras, em detrimento dos interesses de caráter popular dos movimentos sociais e ambientais. Segundo Souza Esquerdo e Bergamasco (2013), nas duas últimas décadas, observou-se no Brasil um tímido incremento no número de assentamentos rurais, apesar da importância simbólica e política dos assentamentos na realidade rural brasileira, a situação passa longe de uma reforma agrária como política de Estado. Implementaram-se ações relacionadas à Agroecologia capitaneadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), tem sido concessões de créditos, formação de técnicos, apoio de projetos produtivos em Agroecologia, ensino em Agroecologia, projetos de extensão

universitária e apoio a comercialização. Essas ações em Agroecologia e Reforma Agrária representam conquistas importantes, políticas e ações materialmente constituídas em sentido contra hegemônico, que se concretizaram devido ao esforço, articulação, luta e pressão social dos movimentos sociais do campo, porém ainda compõe avanços limitados e marginais para a sociedade brasileira.

Em síntese, é neste diálogo, entre luta pela terra, agricultores camponeses e Agroecologia que se concebe essa pesquisa. O universo deste trabalho, então, é estudar as experiências teóricas e práticas em Agroecologia vividas e construídas dentro dos assentamentos, pelos agricultores camponeses. Olhar para essas iniciativas com as lentes da transformação cultural, onde as experiências concretas no mundo da vida e da cultura vão construindo embriões de outras relações sociais que superem as anteriores de opressão, exploração e destruição da natureza. A partir daí, buscamos investigar, então, se essas novas construções operam no sentido da libertação humana e, portanto, se carregam, concretamente, aspectos emancipadores. Por fim, estudamos se essas elaborações e vivências relacionadas à Agroecologia poderiam, então, compor e fortalecer ações políticas, populares e de base, para influenciar o Estado e os níveis estruturais da sociedade, em relação a questão agrária e a realidade rural.

São significativas, atualmente, as atividades de formação, extensão e assistência técnica com base na Agroecologia tanto nas instituições governamentais, quanto nas Ongs e, também, nos movimentos sociais. Porém, os avanços da Agroecologia no campo ainda são modestos. Num primeiro olhar a Agroecologia, como crítica à revolução verde, o resgate do conhecimento tradicional da agricultura e o envolvimento de movimentos sociais na construção do campo agroecológico apontam para uma alternativa ao latifúndio e ao agronegócio. Assim, esse trabalho se propõe a refletir formas de ampliar e envolver mais comunidades na luta pela Agroecologia.

Imbuído desse objetivo, no capítulo segundo, descrevemos a abordagem teórica, prática e analítica do trabalho para percorrer suas elaborações, no sentido de cumprir os objetivos propostos e, explicitar a construção metodológica para a formulação dos argumentos e posicionamentos da tese.

Em seguida, no capítulo terceiro, trabalhamos as perspectivas da Agroecologia como transformação social no sentido de experiências de resistência histórica do campesinato no manejo de recursos naturais. Nesta etapa, buscamos da mesma forma, fortalecer e contextualizar a perspectiva de transformação social a partir das análises do pensador István Mészáros e sua

perspectiva filosófica baseada em Marx. Segundo Mészáros, o desenvolvimento do ser humano como ser auto mediador da natureza pelo trabalho leva a construção da alienação. Assim, a superação da alienação é um processo inevitável e que ocorre tanto na teoria quanto na prática, enfrentando a alienação no processo concreto da vida.

No capítulo quarto abordamos a trajetória camponesa no Brasil, com uma história de resistência, expropriação e migração frente as opressões e a subjugação impostas pelas elites latifundiárias brasileiras. Essa história da busca por estar e permanecer na terra traz inúmeros movimentos contestatórios camponeses no Brasil e culmina na construção do MST, na década de oitenta. Essa experiência de exploração e luta está impressa de forma muito patente e contundente nas experiências agroecológicas construídas, pelo MST, nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária.

A partir desses dois aportes históricos e teóricos o capítulo quinto vai se atentar mais especificamente sobre a questão do trabalho na trajetória camponesa. Primeiramente tratamos, de forma mais genérica, sobre a tecnologia e suas implicações no modo de produzir capitalista, depois a modernização da agricultura no Brasil e suas transformações nas relações de trabalho no campo e as consequências da artificialização da natureza no meio ambiente do rural brasileiro. Finalmente, dialogamos essas duas análises teóricas com as experiências agroecológicas práticas dos agricultores camponeses buscando identificar aspectos emancipadores do trabalho nessas iniciativas concretas.

No capítulo sexto, buscamos reforçar a perspectiva de transformação da Agroecologia a partir das reflexões de Ademar Bogo, Antonio Gramsci e Paulo Freire, na tentativa de compreender a transformação social como algo que ocorre nas relações cotidianas e no mundo da vida. Esse movimento na esfera do real confere uma mudança na cultura e um acúmulo essencial para a superação da sociedade capitalista. O capítulo, então segue analisando as experiências dos agricultores camponeses com a agroecologia e as possíveis inversões de aspectos culturais num sentido emancipatório. Por fim, buscamos investigar perspectivas e formas de fortalecimento da Agroecologia na transformação cultural e luta social como projeto camponês no Brasil.

## **Objetivos**

### **Gerais**

Buscar as interpretações teóricas e filosóficas para os significados da transformação social, da emancipação, e para o entendimento do papel dos agricultores camponeses e da Agroecologia na superação das relações de exploração, dominação e opressão.

Estudar, a experiência com Agroecologia dos assentados e acampados de reforma agrária ligados a movimentos sociais do campo, analisando os aspectos emancipadores do trabalho e da cultura, observando, também, como se dá o diálogo entre teoria e prática na construção de alternativas de produção para o fortalecimento do processo de transformação cultural, social e ambiental no campo brasileiro.

### **Específicos**

- Estudar o caráter de transformação social na Agroecologia;
- Estudar a trajetória camponesa e sua composição dentro da construção agroecológica;
- Identificar os objetivos, abordagens e estratégias dos Movimentos Sociais para a Agroecologia;
- Estudar a crítica à Revolução Verde como elemento da estratégia agroecológica.
- Analisar as formas de apropriação pelos agricultores da Agroecologia em assentamentos de reforma Agrária, bem como a construção de aspectos emancipadores do trabalho e da cultura nessas experiências;
- Identificar possibilidades de mediação e contribuições das Teorias da Tecnologia e da Cultura para a construção do campo conceitual da Agroecologia.
- Identificar formas e estratégias de fortalecer a Agroecologia como campo de transformação cultural, social e ambiental.





## 2. METODOLOGIA

Este projeto se constitui no universo das pesquisas sociais, ou seja, no campo das inter-relações humanas e como estas definem sua ocupação do espaço e a organização do trabalho.

Aborda-se instrumentos da pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (1998), se fundamenta na sociologia compreensiva e elege a subjetividade na construção do significado como conceito central na investigação. Assim, preocupa-se em explicar a dinâmica das relações sociais através das crenças, valores, atitudes e hábitos, ou seja, como esses determinantes do ideário humano definem o entendimento das estruturas, entidades e instituições sociais e seu funcionamento.

A pesquisa social, assim, se encaixa dentro da modalidade das Ciências Sociais, local do conhecimento onde a unicidade das explicações e a sistemática objetiva responder a questões não são exclusivamente elencadas, tendo em vista a subjetividade e diversidade das relações humanas. As ciências sociais são construídas por seres humanos em determinados períodos da história, ou seja, objeto e investigador se constituem no mesmo elemento científico. Com isso, determinada elaboração teórica se torna carregada das construções históricas e de valores da época, do local e do grupo social, carregam intrinsecamente caráter dinâmico, provisório e específico.

Segundo Minayo (1998) “*entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade*”, mas a metodologia muitas vezes é confundida como um conjunto de técnicas e instrumentos. A pesquisa seria a indagação em pensamentos e a construção da realidade, ou seja, nada pode ser um problema científico se, antes, não se constituir em uma questão da vida prática. Questão que, geralmente, está vinculada a conhecimentos anteriores, previamente estabelecidos, as teorias.

Teorias são construídas para entender processos e fenômenos da realidade, realizando recortes para viabilizar sua explicação. Por isso, elas buscam uma sistemática e, assim, a organização do pensamento e sua articulação com o real na tentativa de compreendê-lo (Minayo, 1998).

Esta pesquisa foi concebida pelo olhar da dialética, que aborda os conhecimentos e elementos externos objetivos aos sujeitos, bem como sua complementaridade e oposição às

representações sociais que traduzem o mundo dos significados. Com isso, a relação entre as quantidades são encaradas como uma das qualidades de fatos e fenômenos.

A pesquisa se configura em um ciclo de investigação que se inicia com a fase exploratória quando se define o objeto, as teorias pertinentes e a metodologia aplicada. Num segundo momento, passamos ao trabalho de campo que consiste em recorte empírico de levantamento de dados para confronto com as teorias anteriores. Por fim, o tratamento do material que discute a investigação empírica frente as teorias anteriores para se obter um produto provisório de explicação da realidade. (Minayo, 1998).

Nessa investigação, utilizou-se também a abordagem participativa. Para Gelfius (1997), a prática da participação, suas metodologias e técnicas são essências para a transformação das ações de pesquisa de maneira a abrir o verdadeiro diálogo entre pesquisadores e comunidades rurais.

Assim, a participação é vista como um processo que pode ter vários graus de envolvimento, desde a indesejável passividade completa em que as pessoas participam apenas fornecendo informações quando solicitadas sem tomar consciência crítica do processo, até o outro extremo onde há o auto-desenvolvimento, pelo qual os grupos têm iniciativa, são propositivos e conhecedores de sua realidade. Neste caso, os grupos externos à comunidade não promovem os processos, mas só atuam como parceiros.

As características marcantes destas técnicas segundo Gelfius (1997) são:

- Aprendizado conjunto com a comunidade, enfocando conhecimentos, práticas e experiências locais;
- Realização de atividades coletivas, incentivando a interação e a cooperação, além da visão de grupo social. Atividades individuais também são possíveis e até necessárias em razão da natureza da pesquisa ou de determinado assunto de pesquisa, no qual a privacidade entre interlocutores (por exemplo, entre o pesquisador e os agricultores) deva ser preservada;
- Construção e acúmulo de conhecimento;
- Possibilidade de levantamento de dados quantitativos e qualitativos; e
- Empoderamento da comunidade e dos indivíduos; com maior entendimento da complexidade dos problemas vividos; reflexão crítica sobre a realidade e autonomia de decisão e planejamento futuro; empoderamento sobre as ferramentas utilizadas.

Para Gelfius (1997), neste método o princípio do diálogo é extremamente relevante, diálogo de duas vias, no qual os participantes têm direitos democráticos de se manifestar e serem escutados, ou seja, todos os indivíduos são fontes de informação e decisão para analisar os problemas e contribuir em sua solução.

A abordagem participativa foi importante na pesquisa como caráter de dialogicidade. O pesquisador já participava de vários espaços coletivos como reuniões e oficinas nos assentamentos onde foi realizada a pesquisa. Dessa forma, o canal de diálogo, confiança e horizontalidade, previamente estabelecido, favoreceu a execução das atividades de campo.

## **2.1 Ferramentas de pesquisa**

### **Entrevistas**

Segundo Richardson (1999), em uma pesquisa social tem-se a necessidade de compreender o outro, suas motivações e entendimentos em determinadas situações. Esse processo pode ser conduzido ao se tentar colocar no lugar do outro e imaginar como e porque o outro reage e age de determinada forma. Todavia esta postura é demasiada arrogante e impregnada de desvios e ruídos nas informações obtidas durante o ciclo de pesquisa.

Utilizamos, então, uma estratégia de aproximação e contato que através da comunicação traz o diálogo face a face que possibilita a percepção global do outro, na busca de entender suas definições, posturas e ações. Ou seja, a entrevista é uma comunicação bilateral, reconhece dois atores e, assim, sua troca. Essa proximidade traz grandes avanços na capacidade de se gerar informações coerentes e verossímeis: “A entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas” (Richardson, 1999).

Assim, com o objetivo de apreender a visão daquele determinado ator social, buscamos enrijecer, delimitar, determinar e condicionar as respostas, o mínimo possível, para tentar não impor a visão ou influenciar os dados obtidos na pesquisa. Por esse prisma, a entrevista não estruturada ou, também, chamada de entrevista em profundidade tenta se configurar como uma ferramenta viável. Esta consiste em uma conversação guiada por determinados temas, que busca informações detalhadas, que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. Informações essas que expressam as visões, motivações e atividades do entrevistado.

### **Observação participante**

Ainda segundo Gelfius (1997), nesta técnica ocorre a “imersão” do pesquisador na rotina do grupo com quem se realiza o trabalho. Participamos das atividades que compõe o cotidiano desses coletivos sociais para promover a compreensão mais profunda da realidade e obter informações de forma mais orgânica, oportuna e espontânea.

Foram, primeiramente, definidos os temas a serem trabalhados na atividade, bem como as metas. A partir destas diretrizes se definiu o período que se destinou à observação participativa

e as atividades a serem acompanhadas (como reuniões técnicas e atividades produtivas). É importante planejar a observação participativa com todos os envolvidos para evitar constrangimentos e dar legitimidade ao processo.

O registro e sistematização das observações pode ser variado e variável segundo as metas de trabalho.

## **Abordagem instrumental em tecnologia**

São muito recentes os instrumentos metodológicos de investigação e intervenção em tecnologia social. Existem, todavia, um conjunto de caminhos sugeridos pelos estudos sociais da ciência e da tecnologia (C&T) no que se refere à pesquisa e alguns avanços no campo da educação popular quando se trata de intervenção.

Neste ensaio, nos concentraremos nos aspectos da investigação em Tecnologia Social (TS). Dentre as contribuições dos estudos sociais da C&T destacamos o olhar multidisciplinar e a ideia de sistema tecnológico, isto é, o entendimento da tecnologia como um sistema e não apenas como um artefato. A partir disso, destacamos alguns elementos importantes para observação de TS. Os espaços sociais onde os trabalhadores podem manipular as tecnologias de forma autônoma sem a interferência patronal são relevantes. Outro momento importante trata da observação das técnicas tradicionais que ainda resistem nas comunidades e trazem um grau elevado de racionalidade popular para o desenho e operação tecnológica. Também existem as iniciativas casadas onde estão presentes uma tentativa de diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico na construção tecnológica (Thomas e Frissoli, 2009).

Outro recorte importante é a análise dos vários momentos dentro de um processo tecnológico desde a concepção, desenho, planejamento, implementação e processos de trabalho envolvidos. Uma terceira lente importante a ser utilizada é a da caracterização dos grupos sociais envolvidos em toda a cadeia tecnológica, os diferentes níveis de poder de cada um e sua capacidade de decisão e controle. Em especial, o processo de construção de uma tecnologia nos traz elementos significativos para entender como se deu a relação entre grupos sociais, os valores e interesses de cada um e, principalmente, de que maneira esses elementos podem ser percebidos na tecnologia desenvolvida. (Dagnino, 2010).

Assim, se faz relevante destacar alguns pontos chaves na investigação da questão tecnológica nos espaços de produção populares que aqui chamaremos de conjuntos dentro das várias dimensões colocadas para a TS de acordo com Dagnino (2010).

- a) O *conjunto descrição* trata do tipo de produto, das características de propriedade dos meios de produção e das características do processo de trabalho em que se insere a TS.
- b) O *conjunto conhecimento* se refere à origem e uso dos conhecimentos empregados no desenvolvimento da tecnologia, quanto os “usuários” possuem conhecimento ancestral ou adquirido, o balanço entre conhecimento “tradicional” e “científico” embutido na TS, a participação dos “usuários” no desenvolvimento da TS, o processo de aprendizado na construção da TS e o envolvimento de pesquisadores e da comunidade científica neste processo.
- c) O *conjunto sustentabilidade econômica* aborda a contribuição para criar, adensar e completar cadeias produtivas da ES, o nível de dependência em relação as cadeias produtivas da economia formal e a potencialidade de conformação de um sistema sócio-técnico autônomo.
- d) O *conjunto sustentabilidade ambiental* analisa a relação dos processos produtivos com os recursos naturais envolvidos.
- e) O *conjunto sustentabilidade cultural* se refere às práticas culturais da comunidade e com a questão da diversidade (gênero, etnia, classe).
- f) O *conjunto sustentabilidade política* trata da potencialidade de fomento garantido da atividade produtiva e apoio dos vários segmentos da sociedade.
- g) O *conjunto alternativa tecnológica* trata da existência de possibilidades tecnológicas diferenciadas das tecnologias convencionais.
- h) O *conjunto entorno sociotécnico* caracteriza o cenário que a cadeia da TS esta inserida e suas potencialidades de sustentação e apoio.
- i) O *conjunto dinâmica sociotécnica* avalia como os atores envolvidos decidem, organizam e planejam os processos tecnológicos.

Este instrumental não foi utilizado na pesquisa de forma rígida como itens a serem descritos, mas como um arcabouço de caracterização e composição de elementos relevantes

dentro das experiências produtivas em Agroecologia nos assentamentos de reforma agrária. Foi utilizado mais como um guia de conteúdo, elementos que deveriam ser abordados nas entrevistas.

Em termos de espaços sociais (Thomas e Frissoli, 2009), trabalhamos as experiências agroecológicas produtivas concretas dos agricultores camponeses nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária como as iniciativas casadas, nas quais estão presentes, tanto elementos populares, quanto o conhecimento científico, na composição das alternativas tecnológicas.

Utilizamos, também, a abordagem metodológica de, análise dos níveis de poder, capacidade de decisão e controle nas relações estabelecidas entre trabalho, tecnologia e natureza nos relatos dos agricultores camponeses. Já os *conjuntos* de análise tecnológica foram rearranjados e reorganizados para priorizar o objetivo desta investigação de relacionar os aspectos emancipadores do trabalho e da cultura, na experiência agroecológica camponesa, e as categorias teóricas de Gramsci (1987a), Mészáros (2006).

## 2.2 Recorte analítico e Ações da pesquisa

Nesta pesquisa investigamos o diálogo entre três esferas da Agroecologia, a formulação teórica, a dimensão formativa e a construção produtiva concreta dos agricultores. Esse debate passa pela construção do conhecimento nas experiências tecnológicas como elementos da emancipação popular.

A perspectiva teórica de partida dessa abordagem trata dos assentamentos, da agricultura camponesa e das construções produtivas em diálogo com a Agroecologia como os sujeitos e espaços, que numa dinâmica dialética permanente de dominação-resistência materializam o enfrentamento à agricultura industrial e as experiências de resignificação das relações sociais de produção e da vida social. Num segundo momento, este trabalho buscou dialogar e discutir os dados levantados em campo com arcabouços teóricos e as categorias chave em Agroecologia, Teoria da Alienação, Teoria Crítica da Tecnologia, Educação popular, Estudos da Cultura e Trajetória Camponesa. Elencou-se, assim, categorias emancipatórias na perspectiva de debater as relações de rupturas-permanências nesse universo do campo.

A primeira etapa do percurso analítico foi definir e localizar o entendimento desta pesquisa sobre emancipação e transformação social, conceitos bastante complexos e controversos dentro das teorias sociais. Explicamos o processo de transformação social e emancipação como movimento do real, da totalidade das relações no mundo da vida, como a superação da alienação do ser humano em relação ao seu trabalho, à natureza e ao conjunto da sociedade. Logo, verificamos os possíveis diálogos entre a proposta teórica de intervenção na realidade da Agroecologia e a concepção de transformação social abordada.

O enfoque dos estudos foi identificar e descrever aspectos positivos e emancipadores na Agroecologia, ou seja, suas construções teóricas e práticas, coletivas e individuais, para verificar se realmente as experiências agroecológicas<sup>4</sup> desenvolvidas pelos agricultores camponeses se enquadravam dentro do delineamento conceitual adotado como transformação social. Como a abordagem foi de identificação e verificação da existência de processos emancipadores dentro da

---

<sup>4</sup> Por experiência agroecológica entendemos a vivência social como conjunto de relações coletivas e individuais, práticas e teóricas, que constroem objetivamente formas de organizar o trabalho na agricultura, maneiras de se relacionar com a natureza, com a comunidade e os outros indivíduos, valores, posturas elementos ideológicos. São entendimentos sobre a vida, o entorno onde o camponês está inserido e sobre a sociedade que ele se faz parte.



Agroecologia, direcionou-se a pesquisa para a escolha de trajetórias individuais exemplares, ou seja, agricultores camponeses com experiência técnica, formativa e organizativa em Agroecologia, aliados à atuação política e comunitária dentro dos assentamentos e trajetória de luta nos movimentos sociais. Procuramos por histórias individuais constituídas de processos coletivos e sociais, como confluências de teoria e prática, estrutura e especificidade, história e intervenção na realidade, que supostamente seriam emancipadores.

Dentro das concepções de Mészáros (2006), as intervenções humanas na realidade e no processo histórico, buscando a autorealização do trabalho como atividade essencial humana e vocação da paixão pela vida, são sempre dialéticas. Neste processo entre teoria e prática, ensaios e execução nas iniciativas de busca por superar a alienação, o ser humano como um ser automediador da natureza com papel ativo, no desenvolver das suas atividades e ações, vai criando novos objetivos e necessidades. Assim, a produção de contradições, e a reprodução de relações de opressão e ideologia dominante são elementos intrínsecos do desenvolvimento humano.

Porém, as perspectivas dessa pesquisa não foram de estudar as complexidades, os contextos e as contradições dos assentamentos e das manifestações da Agroecologia, e sim, de sistematizar, definir e organizar os aspectos positivos e emancipadores dessa experiência nas esferas do trabalho e da cultura. Buscamos, então, circunscrever e caracterizar, especificamente, os aspectos, dentro da experiência agroecológica dos agricultores camponeses, na resignificação da relação com a natureza, com o trabalho, com a formulação de valores e ideologias e representações simbólicas, que eram emancipadores. Privilegiamos as trajetórias camponesas individuais, e as positivities em detrimento das contradições, para a sistematização e organização desses aspectos, de tal forma, que pudessem ser utilizados para fortalecer, disseminar, ampliar e incentivar a perspectiva de enfrentamento e transformação social da Agroecologia nos movimentos sociais, como também, em uma relação dialética, voltar a reafirmar e legitimar a perspectiva de transformação social como ação coletiva, social e política no mundo da vida e das relações de trabalho e da cultura.

Também, dentro da abordagem de superação da alienação pela negação das contradições entre trabalho e capital, e como construção social, de massas como experiência social coletiva, intervenção concreta no mundo da vida, investigamos o papel da trajetória camponesa brasileira e

da crítica à revolução verde como componentes de uma construção agroecológica transformadora e emancipadora.

Em seguida, apresentamos os componentes discretos metodológicos e instrumentais da tese.

### **Pesquisa bibliográfica**

Levantamento e aprofundamento do referencial teórico em Agroecologia, Teoria Crítica da Tecnologia e Revolução Verde numa perspectiva dialética de reflexão teórica e intervenção prática. Destacamos a crítica à neutralidade da ciência, à tecnologia convencional, e as possibilidades de resignificar a construção tecnológica quanto ao trabalho hierarquizado e alienado e a segregação do trabalhador na concepção e no desenho da tecnologia. Essas conceitualizações estabeleceram diálogo com uma ocupação do campo que resignifica a relação homem-trabalho-natureza baseadas na experiência do trabalho e do conhecimento local. A Teoria da Alienação, os estudos sobre Cultura e a Trajetória Camponesa foram utilizados para estabelecer análises acerca do potencial de transformação social da Agroecologia enquanto superação da alienação bem como localizar as experiências agroecológicas como mudanças no campo da cultura.

### **Seleção dos espaços privilegiados produtivos**

Foi realizado um levantamento de assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo com experiências destacadas em Agroecologia. Foram priorizadas as áreas em que haviam agricultores que trabalham com experiências agroecológicas e construção de alternativas tecnológicas, e onde existem participação, em parcerias de movimentos sociais e universidades, na realização de cursos de formação em Agroecologia para agricultores e agricultoras camponesas.

Definimos, então o assentamento Milton Santos, em Americana, e o acampamento Elizabete Teixeira, em Limeira, como áreas de aprofundamento da pesquisa e escolha dos agricultores camponeses interlocutores. Os dois espaços apresentam uma luta recente e intensa pelo estabelecimento na terra, o caráter de luta coletiva e política ainda estão muito vivos e fortes

e seus integrantes apresentam relevante formação política e militante. Paralelamente, apresentam também experiência tanto formativas quanto produtivas em Agroecologia. Por fim, são comunidades com as quais estabelecemos relações de parceria política e projetos de extensão rural há vários anos, fato que facilitou a escolha minuciosa de agricultores camponeses que acumulassem conhecimento e experiências práticas profundas em Agroecologia, formação crítica e atuação militante, como resistência e enfrentamento ao avanço da Revolução Verde e às relações de opressão e dominação construídas no campo.

O acampamento “Elizabeth Teixeira”<sup>5</sup> localiza-se em Limeira, estado de São Paulo, que tem uma área de 58 km<sup>2</sup>, sendo 127,39 km<sup>2</sup> de zona urbana e 469,61 km<sup>2</sup> de zona rural km<sup>2</sup> e 286 mil habitantes. O acampamento, em situação de indefinição jurídica desde 2007, quando sofreu despejo e retornou à terra, está em área periurbana da cidade de Limeira e ocupa cerca de 100 ha, no estado de São Paulo. À margem da rodovia Anhanguera (SP 330), um dos principais eixos de escoamento de mercadorias de São Paulo. Por ainda não ser assentamento as estradas de acesso são precárias, inexistem infraestrutura de saneamento básico, moradia, energia elétrica, telefone, água, saúde e lazer. Cerca de 100 famílias apresentam produção agrícola diversificada com destaque para a mandioca, banana, horticultura e frutíferas. A ausência de maquinário para a produção e a falta de assistência técnica na produção agrícola também compõem o contexto local.

A área conhecida como Sítio Boa Vista, ocupa cerca de 104 ha e, havia sido desapropriada pelo Decreto 77.666 de 24 de maio de 1976 e repassada ao INPS, por impostos não pagos. Hoje, nessa área, está o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Comuna da Terra Milton Santos<sup>6</sup>, que foi criado oficialmente em junho de 2006. Atualmente, residem no assentamento 68 famílias assentadas e 10 famílias de agregados e os principais créditos já foram acessados. Trata-se de um assentamento, em fase de implementação, que possui diversas experiências em construção, como horta coletiva de produção agroecológica, quintais agroflorestais e respeito às questões ambientais. Desde 2008, os assentados estão incluídos no Programa de Aquisição de Alimentos – Doação Simultânea. O PDS Comuna da Terra Milton Santos tem realizado uma série de projetos produtivos e ambientais em parceria com Universidades paulistas.

---

<sup>5</sup> Informações retiradas do artigo “*Espaços de organização da produção como práticas de educação popular*”. (Rodrigues; Spinelli; Mazalla Neto, 2013)

<sup>6</sup> Informações retiradas do Histórico do assentamento Milton Santo sistematizado e compilado pela própria comunidade. (2013)

## **Entrevistas com agricultores**

Os agricultores camponeses que compuseram essa pesquisa revelam uma confluência muito específica e destacada entre conhecimentos práticos e de vivências em Agroecologia e o conteúdo intelectual, teórico e político sobre as relações de opressão e exploração sofridas, historicamente, pelos setores populares e, vivência significativa na luta pela terra.

Inicialmente realizamos uma pesquisa exploratória com objetivo de validar o roteiro de entrevistas previamente construído para reformulações e inserções. Na segunda fase das entrevistas em profundidade foram levantadas informações relevantes à pesquisa sobre apropriação e aplicação de conhecimentos em Agroecologia pelos agricultores; experiência e trajetória na agricultura, formas de trabalho e arranjos tecnológicos; aspectos de transformação da cultura na relação com a natureza e com a comunidade.

## **Observação participante em áreas de assentamento rurais**

Todo o processo de desenvolvimento da pesquisa foi mediado por vivência nas áreas de agricultura familiar, que permitiu um aprofundamento no conhecimento das relações sociais locais e sua interface com a Agroecologia, bem como maior confiança construída junto aos agricultores que contribuiu no levantamento de dados e numa perspectiva processual na relação da construção do conhecimento e experiência tecnológica. O acompanhamento dessas comunidades em atividades de parceria política variadas e em ações de extensão já atinge cinco anos.

### **3. AGROECOLOGIA COMO PERSPECTIVA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

#### **3.1 Construção histórica da Agroecologia e sua conceitualização crítica**

O professor Eduardo Sevilla Guzman (2011) em seu livro intitulado “*Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario*”<sup>7</sup> inicia a apresentação dizendo que um de seus principais objetivos era mostrar o potencial do campesinato e das comunidades indígenas na luta por superar o capitalismo a partir da Agroecologia numa perspectiva de transição socialista.

Neste sentido, o autor busca traçar o caminho da Agroecologia dentro do pensamento social. Inicialmente, faz uma crítica forte ao marxismo ortodoxo, principalmente, ao determinismo econômico, que apontava uma necessária industrialização da agricultura dentro do processo de transição pós capitalismo e, neste contexto, anuncia o desaparecimento do campesinato, como uma classe residual que não aportava ao desenvolvimento histórico rumo a transição socialista.

Em contraposição a essa perspectiva, Sevilla Gúzmann (2011), resgata muito da produção científica que trabalha com a morfologia social camponesa, como grupo social, que guarda relações e dimensões de resistência ao desenvolvimento capitalista. Construções identitárias, que se apresentam na resistência simbólica e na experiência de resignificação das relações sociais de trabalho e relações estabelecidas com a natureza. É neste contexto, que o autor busca inserir a Agroecologia como um processo histórico no campo, que integra teoria e prática, guarda e constrói muitas dimensões que podem contribuir com a transformação da sociedade.

A Agroecologia, ainda segundo o autor, passa pela história de resistência dos setores oprimidos do campo e da cidade, principalmente, nos países periféricos do capitalismo, pela história dos “de baixo”. Circunda esse movimento de desvelar, num pensamento social marginal, todas as relações de dominação e opressão desses povos, e pretende assim, relevar o papel de inventividade e resistência frente a esse cenário, e expor uma postura ativa na história da luta contra a opressão. É nesta experiência histórica de resistência e busca pela libertação das relações

---

<sup>7</sup> SEVILLA GUZMAN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. AGRUCO, Plural Editores, 2011).

de dominação e opressão, a que os povos do campo foram submetidos, que surge um manejo de recursos naturais específico e um conjunto de técnicas ecológicas resignificadas.

Na América Latina, foi no desenrolar do papel histórico dos povos do campo, na estrutura agrária das sociedades formadas e na busca por liberdade, que se gestaram identidades, sistemas de valores e representações simbólicas. Baseadas nessas construções múltiplas de resistência cultural, desde a rebeldia aberta, movimentos de insurreição até a resistência passiva no cotidiano do sistema colonial, forma-se uma matriz de pensamento popular através da voz de pensadores locais e dos movimentos sociais. (Sevilla Gúzman, 2011)

Para o autor, a Agroecologia surge no campo teórico quando pensadores começam a unir as reflexões da morfologia social camponesa e seus traços anticapitalistas à reflexão ecológica, ou seja, à encorpar reflexões sobre uma nova forma de relação com a natureza e com o trabalho estabelecida por esses grupos sociais, que instalam processos de permanência e resistência na reprodução das unidades domésticas de trabalho e consumo através de trabalho próprio .

Quando é introduzida a perspectiva ecológica e de manejo de recursos naturais na história de resistência camponesa, destaca-se, na sociedade, um campesinato forte que atua como agente relevante na transformação social. O que significa dizer, seu potencial de construir pelo trabalho, entendido como agricultura e vida no campo, relações de nova ordem com a natureza, uma relação muito menos destrutiva e com forte aspecto de preservação e convivência harmônica. Nesses termos, a Agroecologia ganha força no pensamento da transformação social, ao reestabelecer o debate do manejo dos recursos naturais, ou a relação entre trabalho e natureza presente nas obras do final da vida de Marx (Sevilla Gúzman, 2011)

Dentro deste enfoque, destacam-se as contribuições de Juan Martínez Alier com o marco conceitual da *ecologia dos pobres*, que expõe a organização da produção agrícola, num outro arranjo tecnológico realizado pelos pobres, envolvendo trabalho humano, pouca terra, pouca energia e pouco capital, imputando uma maior racionalidade ecológica nestes sistemas camponeses.

Na sequência histórica de contribuições ao campo agroecológico, o autor destaca também as contribuições de Angel Palerm, Miguel Ángel Altieri e de Stephen Gliessmann em termos de sistematizações e construções teóricas e práticas a cerca destes sistemas produtivos, seus aportes concretos nos campos da Ecologia e Agronomia, mas sempre numa análise estreitamente ligada ao processo histórico de resistência e projeto de transformação social (Sevilla Gúzman, 2011).

Segundo Sevilla (2011), a Agroecologia apresenta como síntese histórica no pensamento científico uma crítica as Ciências Sociais, na medida em que desvela um etnocentrismo sociocultural no pensamento social que esconde uma proposta civilizatória que exclui os acervos conceituais e culturais dos demais povos. Ela, também, pretende, no pensamento geral desde uma perspectiva pluriepistemológica, incorporar múltiplas formas de conhecimentos agropecuários e florestais construídos nas comunidades tradicionais, historicamente subordinadas, e introduzir os acúmulos históricos populares gerados nas lutas sociais no campo contra a homogeneização cultural da modernidade.

Fortalecendo o caráter de integração entre teoria e prática, os pesquisadores teriam que dialogar em pé de igualdade com o conhecimento local gerado pelos agricultores derrubando, desde um processo epistemológico, a natureza dos agricultores como objeto a ser estudado. Agricultores e agricultoras passam a ser o núcleo central do desenho e tomada de decisões dos agroecossistemas, materializando propostas técnicas de ação social emancipadora. (Sevilla Gúzman, 2001).

Para o autor, a análise da Agroecologia parte da unidade produtiva inserida em sua matriz comunitária, ou matriz sociocultural que se compõe moldada por uma práxis intelectual e política da sua identidade local e rede de relações. A partir dessas relações, a abordagem agroecológica sistematiza e explicita processos de transformação das formas de dependência anteriormente estabelecidas. Agroecologia, então, se insere neste processo de construção de mecanismos de defesa do conhecimento local, que não consiste apenas em investigar os aspectos técnicos do potencial endógeno, mas também, envolver-se na lutas políticas e éticas dos grupos locais que buscam controle dos recursos sobre sua identidade (Sevilla Gúzman, 2001).

Para Gúzman a dinâmica sociopolítica da Agroecologia age a partir das formas de relação com a natureza e a sociedade estabelecidas nos etnoagrossistemas das comunidades rurais, que atuam em sua defesa frente aos diferentes tipos de conflitividades e diferentes agressões da modernidade. A agroecologia pode revolucionar, reconstruir e transformar as estruturas societárias dominantes uma vez que:

“... encontrou na dimensão local o reduto que permite resistir e sobreviver à formas recolonizadoras de dominação cultural, societal, econômicas e tecnológicas-científicas” (Sevilla Gúzman, 2011, p.13)

A Agroecologia se coloca, assim, como a utilização de experiências produtivas e de circulação alternativas que desvelem a deterioração social e ecológica impostas pela lógica depredadora do modelo produtivo agroindustrial hegemônico.

Segundo Altieri e Toledo (2011) as iniciativas agroecológicas buscam superar os sistemas de produção agroindustrial de biocombustíveis e cultivos de exportação baseados em combustíveis fósseis e estabelecer as bases da agricultura local para produção nacional de alimentos por camponeses e agricultores familiares a partir dos recursos naturais locais e energia solar.

A Agroecologia pode ser então definida como

“...formas de ação social coletiva que representam alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas, surgidas de seu potencial endógeno, que pretendem um desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e circulação alternativa de seus produtos, buscando estabelecer formas de produção e consumo que contribuem para enfrentar a crise ecológica e social e com ele enfrentar o neoliberalismo e a globalização econômica”. (Sevilla Gúzman, 2001, p. 12)

Sua abordagem apresenta uma natureza sistêmica na medida em que parte da área familiar, da organização das comunidades rurais em torno dos marcos de ação social das comunidades rurais na sociedade, articulados em torno da dimensão local. Assim, temos os sistemas de conhecimento local dos agricultores e agricultoras como potencializadores das biodiversidades ecológica e sócio cultural em suas experiências produtivas. Pode-se entender então esse movimento como um processo de ações político-produtivas. (Sevilla Gúzman, 2001).

Esse movimento de ação política produtiva atua nos espaços da vida cotidiana para ocupar os vazios da modernidade, ações sociais coletivas como formas de construir redes solidárias de produção e circulação, estabelecendo alianças e intercâmbios solidários entre



produtores e consumidores. Essas experiências, sobre uma forma, as vezes, genérica, de negação à lógica da modernidade, articulam a sociedade civil, coletivos de consumidores de ecologistas e movimentos sociais variados como forma de enfrentamento à dominação política estabelecida e passam a influenciar as políticas agrárias. (Sevilla Gúzman, 2011)

Esses processos, ao irem se consolidando historicamente vão constituindo as formas de ação social coletiva que a sociedade civil foi gerando concretamente e aportando contribuições a uma série de consciências críticas. Na integração de vários movimentos sociais, e tendo como pressuposto a equidade para a construção das redes de produção e consumo, conseguem trabalhar na esfera da consciência de classe, com a noção de alteridade e reconhecimento do outro como igual, na consciência das identidades, na esfera da aceitação e integração da diversidade sociocultural, consciência de gênero, enfrentando o machismo, a consciência geracional, se referindo a resistência às situações de dominação entre as gerações.

### **3.2 As contribuições da teoria da Alienação à dimensão de transformação social da Agroecologia**

Parafraseando a professora Maria Orlanda Pinassi, no prefácio da edição brasileira da obra Teoria da alienação, do pensador István Mészáros, buscamos aqui trabalhar suas contribuições em termos da teoria ou das teorias da emancipação e, desta forma, desenvolver possíveis aproximações de suas análises com as formulações teóricas e experiências práticas da Agroecologia.

A contribuição de Mészáros se faz fundamental por retomar a aplicação do conceito de alienação em todas as esferas da vida social. O autor debate a alienação nos escritos iniciais de Marx, e então analisa a alienação nas relações entre homem, natureza e trabalho, mas principalmente, releva e traz à luz o debate da transcendência<sup>8</sup> da alienação.

Tomaremos alienação, na mesma acepção proposta por Mészáros, referindo a perda de controle, a corporificação de uma força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo.

O Sistema de Marx, segundo o autor, busca, então, como expressões da alienação, identificar na realidade os complexos elos intermediários dos múltiplos fenômenos sociais, encontrar as leis que governam suas institucionalizações e transformações recíprocas, as leis que determinam sua relativa fixidez, bem como suas modificações dinâmicas e, demonstrar isso na realidade, em todos os níveis e esferas da atividades humana.

Segundo o autor, de forma simplificada e esquemática, a alienação se expressa de quatro formas:

- dos seres humanos em relação a natureza.
- dos seres humanos à sua própria atividade produtiva.
- de um ser como parte da espécie humana.
- de um homem em relação ao outro.

---

<sup>8</sup> O conceito de transcêndencia é muito controverso, ainda mais devido as dificuldades de tradução, aborda-se aqui no sentido da superação da alienação como a união dos opostos.

Em suas próprias palavras:

“ Assim, o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem- humanidade e homem-homem, de outro.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20)

Nesse sentido, também, o autor aponta que a alienação não se constitui como uma fatalidade da natureza, nem um fato dado e acabado, um traço determinístico de uma realidade social inexorável, mas sim o fruto de um desenvolvimento histórico, específico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para transcender a “auto-alienação do trabalho”. É precisamente neste argumento, que aparece inúmeras vezes na obra Teoria da Alienação em Marx, que fazemos o elo com a construção agroecológica, primeiramente, vinculando a constatação de Mészáros de que a alienação poderia ser superada, na realidade, como movimento da história. Num segundo momento, por anunciar a intervenção consciente no processo histórico. A abordagem, que utilizamos nessa pesquisa fundamentada em Sevilla Gúzman (2011), opera essas duas interpretações de Meszáros pois insere a Agroecologia como uma forma de resistir aos conflitos do capitalismo concretamente na sociedade, e de resignificar positivamente as contradições do mundo rural em novas formas de relação com a natureza e o trabalho. A Agroecologia, então, concorda com a análise de Mészáros, pois supera a imutabilidade das relações sociais e a impossibilidade de transformar as expressões da opressão, dominação e exploração.

Para compreender as manifestações da alienação, Mészáros diz que ela pode ser abordada, de forma simplificada, através de três elementos: o homem, a natureza e a indústria ou atividade produtiva.

Estes fatores, assim, estariam sempre interrelacionados, inter determinados, ou seja, estabelecem uma relação de reciprocidade dialética. O homem é entendido como sua relação direta com a natureza, mas se faz também, e ao mesmo tempo, na sua relação com a natureza mediada pela indústria ou atividade produtiva. Considerando essa atividade produtiva, ou o trabalho, como parte da essência humana<sup>9</sup>, sendo assim uma necessidade ontológica. Na história

---

<sup>9</sup> Essência é utilizada aqui no sentido empregado por Marx, onde busca desconstruir o seu sentido pré determinado e idealizado, até mesmo espiritual como abordado por Hegel, mas no sentido da construção material de um ser histórico. (Mészáros, 2006)

humana sempre que o homem existiu, ele fez. Este “fazer”, como existir na natureza, manipulá-la e transformá-la se constituiu como trabalho. Neste sentido, o trabalho, ou seja, a atividade produtiva é parte constitutiva da humanidade enquanto processo histórico e social.

“A indústria é a relação histórica efetiva da natureza e, portanto, da ciência natural como o homem...” (Marx, K. 2004, pg. 111-112, apud Mészáros (2006), p.97)

A relação de mulheres e homens com a natureza, então é, ao mesmo tempo, de criador e criação. As pessoas constroem, em pensamento, uma noção de natureza que é influenciada pela natureza concreta. Do ponto de vista material, a humanidade também “cria” a natureza ao modificá-la, transformá-la, assim como é condicionada por ela e pelos limites que ela coloca à sua sobrevivência. A natureza cria a humanidade que constrói uma ponte para atravessar um rio, e, assim, essa humanidade modifica a natureza ao construir a ponte. Essa “nova” natureza agora, que tem uma ponte, voltará a influenciar de uma nova forma os homens e mulheres que por ali passarão, a essa relação chamamos reciprocidade dialética.

A humanidade tem uma relação direta com a natureza, com uma árvore plantada no quintal, com a praia que vai desfrutar, porém essa relação é cada vez mais estranhada, pois uma outra parte grande e essencial dessa relação, o trabalho, acontece de uma forma cada vez mais distante e alienada. A consciência nos homens e mulheres da relação com a natureza mediada pelo trabalho, muitas vezes não existe, quando essa mediação é realizada na indústria, longe da vida cotidiana. Isso cria um sentimento confuso do homem para com a natureza, um laço longínquo, um reconhecimento fugaz de fazer parte da Natureza. Uma necessidade abstrata de protegê-la frente ao desmatamento e a poluição dos rios, mas uma compreensão artificial e, as vezes, inexistente de sua própria relação com esses processos, sua responsabilidade e envolvimento. Essa degradação ambiental é exógena, acontece como se não tivesse relação com os indivíduos, como se não fizesse parte de suas vidas. É nessas contradições geradas na relação alienada, mas também, nesse sentimento de fazer parte, que estão suas possibilidades de superação.

Mészáros (2006), aponta que a relação do homem com a natureza é cada vez mais mediada por uma forma alienada de atividade produtiva, assim a natureza “antropológica”, ou seja, a forma como o homem enxerga a sua relação com a natureza passa a ser alienada obrigatoriamente. A alienação distancia, de tal forma, os indivíduos da relação com a natureza

nos processos gerais de produção, que chega ao ponto de atuar contra a própria manutenção da vida. A notícia apresentada abaixo mostra como o processo de produção industrial e a agricultura estão tão longe, autônomos e alienados do controle da sociedade como um todo, que a poluição gerada nas atividades produtivas ameaçam o abastecimento de água para manutenção da vida das famílias em Teresina.

### **Poluição faz Agespisa parar produção de água mais uma vez em Teresina**

*“ Agespisa para novamente a ETA por causa da poluição do Rio Parnaíba. Empresa diz que já acionou os órgãos competentes para investigar o caso. A Agespisa suspendeu a produção de água na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Teresina por volta das 14h30 deste sábado (20, por conta do alto nível de poluição do Rio Parnaíba. Segundo a empresa, alguns bairros já estão desabastecidos. O fato é recorrente, já que no dia 2 de julho a agência diminuiu o tratamento de água por conta de uma poluição de origem desconhecida.”*

A relação humana com a natureza mediada pela indústria nos permite compreender em termos da teoria do conhecimento a visão de certas Ciências sobre a relação humanidade-natureza. Elaboraões alienadas que permeiam e fortalecem a leitura do senso comum, os telejornais e os livros didáticos e a forma como boa parte das pessoas enxerga a realidade. Por exemplo, as ciências biológicas vêem apenas um ser animal e desconsideram toda consciência e desenvolvimento histórico do homem, como também algumas ciências sociais, que vão de forma idealista trazer características naturalmente más do homem/mulher para explicar a relação concreta e destrutiva da humanidade com a natureza, ou ainda, a concepção de um homem ideal, parte harmônica da natureza, que foi corrompido pela civilização e suas tentações. Assim, as ciências vão legitimando uma interpretação alienada da relação da humanidade com a natureza. (Mészáros, 2006)

O mesmo processo pode ser observado na relação do homem com a atividade produtiva. Assim, o homem, também, é, ao mesmo tempo, criador da indústria e seu produto. Com esse poder de criar, a atividade produtiva estabelecida ganha uma autonomia relativa, ao mediar a relação do humano com a natureza, constrói um controle relativo em si, na medida em que carrega ao mesmo tempo uma “essência” humana da natureza e uma “essência” natural do

homem. A indústria constituída materialmente na sociedade influi e cria determinações nas relações sociais e nos processos da vida humana. (Mészáros, 2006).

Para Marx, então, a indústria tem um potencial essencialmente positivo, na medida em que é a atividade autoproductora essencial do homem, é a sua própria atividade productiva, a figura da paixão humana, a realização desses seres enquanto humanos. Neste sentido, a partir desta mediação específica, os homens e as mulheres em sua atividade autoproductora são parte da natureza. E, assim, a alienação passa a ser lida como autoalienação, como alienação própria e não externa à humanidade em sua atividade productora essencial, ou nas palavras do próprio Marx, “*alienação dos poderes humanos do homem por meio da sua própria atividade productiva*”.

Para Mészáros, então, se a mediação da natureza com o ser humano através da atividade productiva é algo essencialmente positivo, como explicar a alienação e suas consequências negativas e desumanizadoras? Ocorre, segundo o autor, o surgimento das mediações de segunda ordem na relação entre homem e natureza. No desenvolvimento histórico do trabalho, da atividade productiva e das relações de produção surgiu a mediação da propriedade privada, e consequentemente as figuras e as funções sociais, dos proprietários e dos trabalhadores. A humanidade, o homem e a mulher, no plano prático, na realidade, tem a sua supressão prática enquanto existência integradora e se apresentam concretamente divididos em proprietário e trabalhador. Se a humanidade é tomada em sua forma alienada, proprietário e trabalhador, dados no âmbito do real como fato inexorável e não como produto histórico da alienação, a noção integradora do homem, ou seja, de uma humanidade única e semelhante, e assim, como ação social productiva sobre a natureza, se tornam mera abstração. (Vale ressaltar que, a construção do sistema monetário como força da alienação atinge seu ponto mais intenso no modo de produção capitalista e suas consequências mais exacerbadas das contradições capital trabalho, porém essa relação de alienação e separação entre proprietário e trabalhador se iniciam muito antes do estabelecimento do modo de produção capitalista)

A humanidade passa a ser dividida em trabalhador (trabalho assalariado) e proprietário (propriedade privada). Neste sentido, há uma mediação de segunda ordem na relação homem-natureza. A relação com a natureza é mediada pela indústria (agora já alienada) através do proprietário e da propriedade. Desta forma, o proprietário e a propriedade tem uma relação direta com a natureza, porém alienada do processo de trabalho. O trabalhador e o trabalho só se relacionam com traços de uma natureza alienada, através da “indústria”. Neste cenário, o

trabalhador se relaciona diretamente com o proprietário e com uma natureza alienada que lhe chega de forma determinada, pois o arranjo da relação natureza-produção foi estabelecida em outra instância das relações sociais, pela decisão do proprietário, na qual ele não participou. Neste conjunto de relações podemos expressar, o que Marx diz ser o trabalho produzido como “atividade essencial alienada”.

Mészáros ainda ressalta:

“Nessas séries de relações – nas quais as mediações de segunda ordem em P e T tomaram o lugar do homem (H) – os conceitos de “homem” e “humanidade” podem parecer simples abstração filosófica para todos aqueles que não conseguem enxergar além do imediatismo direto das relações alienadas. (E elas são, de fato, abstrações, se não forem considerados em termos das formas de alienação sócio historicamente concretas que assumem)” (MÉSZÁROS, 2006, p. 104).

A ação direta e não alienada com a natureza, não é totalmente suprimida. Porém, concretamente na realidade, não ocorre a relação da humanidade com a natureza, mas suas formas mediadas, na verdade a “mediação da mediação”. Existe, então, uma separação deste homem, e seus fragmentos constituem um conjunto de relações parciais com a natureza, com o trabalho e com os outros homens, que acabam refletindo sobre as relações sociais e sobre a produção científica. O conceito de separação é muito importante para compreender a alienação, pois ele divide a totalidade social e isola fragmentos de relações sociais totais e, na medida, que isolam essas relações às alienam. Não permitindo, muitas vezes, enxergar as outras parcialidades sociais e a relação do processo específico alienado com a totalidade social e, ao criar essa não percepção das partes que integram um todo, constitui na alienação as negatividades sociais.

A natureza só se relaciona com a humanidade através da indústria alienada na figura do proprietário. Neste sentido, essa relação parcial passa a não incorporar e a não perceber os outros elementos da sociedade nas suas decisões, como por exemplo, o trabalhador. Nessas relações alienadas uma oposição constitutiva entre P (proprietário) e T (trabalhador) gera conflitos, as noções de homem e indústria reificadas, em sua forma alienada, geram relações parcializadas, contradições e oposições variadas, pois não enxergam a relação essencial entre homem e

trabalho. O trabalho, na perspectiva da propriedade, passa a ser dado como fator material, fator de produção e não como agente humano da produção. Parte constitutiva do que é ser humano, é negado tanto para proprietário que vê apenas um fator de produção para obter lucros, quanto para o trabalhador que não enxerga uma atividade ontológica essencial, senão um meio de sobreviver. Este trabalhador foi expropriado do trabalho útil, do trabalho criativo, do trabalho social e, nesse sentido se nega primeiro o trabalhador como parte essencial do que é o homem, sua relação antagônica com o proprietário e a relação de ambos com a humanidade (Mészáros, 2006).

Assim, para Mészáros (2006) vai se escapando do sentido de bem e mal atribuído a indústria, e vai se atribuindo à autonomia das instituições sociais criadas, a alienação gerada, ocasionando a sujeição da humanidade a instrumentos cada vez mais poderosos de sua própria criação. Os trabalhadores estão tão distanciados das esferas de definição e tomada de decisão sobre o processo produtivo que se tornam reféns e impotentes frente a uma existência precária e limitada em situações de pobreza e trabalho extenuante, como verificamos nos trechos a seguir:

**Resgatados 95 cortadores de cana em fazenda ao norte do Rio**

*“...Os cortadores de cana não tinham registro em carteira, trabalhavam mais de oito horas por dia e não contavam com água potável, banheiro e refeitório, segundo relataram os fiscais.” (Folha de São Paulo, 04/09/2010)*

**Quase 25% da população rural vive em situação de pobreza extrema**

*“Segundo o IBGE, miséria atinge 16,270 milhões de brasileiros. Na zona rural, o percentual de miseráveis é mais elevado. Para ser considerada extremamente pobre ou miserável, a família deve ter renda per capita de até R\$ 70 por mês.” (Portal de notícias Globo, G1 - 18/12/2011)*

Essa autoalienação permite que, aqueles da classe dominante, possam sentir-se felizes e realizados como fazendeiros, ao passo que este distanciamento não o fazem sentir responsáveis por essas consequências nefastas na vida alheia e se o fazem, este outro está tão estranhado da matéria humana que não se pode sentir solidariedade ou compadecer-se.



### ***Violência contra indígenas cresce 237% em 2012***

*No ano de 2012, as diversas formas de violência cometidas contra os indígenas no Brasil aumentaram 237% em relação a 2011. Os números foram apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), nesta quinta-feira (27), no relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”. O Cimi contabiliza, nessa categoria, as ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporal e violência sexual. (Revista Fórum, 27/06/2013)*

Retomando a ideia inicial de Mészáros (2006), a verdadeira pessoa humana não existe realmente na sociedade capitalista, senão em sua forma alienada, reificada e separada em trabalhador e proprietário na forma de uma oposição antagônica, ou seja, interpelar um homem integral é uma abstração e idealização, negar sua existência também é incorrer em um equívoco. A humanidade, de homens e mulheres concretos, existe sim, mas existe na oposição entre trabalho e capital pela intervenção da propriedade privada. Afirmar o homem integral, buscar reconstruir essa totalização humana significa negar praticamente essa separação entre trabalho alienado e propriedade privada e buscar sua superação.

“A natureza das relações reais é tal que para compreendê-las adequadamente é necessário adotar uma atitude radicalmente crítica com relação ao sistema de alienações que “externaliza” (ou “objetiva”) o homem na forma de “trabalho alienado” e “propriedade privada reificada”. O “verdadeiro homem” – a “verdadeira pessoa humana” – não existe realmente na sociedade capitalista salvo em um forma alienada e reificada na qual encontramos ele como trabalho e capital (propriedade privada) opondo-se antagonicamente.” (Mészáros, 2006, p. 106).

É importante, neste momento, fazer um esclarecimento, uma vez que estamos falando de produção, propriedade privada e indústria, isto pode levar a pensar que o desenvolvimento humano e a alienação são processos puramente econômicos. Mészáros (2006) esclarece que se trata do autodesenvolvimento do trabalho enquanto atividade humana produtiva, o que nunca significa, simplesmente, produção econômica. É necessário destacar as múltiplas mediações (aqui entendidas no mesmo sentido das mediações de segunda ordem, ou seja, a construção de

institucionalizações sociais, como a troca e o dinheiro, que ganham autonomia relativa e de forma dialética estruturam e são estruturadas pela alienação) nos mais variados campos da atividade humana, a cultura, política, arte, direito, religião, que também por sua estrutura própria, influenciam e determinam fortemente a base econômica da vida.

“Mesmo em relação à cultura, à política, ao direito, à religião, à arte, à ética etc, da sociedade capitalista ainda é necessário encontrar aquelas complexas mediações, em distintos níveis de generalização histórico-filosófica, que nos permitem chegar a conclusões confiáveis tanto sobre as formas ideológicas específicas em questão como sobre a forma dada, historicamente concreta, da sociedade capitalista como um todo.” (MÉSZÁROS, 2006, pg. 109).

Neste sentido, não se pode pensar em um determinismo econômico, onde todos os conflitos e determinações nas relações sociais são única e exclusivamente definidas pelos fatores econômicos, ou pior, que as relações econômicas de produção do capitalismo se tornariam uma estrutura atemporal, permanente e imutável, o que significaria o fim da história. Para Mézáros (2006), o que caracteriza a história é ela estar aberta e não pré-determinada e definida. Assim, a construção da história humana é a história do autodesenvolvimento como atividade vital advinda de uma necessidade interior, o ser auto mediador ativo da natureza que ao se construir concretamente na história recria sua própria história, e recria suas necessidades, objetivos e desejos de autodesenvolvimento.

Se esta relação alienada não é entendida nessa oposição entre trabalhador e proprietário, e que esse choque necessariamente antagônico leva à sua anulação, a percepção dos conflitos no trabalho levam a um entendimento de uma natureza egoísta do ser humano que por sua vez conduz a exploração e miséria, o que age contra a superação das contradições de nossa sociedade, pois desloca o cerne dos problemas sociais das relações de produção e colocam a de um homem egoísta idealizado. Na visão, na qual o homem é “naturalmente” egoísta e a humanidade está fadada a gerar opressão e miséria, a transformação social não é possível. Por outro lado, quando encaramos os problemas da sociedade como resultado da autoconstrução humana na história, essa trajetória pode ser positivamente alterada, e a humanidade, no controle de seu autodesenvolvimento, tem o poder para gerar a transformação social.

Retomando o sentido positivo da indústria como necessidade ontológica, ou seja, como autorealização do trabalho, a mediação da propriedade privada foi uma etapa necessária, mais que isso, inevitável, pelo dinamismo histórico que imprimiu, e pelo desenvolvimento do trabalho evidenciado. Porém, o agravamento dos antagonismos e contradições entre capital e trabalho geraram, a paralisação histórica do próprio desenvolvimento do trabalho, as situações de opressão, miséria, exploração e degradação ambiental. Anunciam a necessidade da anulação e superação desse antagonismo para a própria retomada da atividade essencial, a autorealização do trabalho como emancipação humana. São como duas faces da mesma moeda, a autorealização do trabalho como necessidade ontológica, do materialismo dialético, que precisam existir para se negarem mutuamente e perpetuar o trabalho com atividade essencial humana, ou seja, se num primeiro momento, a propriedade privada foi necessária para colocar em marcha o autodesenvolvimento do trabalho, num segundo momento, suas contradições e oposições atuam promovendo sua anulação.

“Aos olhos de Marx, a evidência crescente de um antagonismo social irreconciliável entre propriedade privada e trabalho é uma prova do fato de que a fase ontologicamente necessária de auto-alienação e automediação reificada do trabalho – ‘pelo meio da propriedade privada’ etc – está chegando a seu final” (Mészáros, 2006, p. 107).

É nessa perspectiva, tratada por Mészáros 2006, na qual o agravamento das contradições e oposições da sociedade capitalista atuam gerando sua anulação e anunciando seu fim, que localizamos a Agroecologia. As experiências agroecológicas são uma das expressões do agravamento das contradições do paradigma do capitalismo agrário no campo, quando buscam a ruptura e superação das relações sociais opressoras e exploradoras presentes na sociedade contemporânea na esfera rural, e as negam quando constroem formas alternativas na relação entre trabalho e natureza.

O primário desafio de Marx para Mészáros era a construção de uma “Ciência Humana”, como superação das ciências naturais e filosofias alienadas, ou seja, enfrentar a alienação presente na atividade do fazer Ciência, buscar uma Ciência integradora da vida real, gerada pelas necessidades reais não alienadas da humanidade. A mediação da indústria, nos moldes como a conhecemos, efetiva um modo de produção alienado, uma relação parcial do homem com o

trabalho, com a natureza e com a vida, e constrói um estranhamento no entendimento do homem sobre a natureza e, assim, uma fragmentação na construção das ciências naturais abstratamente materiais.

Um estranhamento e oposição que ocorre no campo estrutural da sociedade e, este relacionamento parcial e fragmentado da atividade produtiva com a natureza, gera determinações alienadas e “inconscientes” para a investigação científica. Como, o que existe materialmente são essas relações particionadas entre frações do homem, da natureza e do trabalho, as ciências enxergam apenas esses pedaços da totalidade social e tornam essa relação isolada o centro de sua análise e a julga suficiente para explicar a realidade. Assim, cada ciência trabalha com uma parte das relações alienadas e estranha a outra Ciência que trabalha com outro pedaço da realidade, como também, estranha a totalidade do processo social. Se opõe a este quadro a criação, como Marx diz, de uma “Ciência Humana”, síntese concreta e integrada da vida real, advinda das necessidades humanas do homem não-alienado, que determinariam a agenda de investigação, negando, então, as agendas especulativamente inventadas ou abstratamente materiais, uma estrutura referencial não fragmentada que orientaria a ação nos campos particulares.

A estrutura da produção científica é idêntica àquela praticada no mundo da produção material, nos complexos de empresas e indústrias, é regida pela inércia da estrutura institucionalizada do modo capitalista de produção, onde opera a falta de controle sobre as atividades fragmentadas e “inconscientes”. Neste caso, não é ocasional o emprego do termo “produção científica”. Esse caráter confere características interessantes as ciências naturais, por um lado, um senso de autonomia, de auto governo e, por outro, de simples meios para fins externos e alheios, metas técnicas definidas por um processo produtivo alienado. (Mészáros, 2006)

A ciência exata recebe a necessidade de barrar água e vai estudar como construir uma barragem de água para abastecer uma cidade, e não suas implicações e determinações, pelo menos, não em conjunto, não em um processo integrado de produção científica. Essa linha científica deveria responder: Para que uma barragem? Quais as implicações sobre as comunidades locais? Quais os impactos ambientais? Qual tecnologia mais adequada àquela região e comunidade? Como definir a necessidade social de uma barragem e forma de organizar o trabalho para menor desgaste dos trabalhadores?

As determinações do próprio sistema do dinheiro, menor custo, menor tempo de entrega, acabam guiando o tipo de resposta científica e técnica a ser dada, isso sem questionar se realmente a barragem é a prioridade na linha de pesquisa, se não há necessidades mais prementes a um estado, país, ou seja, não se questiona quem elencou essa meta como científica e se ela constituiu uma demanda socialmente não alienada.

A filosofia, por outro, lado exacerba seu caráter especulativo e se torna um fim em si mesma, ao buscar de forma idealista e exotérica o homem supostamente universal. Realiza em sua atividade de pensamento uma alienação a qualquer tipo de prática e aos campos do conhecimento, ou seja, em relação as outras disciplinas científicas. (Mészáros, 2006)

“Uma ciência humana que é a síntese sobre a concepção abrangente de experiência humana em todas suas manifestações que contrapõe a universalidade alienada da filosofia abstrata e a fragmentação e à parcialidade reificada da *ciência natural*<sup>10</sup>, um olhar ao campo da teoria enquanto *unidade da teoria e prática*” (Mészáros, 2006, p. 21)

As ciências ao não perceberem a mediação da indústria na relação do homem com a natureza, pressupõe uma suposta relação direta da natureza com um homem idealizado, “original”, que não se realiza devido a sua relação artificializante e direta com a indústria. Exacerba, assim, o caráter autônomo e “mau” da própria indústria. Por essas lentes, enxerga-se uma relação direta e exclusiva do homem com a indústria, e, assim, se divorcia o homem da natureza e a indústria passa a ser vista, então, como obstáculo a essa relação natural do homem com a natureza que não se realiza, algo como preservar ou buscar reconstruir a constituição original do homem. E nessa perspectiva, tanto a natureza quanto o homem, se tornam conceitos idealizados e alienados um do outro. Ao não enxergarem a mediação da indústria, as ciências falam então, de um homem que não existe e de uma natureza que muito menos se apresenta como real no mundo da vida. (Mészáros, 2006)

As ciências, por suas vez, concretamente, respondem às necessidades alienadas e lançam sua atenção a um círculo específico da atividade essencial estranhada. Também nestes recortes,

---

<sup>10</sup> Karl Marx, Manuscritos econômicos filosóficos, p. 124.

de alienações e mediações, fica evidente, que essas ciências se comportam de uma forma estranhada, umas em relação às outras.

A filosofia especulativa, se mira em um homem idealizado não conectado à oposição concreta entre as suas manifestações reais em proprietário e trabalhador, mas ao reconhecer as contradições sociais efetivas do plano material, constrói uma oposição insolúvel, fictícia entre o homem puro e os antagonismos da sociedade.

A economia política, por sua vez, foca na relação entre P e T, trata o trabalho como um simples fator de produção, ignora por completo a relação da indústria com a natureza, e deixa de relacionar tanto, P quanto T, com o Homem. As ciências naturais miram a relação entre a indústria alienada e a natureza alienada, desconsiderando a relação entre P e T da investigação e, com certeza, não consideram o homem em sua integralidade, dentre suas variáveis de construção científica. No caso, por exemplo, da ciência aplicada, basicamente recebe-se demandas da indústria alienada, geralmente, transfiguradas como metas de produção e desconsideram por total as implicações humanas do seu processo de desenvolvimento.

### **3.3 A Proposta Agroecológica de intervenção na realidade**

Para Caporal et al. (2005) a Agroecologia se propõe a ser uma nova matriz disciplinar, uma área científica de construção do conhecimento concebida de forma complexa, integrando e interagindo a concepção do conhecimento a partir das várias ciências já existentes e ainda dos saberes sociais e populares não reconhecidos pelo saber acadêmico.

Uma nova perspectiva onde o reducionismo científico, atualmente vigente, não consegue responder as questões da realidade “objetiva”, e assim seria necessário expandir a concepção científica para a perspectiva complexa da interrelação dos fatores na busca da inter, multi e transdisciplinaridade. Neste sentido contribuições de vários campos teóricos seguem integrando-se em torno do rural e compondo o conhecimento em Agroecologia como já se observa na Física, Economia Ecológica, Ecologia Política, Agronomia, Ecologia, Biologia, Educação, Comunicação, História, Antropologia e Sociologia. (Caporal et. al., 2005)

Segundo Altieri (1989) nas ciências clássicas se gera conhecimento criando situações experimentais parecidas com o sistema real e os observa sobre condições controladas. A formação do pensamento ocidental se fundamenta na construção do conhecimento útil e universal, que se aplique na realidade em qualquer situação e local que estiver. Pilares sobre os quais se pode formalizar que a ciência é sempre acumulativa e esta sempre em desenvolvimento.

Já na visão agroecológica, apesar de reconhecer as leis gerais da física, química e biologia, acredita a maneira de se inter-relacionarem e se combinar são complexas e únicas dentro de um determinado processo, principalmente porque envolve seres humanos e disputas de poder. A construção do conhecimento se dá baseada na observação da “evolução” das comunidades tradicionais e sua maneira de interagir com a natureza e resolver os problemas agrícolas.

Assim, a natureza de determinado lugar reflete a organização social, conhecimento, tecnologias e valores daquele povo, bem como a cultura desse povo é fortemente influenciada pelas condicionantes ecológicas deste local. Desta forma, a natureza das partes só pode ser entendida no contexto da “coevolução” como um todo, respeitando a história específica de cada agroecossistema.

Para Gliessman (2000) a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e

economicamente viável. “A Agroecologia é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” (Gliessman, 2000)

Para Altieri (1998) a Agroecologia busca através da gestão e análise de técnicas e tecnologias, aplicadas a agroecossistemas como unidade fundamental, abarcar os campos ecológico, sócio-cultural e econômico. A partir da visão agroecossistêmica, podem-se construir unidades saudáveis, produtivas, equilibradas e com baixo consumo energético externo, para que interações ecológicas gerem um equilíbrio complexo e dinâmico, protegendo as culturas e gerando fertilidade no solo.

Nestes trechos é possível verificar na Agroecologia, enquanto formulação teórica, uma busca por superar a alienação entre as Ciências, o que Meszáros expõe como o estranhamento uma em relação as outras, num primeiro momento buscando a inter e transdisciplinaridade. Os autores apresentados apontam e reforçam a necessidade da interação entre as ciências existentes para construir para um fato social total, a agricultura e vida dos camponeses, e não o fragmentado nas áreas do conhecimento. Uma tentativa inicial de combater este estranhamento das Ciências que lançam seu olhar a círculos específicos e isolados de uma totalidade social, e assim não percebem sua interrelação com os outros fatos da realidade social. Enxergando então, a vida dos camponeses como um fato social mais complexo, buscam as contribuições das várias Ciências para compreender esse processo social e seus determinantes e determinações.

De forma explícita busca negar a relação idealizada e fundamental, ou seja, “ahistórica” dos camponeses com a Natureza, como crítica Mészáros, onde um homem idealizado, puro e não existente, busca reatar seus laços com uma natureza intocada e selvagem pois não percebe a mediação essencial da indústria, ou seja da atividade produtiva, nesta relação. A Agroecologia, enxerga sim essa mediação, através do conceito de coevolução, onde há uma relação específica de construção tecnológica e de atividade produtiva localizada no espaço com um tipo específico de Natureza e bioma e na história com um grupo social que tem raízes culturais e uma trajetória camponesa.

Segundo Altieri (1989), então, a Agroecologia elege o agroecossistema como unidade de análise, constituindo-se num conjunto de elementos e relações complexas que interagem num espaço composto por produção agrícola, alocação de recursos físicos financeiros, comercialização e relações sociais envolvidas no caráter regional. Por outro lado os



agroecossistemas moldados pela agricultura de monocultura são instáveis e de baixa eficiência energética, a simplificação leva a fragilidade.

Com isso a Agroecologia traz novos elementos de análise do agroecossistema como a sustentabilidade, equidade, e estabilidade (manejo, econômica, cultural) que tem como objetivo otimizar a produtividade e melhor utilizar os recursos do sistema a longo prazo do que maximizar a produção no curto prazo, bem como promover a preservação ambiental, ser culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis. (Altieri, 1989).

Um de seus grandes pilares é a preservação e ampliação da biodiversidade. Situação de sinergismo e interações complementares que geram cobertura vegetal contínua; produção diversificada de alimentos e outras utilidades; uso eficaz de recursos locais e fechamento do ciclo de nutrientes; múltiplo uso do território; não uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente. (Altieri, 1987; Harwood, 1979; Richards, 1985).

Para Altieri (1989) o conhecimento tradicional acumulado nas comunidades de agricultores ao longo de muitos anos possibilitou a criação de sistemas de autossuficiência alimentar baseado em tecnologias simples de baixo uso de insumos. Situação que favorece a capacidade de tolerar riscos, aumentando a eficiência produtiva de misturas simbióticas de cultivos, utilização dos recursos germoplasmas locais e oferecendo habilidades para explorar toda gama do micro ambiente. E complementa:

“Outro elemento importante na discussão de sustentabilidade e Agroecologia é o fato de se reconhecer a importância do conhecimento tradicional dos agricultores, e mais do que isso criar soluções técnicas a partir de seus conhecimentos não o sobrepondo como na revolução verde.” (Altieri, 1998, p.26).

O laço de permanência na terra imprime um uso mais sustentável do ambiente mantendo ciclos de materiais e resíduos através de práticas eficientes de reciclagem. Práticas agrícolas voltadas para otimizar a produção a longo prazo e não maximizá-la a curto prazo, utilizando recursos locais e atentando para os limites espaciais e energéticos.

Tem-se observado que essa gama de conhecimentos fundamentou-se com o passar das décadas na observação precisa e na experimentação. Com isso desenvolveram-se estratégias produtivas inúmeras: diversidade e continuidade espacial e temporal da produção; otimização de

uso do espaço e dos recursos; aumento de produtividade e uso mais eficiente de solo, nutrientes, água e radiação solar; reciclagem de nutrientes; conservação da água.

O uso da biodiversidade (ancorada em sistemas de policultivos, padrões agroflorestais e alta variabilidade genética de espécies) e de tecnologias simplificadas, além de diminuir os riscos de ataque de pragas, produz estabilidade produtiva a longo prazo e fornece grande gama de elementos necessários à rotina humana como materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para os animais, utensílios gerais, combustível e artefatos religiosos.

Para Chambers (1983) a produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que projeta a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A Agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades de desenvolvimento. O objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento.

Segundo Altieri (1989) a Agroecologia busca assim, entender como os sistemas tradicionais se “desenvolveram” para aprimorar a ciência da ecologia, de forma a incorporar elementos à agricultura moderna para que essa possa ser feita de forma mais sustentável.

Neste sentido, a Agroecologia aposta no enfrentamento dessa relação entre homem e natureza mediada por uma atividade produtiva alienada. Atua, como diz Mészáros, buscando anular os antagonismos entre propriedade e trabalho na medida que o agricultor com autonomia relativa em relação ao uso da terra atua negando historicamente a dominação do trabalho assalariado, a pobreza que foi submetido, à expulsão sistemática de suas terras e, como retrata Sevilla Gúzman, outras agressões da sociedade moderna. Desta forma, atua na construção de um trabalho menos degradante e extenuante, menos moralmente humilhante, menos sujeito a violência moral e assedio de superiores como na agricultura convencional.

O fato de ter a propriedade, ou melhor o direito de uso da terra, age de forma dialética na medida que permite resignificação das relações de produção, mas está longe de realizar a emancipação total humana. Primeiro porque isso exige um processo estrutural na sociedade e segundo porque nem todas as negatividades de poder e ideológicas são desfeitas. No momento em que vivemos do desenvolvimento capitalista, a alienação da sociedade como processo histórico se instalou tanto em instituições como em valores e ideologias, que permitem uma forte

pressão externa sobre os agricultores, desde influências ideológicas até determinações objetivas e produtivas estabelecidas pelo mercado.

Ao mesmo tempo, a agroecologia, atua tentando reatar os laços entre homem e a natureza entrelaçados pela terra na figura do camponês. A primeira aproximação é bastante clara entre homem e natureza na medida em que o agricultor trabalha no campo no espaço natural, interage diretamente com plantas, cursos de rio, o solo, a fauna local. Aproxima o homem não daquela Natureza idílica e idealizada, mas sim da real, através do trabalho, através da atividade produtiva sobre a terra e dependente da terra.

Nesta dupla aproximação constrói o trabalho como manejo dos recursos naturais, que promove cobertura vegetal contínua, o uso eficaz de recursos locais e fechamento de ciclos de nutrientes, a biodiversidade, a fortalecimento dos ciclos d'água e dos solos. Neste sentido, desenha o trabalho numa relação muito mais próxima com a natureza, e ao reconhece-la como essencial a sua vida e ao seu sustento estabelece uma relação não destrutiva, mas de necessidade e de preservação.

No trabalho da agricultura também, atua promovendo sua auto sustentação alimentar ao invés de produzir lucro e dinheiro, atua preservando a saúde do trabalhador não empregando agrotóxicos e diminuindo a jornada de trabalho, promove uma produção mais resiliente a impactos ambientais e a flutuações do mercado, o múltiplo uso do territórios para fins não apenas produtivos.

Caporal e Costabeber (2002) definem o conceito de Agroecologia como “ciência que estabelece as bases – princípios, conceitos e metodologias – para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável”.

Dessa forma a Agroecologia, mais que um modelo de agricultura de base ecológica, aborda a organização social, o comportamento econômico e a postura política que contribuem nas transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis e equitativos.

Ou seja, não se pode conceber a Agroecologia como um tipo de agricultura, um sistema de produção ou uma tecnologia agrícola. Dentro da perspectiva da Agroecologia, os processos de manejo e de organização do agroecossistema devem estar integrados à cultura local de forma respeitosa e valorizada. Os saberes, valores, o modo de se organizar e os conhecimentos locais e

tradicionais têm grande valor e relevância na construção de um modelo de agricultura e organização sobre os preceitos agroecológicos. Não só relevância, mas se configura como um dos pilares de construção de um novo paradigma. (Caporal e Costabeber, 2002).

“A agricultura, nesse sentido, precisa ser entendida como atividade econômica e sociocultural - uma prática social - realizada por sujeitos que se caracterizam por uma forma particular de relacionamento com o meio ambiente.” (Simón Fernández e Dominguez Garcia, 2001, p. 4).

Segundo Mészáros (2006), então, uma reflexão acerca de um ser humano emancipado, ou totalizado, só se pode conceber em meio a negação das relações sociais de produção capitalistas. Toda e qualquer ciência que não percebe o antagonismo entre propriedade e trabalho, enfrentará dificuldades em construir um conhecimento social útil à emancipação.

Considerando a necessidade histórica de autotranscendência em direção a construção do trabalho como atividade integradora do homem com a natureza, verificou-se o agravamento das contradições sociais entre capital e trabalho, sua superação se torna uma necessidade histórica para a própria manutenção da necessidade ontológica do trabalho de se realizar. Assim na abordagem do sistema de Marx se supera o pessimismo em relação a humanidade vigente em muitas correntes do pensamento social, já que tanto a alienação quanto sua superação são percebidas como necessidades ontológicas humanas. (Mészáros, 2006)

A ciência humana, a ciência substantiva desejada, então, também, não pode se dar de uma forma abstrata e idealista, tem que se constituir como demanda da realidade, como necessidade da prática social como um todo, pois só ela produz as necessidades intelectuais realizáveis. Bem, como o olhar se dá para um os fatos reais concretos, a ciência humana não se faz a priori, mas vai respondendo as demandas concretas. Ela tem que focar o trabalho em sua universalidade autotranscendente, se faz assim, também ao negar as relações sociais de produção existentes e a superação das contradições entre capital e trabalho. (Mészáros, 2006)

É importante atentar que, segundo Mészáros (2006), na prática, enquanto a alienação não for suprimida não se pode realizar essa ciência humana integralizadora, ele se constrói socialmente, gradualmente ao enfrentar cotidianamente as facetas negativas da alienação. Porém, as ciências na realidade estão contrapostas entre si e também à existência social no mundo real, tanto teoria quanto prática se opõe mutuamente. Tarefas concretas se colocam para superar a

alienação entre os próprios campos do conhecimento e buscar sua integração recíproca como também estabelecer um olhar para a totalidade da prática social e não seus fragmentos isolados.

Como não poderia ser diferente ao olhar dialético de Marx sobre os processos sociais, a supressão da alienação na prática social real, não pode se dar sem a superação da alienação nos campos teóricos, esses enfrentamentos à alienação vão se dando nos dois campos, refletindo e se alimentando mutuamente, nas palavras de Mészáros:

“Desse modo Marx concebe o processo efetivo de “*Äufhebung*” [superação] como um movimento dialético entre esses dois polos – o teórico e o prático – no curso de sua reintegração recíproca” (MÉSZÁROS, 2006, p. 108)

Neste sentido pode-se localizar a Agroecologia nesta perspectiva emancipadora abordada por Mészáros, pois busca caminhar pela práxis e a dialética, para além de uma proposta teórica pura e desconectada do mundo real, apresenta muitas experiências concretas e um olhar atento para o movimento da realidade, ou seja, a situação dos agricultores camponeses e como vêm se relacionando com a prática concreta da Agroecologia e suas consequências sobre a alienação.

Se torna importante retomar um argumento muito relevante destacado por Mészáros em Marx, o de que as manifestações da alienação estão presentes nos mais variados campos da atividade humana que existem dentro do complexo histórico de mediações concretas.

“...as quais não são simplesmente construídas sobre uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa última, por intermédio de sua estrutura própria enormemente intrincada e relativamente autônoma” (MÉSZÁROS, 2006, p. 109)

Desta forma, a relação entre a alienação no trabalho e sua reificação na economia é de dialética e reciprocidade com a filosofia, religião, arte, educação, direito e todos outros campos da vida. Neste sentido eles se autodeterminam e influenciam tanto nas manifestações quanto na esfera das resistências e questionamentos.

No que se refere a Agroecologia, suas manifestações no campo da educação e da cultura são evidentes na forma de se fazer educação nos cursos de Agroecologia e como se modificam a relação entre os indivíduos no campo da cultura como veremos nos capítulos que se seguem, ampliando a Agroecologia como um campo do trabalho unicamente econômico.

Para Mészáros (2006) há sempre uma relação dialética entre história e estrutura, entre continuidades e descontinuidades, sempre existem elementos temporais na estrutura e elementos sistemáticos na temporalidade. Os recortes mais específicos e regionais, com características próprias culturais e de organização social, sempre influenciam o processo histórico.

Entendendo a automedicação e o autodesenvolvimento como necessidades ontológicas da humanidade, por consequência, tanto a alienação quanto sua transcendência também o são, neste processo constante de movimento, o homem busca a realização da “essência humana”, utilizando as próprias palavras de Marx. Como um ser automediador da natureza, com papel ativo, no desenvolver das suas atividades e ações vão se criando novos objetivos e necessidades, isso confere o caráter aberto à história e de suas possibilidades constantes de mudança. Os objetivos da história se constroem no ato de fazer história, nunca a priori, como algo previamente definido. Se faz nas implicações concretas das relações já construídas sobre a automedicação humana, como também nas necessidades e objetivos humanos que se reconfiguram o tempo todo. Neste sentido a ação política é essencial à superação da alienação na medida que cria condições para sua concretização futura, nestes termos a ação política não pode ser confundida com a própria superação da alienação (Mészáros, 2006).

Neste contexto que se localiza a Agroecologia, neste trabalho, uma proposta de práxis, de intervenção na realidade integrando teoria e prática, que busca superar as relações alienadas de opressão, buscando a transformação social no campo através do manejo de recursos naturais e ressignificação do trabalho e da relação humanidade e natureza. No próximo capítulo serão debatidos alguns elementos pertinentes para aprofundar o caráter emancipador da Agroecologia e sua potencialidade para a superação da alienação.

As análises, realizadas nesta seção, não tem a pretensão de mostrar que a Agroecologia apresenta apenas aspectos emancipadores, mas procuraram identificá-los em meio ao universo de contradições, reprodução de relações opressoras, de valores e ideologias dominantes, que manifestam a Agroecologia ou qualquer iniciativa de organização social no plano concreto e no mundo da vida, utilizando os conceitos de Mészáros (2006).

Especificamente no Brasil, essa construção contraditória, teve muita influência das Ong’s ambientalistas, de agriculturas alternativas e de setores das Universidades, foi pelo intermédio dessas instituições que a Agroecologia chega e se consolida durante a década de 1970. Essa chegada trouxe à tona o debate ecológico e das formas alternativas de fazer agricultura, o que

historicamente, foi de extrema importância, principalmente para o debate da questão ecológica e a crítica à revolução verde.

Porém, dialogando com as reflexões do professor Sevilla Gúzman (2011), as construções teóricas e práticas da Agroecologia mais ligadas a sua raiz de pensamento, como formas camponesas de resistência à opressão e manifestações de libertação na ressignificação das relações sociais no campo, ocorreram fora, em países estrangeiros como o Estados Unidos. Já, no Brasil, longe de suas origens, as configurações da Agroecologia, se dão tanto na ciência como na prática, com aspecto técnico muito exacerbado, ligadas à ecologia e aos manejos sustentáveis na agricultura.

Outra influência forte, no período, dentro do debate de agricultura e questão ambiental, foram as agriculturas alternativas, como a natural, a biodinâmica, a orgânica e a permacultura, que contribuíram para acentuar esse caráter técnico da Agroecologia no Brasil. Esses aspectos, influenciam como a Agroecologia é enxergada até hoje, sua conformação difusa criou muitos entendimentos diferenciados, que ainda perduram na relação com o Estado e na visão da sociedade civil. Sentidos e abordagens como uma forma de inclusão produtiva, como um nicho específico e rentável de mercado para alimentos, como uma forma de consumo de alimentos saudáveis, como preservação da natureza, como agricultura sustentável são disseminados, concepções essas, que se afastam da perspectiva emancipadora da Agroecologia.

Ainda hoje essa influência da construção histórica da Agroecologia no Brasil tem forte peso nas ações desenvolvidas e no entendimento que o governo e a sociedade civil apresentam em relação à Agroecologia, e certamente tem relações com o forte caráter comercial que a PNAPO apresenta.

É mais tarde, entre as décadas de 1990 e 2000, a partir da retomada das influências, em pesquisadores e extensionistas nacionais, de pensadores como Eduardo Sevilla Gúzman e Juan Martínez Alier, dentre outros, e da aproximação dos movimentos sociais do campo à Agroecologia, que ela retoma sua dimensão política, reata a suas raízes camponesas com a resistência simbólica à opressão na sociedade, e com a forma de enfrentar a sujeição, a partir de um manejo específico e autônomo dos recursos naturais. A partir deste momento, a Agroecologia retoma o enfoque central na relação entre homens/mulheres, trabalho e natureza, suas possibilidades emancipadoras, e sua abordagem como enfrentamento à ordem estabelecida.





## **4. AGROECOLOGIA COMO LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA DO CAMPE SINATO BRASILEIRO**

### **4.1 Trajetória camponesa brasileira**

Antes de analisarmos a trajetória camponesa brasileira é importante realizar uma conceituação geral de campesinato para localizar, em que termos e a partir de qual referencial, iremos debater a especificidade do Brasil.

A grande polêmica coloca nesse debate: o campesinato é ou não uma categoria social? como se relaciona e se posiciona dentro da conformação do modo de produção capitalista?. Segundo Abramovay (1992) a categoria camponês não se encontrava presente diretamente nas teorias de Marx. Sua questão se fundamentava, de forma mais atenciosa, ao drama da socialidade e conseqüentemente da personalidade fragmentada, alienada, mais distante de si mesma e dos outros homens, quanto mais próxima deles, através deste vínculo desnorteador que é o mercado, buscando, então pensar uma nova socialidade guiada pela vontade inteligente e planejadora.

Assim devido a esse caráter, da socialidade no mundo das mercadorias e a contradição entre o caráter privado e social do trabalho, o foco da análise ocorreu no conflito das classes em luta para a formação de um mundo novo. Nessa relação analítica entre trabalho e posse dos meios de produção, conduz-se a leitura de que o campesinato tenderia à diferenciação, ou seja, se tornaria um pequeno capitalista que explora também o trabalho alheio, ou se proletarizaria perdendo seus meios de produção.

Por outro lado havia uma parte do partido, os revisionários, sugeria que o campesinato poderia conter elementos diferenciados do proletariado urbano que pudessem se unir de forma complementar a uma transformação socialista da sociedade. Para eles a agricultura familiar tinha em sua constituição elemento de superioridade técnica e organizacional frente à produção capitalista (Abramovay, 1992).

Assim, o campesinato, gradualmente no decorrer da história, ganha contornos científicos em relação a sua organização e motivação diferenciada da empresa capitalista. Um dos precursores desta discussão foi Alexander V. Chayanov, que teve grande contribuição na conceituação estrutural da agricultura camponesa no início do século XX. (Mazalla Neto, 2009)

Segundo Chayanov (1974) a unidade econômica familiar é aquela onde a remuneração vem do trabalho familiar, e mede seus esforços de acordo com os resultados materiais obtidos. O camponês não age segundo a lógica do empresário capitalista que investe um capital inicial e depois retira seus rendimentos da diferença entre o faturamento bruto e os gastos relacionados à produção. O camponês age mais como um trabalhador em um específico sistema de salários por empreita que lhe permite auto-determinar a intensidade e o tempo da jornada de seu trabalho.

Ou seja, o camponês que trabalha na unidade familiar não exacerba a exploração da força de trabalho ao máximo para otimizar os rendimentos, ele tem autonomia para decidir, o quanto precisa trabalhar em tempo e intensidade, para receber rendimentos suficientes para seu sustento.

Desta forma, o balanço entre a quantidade de esforço físico e mental a ser empregada na atividade produtiva, e os rendimentos obtidos para assegurar sua reprodução social e manutenção do patrimônio produtivo, parte de si mesmo para si mesmo. No caso da empresa capitalista a realização do trabalho e a posse dos meios de produção não são capacidades do mesmo indivíduo, e a decisão produtiva sempre cabe ao proprietário da empresa capitalista.

Para Sevilla Gúzman e Molina (2005), baseando-se nas obras de Teodoro Shanin, a lógica camponesa se caracteriza por formas extensivas de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção e qualificação ocupacional multidimensional. Os agricultores estabelecem suas fórmulas de ação coletiva para manter a socialização do trabalho, própria da forma de exploração familiar, como um elemento constitutivo de democracia de base.

Outro traço elementar deste campesinato é a capacidade de gerar conhecimento local e tecnologias próprias, que otimizam e aproveitam o potencial endógeno dos recursos naturais, de acordo com os projetos e interesses dos camponeses. São formas de gerar vantagens à economias não capitalistas dentro de um mundo capitalista.

Segundo Wanderley (1998), evidentemente, existem sempre níveis maiores ou menores de mercantilização da agricultura camponesa, que muitas vezes sofre uma pressão verticalizada do capital comercial, que sobredetermina as vendas e as condições da produção. A agricultura camponesa então, está inserida no movimento geral de acumulação do capital e, assim, é afetada por essa lógica, mas não determinada por ela, internamente o agricultor familiar se reproduz segundo as suas especificidades.

Sevilla Gúzman e Molina (2005), complementam dizendo que na produção agrícola camponesa podem coexistir práticas camponesas e práticas capitalistas no manejo estável dos recursos naturais, que se equilibram entre o esforço do trabalho próprio e os ganhos necessários para garantir a reprodução da família. Para os autores, a lógica camponesa apresenta, também, uma racionalidade ecológica, na medida em que, produz e usa energia da matéria viva, realiza um manejo inteligente dos recursos naturais, que inclui trabalho próprio na reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo.

Trazendo para nossa especificidade brasileira, o campesinato é marcado pela sua luta de resistência, por vezes para permanência, outras para a entrada na terra, sempre contra as expropriações a que fora submetido. Na história brasileira, os camponeses lutaram para estar na terra, lutaram contra o cativo, para conquistar um pedaço de chão e por sua liberdade. Das mais variadas formas construíram suas organizações, resistiram no território produzindo alimentos e imprimiram sua marca na história do Brasil.

Quando do estabelecimento da colônia portuguesa, o Brasil não apresentava nenhuma produção agrícola consolidada para alimentar o comércio europeu e o extrativismo não poderia executar essa tarefa por muito tempo. Buscando a utilização do território da colônia para extrair riqueza, concomitante à crise do comércio das índias, Portugal reproduziu no Brasil, a experiência das plantações de cana-de-açúcar realizadas em Cabo Verde.

Segundo Graziano da Silva et al. (1980), o processo de instalação da produção de cana-de-açúcar se deu com a distribuição de imensos latifúndios, as sesmarias, benefícios concedidos à indivíduos que tivessem posses, dinheiro para estabelecer a produção, em geral nobres e militares. Posses para instalar as benfeitorias e mão de obra necessária à produção eram requisitos imprescindíveis. Quanto ao tipo de trabalho empregado, a matriz escravista, que se consolidou no Brasil na produção canavieira, teve dois grandes fundantes: por um lado, a recusa da população indígena ao trabalho forçado nas plantações, que resultou nos inúmeros ataques e muitas vezes a destruição de aldeias e vilas portuguesas; por outro lado, o comércio de escravos era uma atividade já rentável na Europa e apresentava uma boa perspectiva de ampliação dos ganhos da nobreza portuguesa nas plantações no Brasil. (Graziano da Silva et al.,1980)

Com a chegada dos colonizadores portugueses há 500 anos se iniciava a expropriação das terras indígenas, a subjugação do trabalho pela escravidão negra, e a subalternização de trabalhadores livres que viviam às margens das *plantations*. (Fernandes,1999a)

Desde o período colonial, o latifúndio se constitui como uma necessidade no Brasil. Tanto do ponto de vista da proteção do território frente à possibilidade de invasões de França e Holanda, quanto do funcionamento e viabilidade da exploração mercantilista. Para atender o comércio mundial e as grandes extensões de travessias marítimas impostas, a grande propriedade, baseada na monocultura e no trabalho escravo se colocava como necessidade.

No que tange a estrutura social, a sociedade colonial se fundava nos senhores de engenho e nos trabalhadores, massivamente escravos. Havia outras categorias, como os assalariados do engenho, clérigos, pequenos mercadores, com papéis técnicos e culturais específicos, mas que apresentavam função complementar e assessória ao sistema colonial. Existia, também, uma categoria grande de homens e mulheres livres pobres da colônia que não se encaixavam em nenhuma das posições apresentados. Esse setor, foi relegado a um papel secundário e subalterno na estrutura escravocrata, eram homens e mulheres livres no qual se compunham negros libertos, brancos pobres, índios, mulatos e todas as formas possíveis de mestiçagem. (Graziano da Silva et al., 1980)

Segundo Graziano da Silva et al. (1980), este grupo social pobre e livre sobrevivia de formas variadas, realizando assaltos, pilhagens, saques, por vezes, através da indigência e mendicância, outrora prestando pequenos serviços de toda ordem aos senhores. Porém, existiam aqueles e aquelas, os mais importantes deste grupo social para a abordagem deste trabalho, que se destinavam a ocupar pequenas faixas de terra, em áreas marginais e não de interesse dos senhores de engenho, e que tinham como objetivo buscar extrair da terra seu sustento.

“Esses sofridos indivíduos, vítimas do sistema reinante, viviam montando seus pequenos sítios, embora não se fixando definitivamente em nenhum local. Eram verdadeiros sítios volantes que se estabeleciam, atravessando no tempo e no espaço todo o período colonial, estendendo suas raízes até tempos recentes.” (Graziano da Silva et al., 1980, p.17)

É possível identificar nesse trecho uma influência na formação histórica do que buscamos construir e apontar como campesinato brasileiro. Não no sentido de um categoria tradicional e forma de produzir que sobreviveu ao feudalismo e estabelece uma relação secular com um território específico. Mas, sim, como grupo social subalterno que busca, na relação com a terra e

na produção com base no trabalho familiar, resistir e criar alternativas à opressão, violência e miséria a que são submetidos secularmente no Brasil e em outros países da América Latina.

Além do seu caráter móvel, volante, itinerante, cigano, como elemento fundante, soma-se a esse grupo a imagem de vadios, ociosos, vagabundos que se construiu no imaginário do país desde sua mais tenra formação histórica. Sempre foram considerados, pelas autoridades da colônia, como marginais, como um grupo inferior e nocivo. E, assim, foram sendo construídos ideologicamente no ideário da nação, pela classe dominante da época, e disseminados pelos anos seguintes na estrutura social futura.

Produziam sem escravos ou trabalhadores assalariados, sem a posse legal da terra, trabalhando com suas mãos e precários instrumentos de trabalho. Em geral, produziam gêneros diversificados para sua subsistência e para o mercado interno, para alimentação das vilas, das cidades e até dos engenhos. (Graziano da Silva et al.,1980). As semelhanças, da descrição desse grupo de trabalhadores rurais pobres e livres, não são mera coincidência com os Sem Terra e os agricultores familiares tradicionais que estão hoje no meio rural brasileiro. São o retrato histórico de sua formação camponesa.

“..Mas havia ainda uma outra categoria na população paulista desses tempos – composta de homens que, não sendo escravos viviam marginalizados, sem pouso certo ou atividade definida. Eram índios vadios, dispersos e vagabundos com que o governador da Capitania, em 1766, mandou reforçar a fundação do povoado de Piracicaba, embora também, passasse a morar ali muito homem branco e familiarado, como dizia um documento da época. Para a fundação de Campinas também foram convocados ‘forros, carijós e administradores vadios e que não tinham pouso certo’. Instruções da Corte, a partir de 1765, determinaram mesmo que certas povoações que fossem elevadas a vilas congregassem os vadios e dispersos, os que viviam em sítios volantes, para morarem civilmente.” (Bruno, 1967, p.107 apud Silva 1980, p.18)

Este interesse de fixar esses “vadios” nas vilas tinha o objetivo também de fazê-los produzir para abastecer os povoados, os tropeiros que passavam por ali, e uma casta administrativa que passava a habitar os povoados. Os períodos de carência de alimentos na colônia não eram tão raros, e nessas ocasiões as autoridades induziam esses pequenos produtores volantes a aumentar sua produção. Quando o preço do açúcar no mercado internacional atingia

cifras atraentes, os engenhos intensificavam a produção de cana, reduzindo o espaço destinado à lavoura para alimentação dos moradores do engenho e otimizando a área plantada de cana de açúcar. Imperava nessa produção camponesa de subsistência, destinada à alimentação, o policultivo de milho, trigo, feijão, algodão, mandioca e marmelo.

Essa produção policultora da pequena propriedade era bastante mais forte nas capitâneas do sul, onde a *plantation* de cana não se desenvolveu com a mesma robustez que no nordeste do Brasil. Nesta região, emanava a pobreza paulista e os paulistas se lançaram em expedições procurando por pedras preciosas. Neste movimento da mineração, a pequena produção se expande na medida em que a mineração avançava e criam-se novas vilas, que não se utilizavam de grandes porções de terra e tão pouco, produziam alimentos. (Graziano da Silva et al., 1980)

É importante ressaltar que esta pequena produção sempre se sustentava na posse ilegal das terras e tinham sua dinâmica de ocupação territorial e produtiva definida pelos interesses do capital mercantil, atuando nas margens do espaço e com a funcionalidade de produção de alimentos.

Essas características são fundantes de qualquer processo ou abordagem agroecológica que se pretenda construir. Pois de acordo com Sevilla Gúzman (2011), a Agroecologia é também a própria história de resistência e luta do campesinato frente ao desenvolvimento capitalista. E, também, por esta trajetória apresentar as bases do conhecimento tradicional e de técnicas mais sustentáveis de produção familiar, como também, e principalmente, porque carregam as chagas da experiência de exploração na sua forma de construir a agricultura. É nessa experiência de resistência que se apresentam acúmulos históricos na forma de organizar o trabalho numa perspectiva de emancipação, de busca de libertar-se do modo de produção que os oprime.

Outro traço relevante deste campesinato foram as lutas diretas contra a exploração. Quando os portugueses aportaram em terras brasileiras já se verificaram as primeiras lutas contra o cativo, contra a expulsão da terra, contra o aprisionamento da terra na mão de senhores estrangeiros. Durante os séculos XVI e XVII aconteceram diversas lutas indígenas contra o cativo. Povos potiguaras, tamoios e guaranis lutaram contra a invasão de seus territórios e contra a escravidão. A repressão militar portuguesa levou, muitas vezes, a dizimação dos povos indígenas. O trabalho escravo empregado nos engenhos, chegou a atingir a faixa de 15 mil africanos escravizados no final do século XVI, e foi sempre acompanhado por resistência frente à

dominação. Datam do mesmo período o surgimento dos quilombos, as terras de pretos, comunidades negras de escravos fugidos, onde podiam viver em liberdade. (Fernandes, 1999a)

O maior quilombo de resistência ao cativo foi o de Palmares, no final do século XVII. Estima-se que 20 mil pessoas viviam neste território. Muitos quilombos surgiram, foram atacados e destruídos em três séculos de uma das mais violentas formas de exploração, o cativo. Nos quilombos também viviam índios, e trabalhadores brancos livres marginalizados. Essa mestiçagem gestava, na resistência e na luta pela sobrevivência em períodos iniciais da colônia, o campesinato brasileiro.

Na segunda metade do século XIX, instituiu-se a propriedade da terra através da Lei de Terras de 1850, mais de trinta anos antes da abolição da escravidão. Antes de tornar o trabalhador livre, se aprisionou as terras, transformando-as em mercadoria, passíveis de aquisição apenas pelas classes dominantes. (Fernandes, 1999a)

A Lei de Terras proibia a aquisição de terras por outro meio que não a compra e, como consequência, extinguiu o regime de posses. Ela também estabeleceu o preço das terras em patamares elevados. A necessidade da lei se relacionava com a vinda de imigrantes europeus para trabalhar na produção cafeeira que, em pleno desenvolvimento naquele momento, apresentava uma demanda crescente de trabalho e, por outro lado, o comércio mundial de escravos já começava a apontar sinais de crise. Neste sentido, assegurava o controle das terras por parte dos grandes proprietários, das elites, e impossibilitava, na prática, o acesso legal aos trabalhadores livres (Graziano da Silva et al., 1980).

Esse fato histórico afetou completamente os camponeses, que alienados da sua possibilidade de trabalho integrado com controle da terra, estavam “livres”, mas sem terra. Eram obrigados, então, a vender sua força de trabalho nos latifúndios, e sem controle sobre seu próprio trabalho na agricultura, eram obrigados a obedecer as regras de produção e trabalho do proprietário de terra, o latifundiário.

Muitas vezes, a transformação da terra em propriedade privada por meio da compra era mera formalidade. No Brasil, os senhores de terras, detentores do poder econômico proveniente dos engenhos e do poder bélico com suas milícias próprias, vinculados ao poder político da herança colonial, grilavam as terras sem precisar comprá-las. As terras devolutas do Brasil foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos de funcionários do governo responsáveis pela regularização fundiária e pela expulsão e assassinato de camponeses que

ocupavam as terras, os posseiros (aqueles que possuindo a terra não tinham seu domínio). Camponeses sempre foram empurrados para lugares mais longínquos de acordo com os interesses de ocupação dos grandes coronéis, proprietários da terra. Esses sujeitos tem a migração como estratégia de sobrevivência e resistência, buscando distanciar-se das cercas dos latifúndios. Tendo a estrada como destino, seguem andando ao lado da cerca, alguns poucos conseguem trabalho nas grandes fazendas, outra grande parte segue em busca de terras marginais não ocupadas pelos latifúndios. Começava, assim, a se configurar a categoria, que no final do século vinte, viria a ser chamada Sem-Terra. (Fernandes, 199a)

Esse caráter subalterno também é exposto por Graziano da Silva et al. (1980), à medida que havia um aquecimento econômico e uma maior demanda pelos produtos agrícolas de culturas comerciais e de criação de gado. Assim, as grandes propriedades se expandiam em direção ao interior para aumentar sua área plantada. Neste movimento, iam expulsando uma população estabelecida nessas áreas, outrora vazias, desocupadas e longe dos interesses do latifúndio, que era obrigada a se deslocar mais ao interior e se recriavam, mais adiante no território, sob a forma de posseiros.

Martins (1975), destaca que a frente pioneira territorial no Brasil se deu através desses pequenos produtores que se articulavam com o mercado através da agricultura do excedente, principalmente, destinada à alimentação sem um foco comercial exportador. Depois chegava a produção econômica com a frente de expansão da propriedade, onde se estruturam as relações sociais fundamentais e impunham a expropriação do pequeno produtor.

Esse povo pobre, subjugado, sempre a mercê dos interesses dos grandes produtores, construíram essa característica muito singular do campesinato brasileiro, essa relação muito orgânica entre os sem terra e os agricultores camponeses pobres (posseiros). Desde o período da coroa e da exploração canavieira, alguns se estabeleciam nas terras ocupadas e começavam a produzir, na forma de “posse” que, segundo Graziano da Silva et al. (1980), é por excelência a da constituição de pequenas explorações agrícolas, especialmente nos espaços inexplorados. Outros seguiam em luta e peregrinação por um pedaço de terra e, mais tarde, em algum momento poderiam se estabelecer. E os que, num primeiro momento, estavam cravados na terra produzindo, poderiam ser expropriados e expulsos de acordos com os interesses da produção latifundiária.



O caráter de grande mobilidade do capital no campo traz essa dinâmica para os camponeses que, em certos momentos, estavam assentados sobre a terra e, no momento seguinte, estavam vagando sem terra. Essa característica marca o campesinato brasileiro até os períodos atuais, uma trajetória descontínua de momentos de posse, uso autônomo e vida na terra que atravessam as gerações familiares, uma categoria social móvel sobre o território que guarda, também, na relação subalterna com o capital agrário, sua morfologia social.

Outra característica da questão agrária brasileira que influencia e acompanha a forma do campesinato desde a instituição da Lei de Terras é o trabalho assalariado temporário. Essa faceta do trabalho, nas lavouras das grandes fazendas, era composta por, totalmente despossuídos de terra, como também, incluía muitos pequenos produtores, posseiros, parceiros e arrendatários. Em face à impossibilidade de se reproduzirem, com base unicamente nas diminutas áreas que ocupavam, assalariavam-se temporariamente em determinadas épocas do ano para atividades específicas nas grandes fazendas que necessitavam mais força de trabalho em etapas específicas da produção como a colheita. Essa experiência social de trabalhar nas grandes produções, atua de forma dialética com o trabalho em áreas próprias, e as contradições e interações nas relações de trabalho produzidas nos duas manifestações da agricultura, também são constitutivas deste grupo camponês. (Graziano da Silva et al., 1980)

Este grupo social, desde o período colonial, segue sendo importante, até os dias atuais, na produção de gêneros alimentícios, na criação de pequenos animais (suínos, ovinos, caprinos e aves) e no abastecimento dos centros urbanos pois, no Brasil a produção de alimentos, exceto em alguns casos particulares, não foi atrativa para o capital devido aos baixos preços que sempre apresentou. Essa produção alimentar camponesa permitia que o pobre do campo se alimentasse através da produção de autoconsumo, como também, alimentava o pobre da cidade, e assim garantia a sobrevivência da força de trabalho urbana à baixos custos. Outra característica desta chamada pequena produção é a diversidade produtiva, com grande número de variedades agrícolas numa pequena área. Esse conjunto de características evidenciam que estes grupos camponeses apresentavam “relações de produção não-capitalistas”, no sentido de formas de produção em que o trabalho não é subordinado diretamente ao capital (Graziano da Silva et al., 1980, p.229)

O caráter dependente e submisso dessa categoria camponesa ao capital comercial, inicialmente, e depois ao capitalismo agrário, vai se consolidando no decorrer dos séculos e

mostrando sua funcionalidade ao sistema econômico, atuando num balanço entre a produção de alimentos para a população em geral e o trabalho nas grandes propriedades. Quando a produção agrícola se expandia, os camponeses atuavam como força de trabalho nas fazendas de café e de gado. Paralelamente, também, garantiam o abastecimento de alimentação da população, na medida em que as grandes fazendas se dedicavam mais ou menos à produção de variedades agrícolas alimentares em função da flutuação do mercado internacional para os produtos de exportação.

Devido à impossibilidade de competir com os grandes produtores, e aos baixos preços dos gêneros alimentícios, a pequena produção familiar é obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalhavam, de modo a compensar essa situação adversa. Nesse sentido, amplia-se a jornada de trabalho e se inclui no trabalho familiar mulheres e crianças, para viabilizar uma relação de volume de produção adequada para a sobrevivência da família. O que volta a ser reforçado pelo assalariamento temporário que, através do incremento na renda do agricultor camponês, permite uma sobrepressão para diminuir o preço dos alimentos.

“Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido” (Graziano, da Silva et al. 1980, p.233)

Outra característica de existência do campesinato brasileiro está ligada aos parceiros e arrendatários. Uma face do capitalismo agrário brasileiro é a terra como reserva de valor, ou seja, o uso da terra para especulação e não produção, só para a manutenção de capital ativo de reserva. Nessas terras, muitas vezes, se constroem acordos de arrendamentos e parcerias que conferem aos donos a ocupação social e produtiva da terra enquanto especulam e ganham a participação ou o arrendamento. Os camponeses têm, assim, a possibilidade de se instalar e produzir na terra mesmo que em caráter temporário. (Graziano da Silva et al., 1980)

Porém, a existência dessas formas não capitalistas, baseadas no trabalho familiar e na pequena produção, não podem ser fruto de uma interpretação determinista e funcional ao capital, ou seja, que serviriam e se encaixariam perfeitamente na lógica de reprodução do capital. Essas formas, na verdade impõe contradições e nunca soluções para o capitalismo, o que pode ser comprovado nas crises periódicas no abastecimento dos grandes centros urbanos (Graziano da Silva et al.,1980).

## 4.2 A resistência como luta social direta

Não era só na passividade, enquanto processo de resistência nas margens dos latifúndios e nas migrações forçadas, que operavam as forças camponesas. Coexistia também, muitos enfrentamentos diretos à expropriação.

“Os diversos enfrentamentos geraram a morte, muitas vezes o massacre e o genocídio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo espaço, a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária.”  
(Fernandes, 1999a, p. 3)

As peregrinações em busca da terra liberta foram, e são, marcas do campesinato brasileiro. Para sobreviver ao cerco à terra e à vida, várias formas de resistência surgiram contra o coronelismo e o latifúndio, que expropriaram e oprimiram. A história brasileira oficial, com desdém e, às vezes, com ironia, aponta *Canudos* como uma história de fanatismo em torno de Antônio Conselheiro, quando na verdade se tratou de um movimento social: um grande grupo de camponeses sem terra em busca da terra liberta. Os movimentos messiânicos, com robusta importância na questão agrária brasileira, foram constantemente deturpados pela nossa historiografia:

“Na história brasileira, a cada momento de conflito, as forças ligadas ao grande capital e à propriedade fundiária saíram vencedoras. Ao mesmo tempo, todo movimento surgido entre setores camponeses foram inscritos na ideologia dominante e na história oficial como ‘atos de banditismo’, ‘cenas de fanatismo religioso’, etc., obscurecendo o real caráter do conflito” (Graziano da Silva et al., 1980, p. 212)

*Canudos*, talvez tenha sido a primeira grande resistência organizada camponesa do Brasil, em 1893, quando construíram seu acampamento na Fazenda Canudos e o chamaram de Belo Monte. Nessa comunidade todos tiveram direito à terra, e instalaram ali uma produção agrícola com base no trabalho familiar e cooperado. Essa afronta à ordem coronelista e latifundiária foi tomada muito a sério pela república e foi duramente reprimida pelas expedições militares. Dez

mil camponeses acusados de monarquistas resistiram bravamente à ataques entre 1896 e 1897, quando no final deste último ano, as tropas republicanas conseguiram lograr sucesso ao massacre do povo de Canudos. (Fernandes, 1999a).

Euclides da Cunha, em “*Os sertões*”, dizia, quando da queda de Canudos, haver um par de esfarrapados que se encontravam de frente a cinco mil soldados raivosos. Derrotar *Canudos* foi uma grande vitória do latifúndio e representou o fortalecimento desta ordem econômica na política nacional. Essa pretensa luta contra os republicanos e, em favor da monarquia, era em verdade, uma oposição ao poder de fazendeiros e militares.

O Contestado foi outra relevante expressão dos movimentos de resistência e luta camponesa. Entre Paraná e Santa Catarina, muitos camponeses foram expropriados pela construção da ferrovia que ligaria São Paulo a Rio Grande do Sul e, mais uma vez, ergueram-se revoltosos por terra, sua liberdade e contra a república dos coronéis.

“Em 1912, em Campos Novos-SC, formara-se um movimento camponês de caráter político-religioso. Foram vários enfrentamentos com a polícia, contra o exército e contra jagunços. Milhares de camponeses foram assassinados.”  
(Fernandes, 1999a, p.4)

Nas primeiras décadas do século XX, no nordeste, torna-se cada vez mais comum a expulsão, perseguição e morte de camponeses que se opunham a ocupação territorial dos coronéis. Seu poder estava tão estabelecido, ligado às instâncias administrativas da República, com controle de juízes e da polícia, que a rebelião foi uma das poucas alternativas encontradas pelos camponeses. O cangaço, era um ato de rebeldia, que se constituía na organização de camponeses que atacavam fazendas e casas comerciais nas vilas do nordeste.

Estes movimentos marcaram a resistência camponesa aos fazendeiros e ao Estado por sua força de enfrentamento, pelo tamanho e grande número de camponeses participantes, além do confronto, inclusive com a polícia e o exército. Lutas localizadas que contestavam incessantemente o poder do coronelismo, e que, pela primeira vez, realizavam uma ameaça real à ordem estabelecida, organizada pelos camponeses e pequenos agricultores.

Esses episódios históricos fomentaram o desenvolvimento de inúmeras formas de organização política camponesa no século XX, as ligas camponesas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais. Lutas de pequenos proprietários, arrendatários e posseiros se multiplicavam,

no período, sobre a premissa de permanecer na terra em que trabalhavam, ao mesmo tempo em que, os trabalhadores assalariados também se organizavam, para lutar por seus direitos. Nestes processos o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica tiveram papéis relevantes no apoio aos camponeses e trabalhadores rurais. (Fernandes, 1999a)

Segundo Medeiros (1989), com a queda do Estado Novo, em 1945, se inicia um período na história brasileira que foi marcada por grandes e rápidas transformações tanto na economia quanto na sociedade. A industrialização já vinha sendo desenvolvida desde a década de 1930, mas na década de 1950, com o apoio decisivo e substantivo do Estado, o processo se intensificou. Por conseguinte, a urbanização também se acelerou, as cidades cresceram e surgiram novas demandas de consumo. Por outro lado, a agricultura brasileira não acompanhou tamanho dinamismo, pouco se modernizou e não apresentou aumentos significativos de produtividade no período pós Estado Novo.

Com o crescimento rápido das cidades, aumentava a pressão para a produção de alimentos na agricultura, que eram, em grande parte, produzidos por camponeses, e também, na época, as altas de preços e problemas de abastecimento se multiplicavam . É nesta conjuntura que se articulam uma série de organizações populares dos trabalhadores rurais e movimentos de enfrentamento e resistência à oligarquia agrária.

As ligas camponesas surgiram por volta de 1945, eram muito ligadas ao partido comunista e, tinham como objetivo organizar os camponeses para se opor e resistir à expropriação e expulsão da terra e à recusa ao assalariamento. Esse processo, muito forte no Nordeste do Brasil, se intensificou na década de 1950, era fundado na luta por mudanças das relações de trabalho, principalmente na produção de cana de açúcar. Até então, muitos trabalhadores da cana de açúcar recebiam pequenas parcelas de terra dentro dos engenhos para moradia e produção alimentar. Com o aumento do foro (uma quantia anual paga ao proprietário para morar e produzir nas fazendas), essas relações foram sendo rompidas, e muitas vezes houve a negação da concessão de terras para o trabalhador. As ligas eram, assim, formas associativas nas quais participavam agricultores e membros do PCB, marcadas pela prática de ir às ruas, realizar marchas e congressos, como forma de se aglutinar e se articular com atores da cidade frente à repressão dos proprietários. Elas lutavam, também, pela desapropriação de áreas em favor dos camponeses (Medeiros, 1989).

Em meados da década de 50, as ligas ganharam muita força nos estados do Nordeste e em 1954 o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB). No início da década de 60, as ligas já realizavam congressos e encontros para defender a reforma agrária e, neste período, foi possível verificar as primeiras ocupações de terra. Assim, o período de 1940 a 1964 demonstrou muita organização e luta dos camponeses. (Medeiros, 1989)

Esses camponeses queriam continuar a produzir em suas terras com autonomia. Esse desejo de produzir na terra livre persiste como traço camponês até os dias de hoje. O camponês brasileiro é aquele que sempre quer voltar para a terra prometida, que guarda em sua memória social, o sonho de estar na terra, argumento concreto que ainda se escuta nas ocupações de terra existentes Brasil afora.

Os conflitos muitas vezes eram causados pela expropriação ou tentativa de expropriação de camponeses posseiros em terras que passam a ter interesse para os fazendeiros e uso econômico. Em Goiás, no início da década de 50, na região norte, perto dos povoados de Trombas e Trombetas, grandes extensões de terras devolutas, eram ocupadas por posseiros. Porém, essas terras passaram a ser valorizadas devido à construção da rodovia Transbrasiliana, através do projeto de colonização em processo na região Centro Oeste. Fazendeiros interessados nas terras, passaram a grilar as terras locais. Os camponeses resistiram e lutaram para permanecer em suas terras contra jagunços e a polícia militar, e com isso, suas lutas começaram a se multiplicar por todo estado. O mesmo ocorreu no Maranhão, em meados da década de 50, na região conhecida pelo nome de Bico do Papagaio, onde os conflitos entre posseiros e grileiros ficaram conhecidos e marcados pela violência dos enfrentamentos. (Fernandes, 1999a)

Com o golpe militar de 1964, as ligas camponesas e as organizações políticas dos camponeses foram duramente perseguidas, reprimidas e aniquiladas. O debate que estava sendo construído, até então, pelas organizações camponesas na sociedade, foi substituído pelo discurso do governo militar de colonização, de ocupação dos espaços vazios e de transformação tecnológica. Manifestações, greves e protestos eram impedidos, as organizações clandestinas de esquerda foram duramente reprimidas, tortura e “desaparecimentos” constituíram-se como características emblemáticas do período. (Medeiros, 1989)

Combinando o desenvolvimento da agricultura mecanizada com incentivos fiscais, subsídios aos latifundiários e grandes níveis de violência com repressão e arbitrariedade, o governo ditatorial promoveu o fortalecimento de grandes propriedades monocultoras com base na

agricultura “modernizada”. Esse processo gerou a expropriação massiva de camponeses, multiplicou despejos de famílias agricultoras, e gerou, também, o crescimento do trabalho assalariado na agricultura.

As concentrações de terras e de riqueza chegaram a índices inimagináveis, assim como a miséria e o êxodo rural no período, foram os maiores da história do Brasil. No final do governo militar em 1985, um trabalhador rural era assassinado a cada dois dias no país. Obviamente, tanto os processos migratórios pelo território brasileiro, quanto os conflitos por terra ainda eram verificados no período (Fernandes, 1999a).

Durante o regime militar, as repressões foram se intensificando até a militarização da questão agrária no final da década de 70. Com o aumento da violência por parte do Estado, ganha força a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) que, em meados da década de 70, se multiplicavam por todo país. Através da Teologia da Libertação e de certa imunidade religiosa, as CEB’s passaram a constituir lugares sociais onde os trabalhadores e trabalhadoras rurais podiam se encontrar, compartilhar seus problemas, estudar e se organizar.

“Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi articuladora dos novos movimentos camponeses que se insurgiram durante o regime militar” (Fernandes, 1999a, p.8)

Esses processos de luta e resistência foram se qualificando como acúmulo histórico de enfrentamento aos latifundiários grileiros e somaram forças com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ao mesmo tempo, o regime foi começando a mostrar sinais de cansaço. Em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Maçai, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Ocupações e espaços organizativos dessa natureza foram se acumulando e culminaram com a criação do MST em 1984, no município de Cascavel no estado do Paraná.

Segundo Stédile e Gorgen (1993), em janeiro de 1984, em Cascavel, ocorre um encontro dos trabalhadores rurais, representando um marco na fundação e organização de um movimento de camponeses sem-terra. Ali, então, é batizado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tinha como proposta lutar pela terra e Reforma Agrária. Já em 1995, em seu III congresso Nacional o MST apresentou proposta de reforma agrária e seus objetivos gerais de atuação:

1. “Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra.
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.”

A real consolidação da reforma agrária, e o estabelecimento do campo como espaço de vida e do desenvolvimento rural sustentável, se dá em grande medida através do processo de luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais. É inegável, neste sentido, a importância do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) no cenário da questão agrária brasileira.

Para Fernandes (1999), a gênese do MST se dá no cotidiano das famílias camponesas na luta pela terra. Nas últimas três décadas, o MST realizou ocupações em pelo menos 22 estados brasileiros. Desta forma, este movimento social recoloca em pauta a questão da reforma agrária e recupera seu espaço na política nacional.

Atualmente, o MST é composto por uma coordenação nacional; direção nacional; coordenação estadual; direção estadual; coordenações regionais e coordenação dos assentamentos e acampamentos, tendo nas secretarias estaduais e nacionais sua estrutura operacional, executiva. Também, compõem a estrutura do MST os setores que tem representantes desde o nível do acampamento até a esfera nacional. Há setores como produção, educação, saúde, comunicação, frentes de massa, finanças, dentre outros. Nas instâncias do movimento não existem cargos como presidentes e diretores, só há membros e coordenadores e as diretrizes e decisões são conduzidas de forma democrática em plenárias. Suas direções são tiradas nos Congressos Nacionais e Encontros nacionais e estaduais.

Para Bergamasco e Norder (2003), o movimento sem-terra tem atraído muito a atenção na América Latina, com uma articulação, no plano discursivo, de conceitos marxistas, religiosidade popular, práticas comunitárias, princípios de cidadania e radicalização do pensamento democrático, que dão eficácia e facilitam a adesão da população à organização.



“A recusa ao culto à lideranças e à construção permanente de alianças políticas e logísticas com setores partidários sindicais, civis e religioso de núcleo urbanos conferem transparência e publicidade necessárias a uma inserção política e cultural da proposta de Reforma Agrária no conjunto da sociedade” (Bergamasco e Norder, 2003, p.52).

“Hoje, completando 22 anos de existência, o MST entende que seu papel como movimento social é continuar organizando os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Nos 23 estados em que o Movimento atua a luta não é só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.” (MST, 2007)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Disponível em <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> . Acesso em 03/01/2007.

### **4.3 Agroecologia nos movimentos sociais do campo**

Na avaliação do MST, as armas químicas utilizadas durante as duas guerras mundiais e todo seu parque industrial instalado, foram redirecionados à produção de insumos para agricultura. Ocorre, então, a produção em massa de adubos químicos e agrotóxicos. Em grande medida, esse processo está nas bases do desenvolvimento técnico na agricultura que ficou conhecido como Revolução Verde. Através da mecanização, do uso de insumos sintéticos e melhoramento genético, prometia-se o aumento na produção de alimentos e de matérias primas agrícolas para o parque industrial em crescimento. A Revolução Verde serviu também, oportunamente, como resposta ao grande volume de manifestações populares que vinham acontecendo no campo na década de 50 e 60. (Coordenação Nacional do MST, 2010)

O resultado deste processo de industrialização da agricultura foi uma ampliação das desigualdades sociais e a degradação ambiental. Em milhares de fazendas, famílias inteiras de trabalhadores rurais eram dispensadas e substituídas por tratores e colheitadeiras, e pelo uso de herbicidas, fungicidas e inseticidas. A industrialização da agricultura causou uma redução da necessidade de trabalho humano e resultou na saída de 50 milhões de pessoas do campo brasileiro em cerca de quatro décadas (1960-2000). (Coordenação Nacional do MST, 2010)

O MST também surge como fruto da Revolução Verde, que gerou desertos verdes de monocultivo com pouquíssima gente trabalhando e vivendo no campo. A expulsão e o empobrecimento de milhares de camponeses e camponesas desperta e fortalece a necessidade de lutar pela Reforma Agrária.

O modelo da agricultura industrial no campo segue sendo o pilar fundamental da economia capitalista brasileira, e suas formas de manifestação de poder seguem refletidas na presença de instâncias do Estado, no Congresso Nacional, e nos poderes Judiciário e Executivo. (Coordenação Nacional do MST, 2010)

Para o MST, no Brasil, se faz necessário construir um novo modelo agrícola que enfrente a situação de dominação das empresas da cadeia produtiva agroalimentar, tanto as empresas de insumos, maquinário e sementes, quanto as agroindústrias de transformação dos produtos agrícolas. Uma agricultura que democratize a propriedade da terra como pilar da igualdade de condições e de oportunidades sobre os bens naturais e que possa reorganizar a produção para priorizar a produção de alimentos saudáveis e para o mercado interno. (Stédille, 2009)

Apesar de inúmeras conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo frente ao agronegócio<sup>12</sup>, apenas a conquista da terra não é suficiente no enfrentamento à agricultura industrial, pois na necessidade de produzir e alimentar as famílias assentadas, induziu-se nos assentamentos a reprodução da agricultura calcada nos insumos agroquímicos e na mecanização pesada. Muitas famílias, ao conquistarem a terra, iludiram-se pensando que o modelo da agricultura conservadora traria seu desenvolvimento e bem-estar. (Martins, 2010)

“De fato, a conquista de cada latifúndio pode representar uma derrota desse modelo. No entanto, se nas terras conquistadas, as famílias seguirem aplicando o mesmo modelo gerador dessa destruição, com base na monocultura-química-mecanização intensiva, somando-se agora à farrá descontrolada dos transgênicos, estaremos recolocando o agronegócio e a Revolução Verde no nosso meio. Tal situação fomentará a decomposição gradual dos assentamentos conquistados em novos minifúndios.” (Coordenação Nacional do MST, 2010, p.11-12)

“As contradições da matriz tecnológica modernizante prejudicaram economicamente os assentados, que estavam vulneráveis à instabilidade do mercado e ao endividamento nas fontes financiadoras, entre outros fatores.” (Borges, 2007, p.108)

Esse perigo é real e, em muitos assentamentos, as famílias reproduzem a agricultura convencional. Porém, muitos agricultores e agricultoras em seu fazer cotidiano com a terra foram percebendo as contradições e implicações concretas desta maneira capitalista de organizar a agricultura. Algumas famílias abandonaram esse modelo porque foram contaminadas com agrotóxicos, outras porque perceberam um alto custo de produção deste modelo. Outras se deram conta da erosão e degradação dos recursos naturais (água, solo, fauna, flora) que esta agricultura trazia ao seu redor e ao lugar onde moravam, e outras tantas modificaram sua forma de produzir por compreender e negar a cadeia de submissão que tal modelo lhes impunha. (Martins, 2010).

---

<sup>12</sup> Formas mais recente da agricultura capitalista, um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura, alavancado pelo sistema de crédito público e pela renda fundiária, como aliança do grande capital agroindustrial com a propriedade fundiária. (Delgado, 2010).

Além da força do agronegócio e seu avanço mais recente com a produção de cana-de-açúcar, pinos e, gado, há a realidade da incorporação verticalizada subalterna das famílias camponesas, como fornecedoras de matérias-primas, no sistema de produção do agronegócio. Somam-se as crises energética, alimentar e climática que vivemos no atual momento histórico. A crise energética advém da significativa redução nas reservas mundiais de petróleo e carvão mineral que são utilizados com grande relevância na produção de insumos químicos para a agricultura, tanto como matéria-prima como fonte de energia industrial. A crise na produção de alimentos vem do redirecionamento produtivo das áreas agrícolas para as monoculturas, de cana de açúcar e milho, destinadas a fabricação de combustível, e também, para produção de commodities, mercadorias agrícolas que não assumem função na alimentação humana, como a soja exportada no Brasil para alimentar a produção ganadeira na Europa. A crise climática, principalmente, a elevação da temperatura, tem influência significativa na agricultura, proveniente da utilização de combustíveis fósseis na mecanização da produção (tratores, colheitadeiras) e também na prática de desmatamento e queimadas na agricultura.

Esses são fatos que se apresentaram e que ajudam a compreender, justificar e clarificar a aproximação do MST à Agroecologia. A necessidade de contrapor um modelo destrutivo do ponto de vista social e ambiental como o agronegócio e seu modelo de agricultura industrial, as sucessivas crises climáticas, de produção de alimentos e energética e a ameaça de reproduzir, na reforma agrária, todas as relações alienadas exploratórias e opressoras da agricultura convencional apontam para a premência de uma reorganização de base e profunda nas relações de produção, no modelo tecnológico e na própria organização da vida nos assentamentos e acampamentos.

Segundo Borges (2007) e Borsatto (2011), historicamente, a vinculação à Via Campesina em 1995 e a constituição da Bionatur em 1997 são eventos de grande importância e que sinalizam a aproximação do MST à Agroecologia. A Via Campesina apresenta uma clara proposta de uso sustentável dos recursos naturais, terra, água e sementes e sua relação com os agricultores e a agricultura. Por sua vez, a Bionatur passa a produzir e embalar sementes sem agrotóxicos nem substâncias tóxicas ou agressivas ao homem e à natureza. O projeto foi resultado do trabalho desenvolvido pela Cooperal (Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados), localizada no Assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra (RS). As sementes produzidas de forma agroecológica podiam ser reproduzidas pelos agricultores e sua comercialização, feita através de

organizações populares e sindicais simpatizantes da reforma agrária e da agricultura camponesa e comprometidas com a agroecologia, fortalecia uma perspectiva de autonomia e controle sobre os recursos naturais e as matrizes genéticas.

Já no 4º Congresso Nacional do MST<sup>13</sup>, em agosto de 2000, se evidenciaram essas tendências de mudança no paradigma de produção e diálogo com a Agroecologia, estabelecendo a luta política e práticas produtivas como elementos constitutivos de um projeto de transformação social e com lócus nos assentamentos e acampamentos estabelecidos. (Borges, 2007)

Neste quarto congresso, se tornou explícita a proposta e percepção de um novo modelo de agricultura em contraposição à agricultura convencional e encarada como linha política e luta social. Aparecem, também, as preocupações com a propagação dos transgênicos e suas consequências à saúde humana, à degradação ambiental e a necessidade da soberania popular no controle dos recursos naturais, proteção dos solos, das fontes de água e nascentes e rios. Claramente ampliam-se as bases de uma referência agroecológica como mera técnica sustentável para uma nova forma de organizar o trabalho e a relação com a natureza de maneira emancipadora e extremamente política, como podemos verificar nas linhas política do congresso a seguir:

“ .....Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo....

4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social..

10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.”<sup>14</sup>. (Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000, anexo2)

---

<sup>13</sup> O 1º Congresso Nacional do MST foi realizado em Curitiba, em janeiro de 1985, o 2º Congresso Nacional foi na cidade de Brasília, em maio de 1990. O 3º Congresso Nacional, em julho de 1995, realizado, também, em Brasília. No 4º Congresso Nacional do MST, o tema escolhido foi “Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndios”, realizado em Brasília no ano de 2000.

<sup>14</sup> Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000, Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7692>. Acesso em: 03 outubro 2013.

A partir de 2002, começam a acontecer as Jornadas de Agroecologia<sup>15</sup> dos Movimentos Sociais. A primeira edição ocorreu em Ponta Grossa, Paraná, onde permaneceu por dois anos. A proposta da jornada era fortalecer a Agroecologia, criar intercâmbios de experiências, espaços de estudos, mobilizar, lutar contra o avanço do agronegócio no campo brasileiro. A jornada é uma articulação de movimentos e entidades ligadas à Agroecologia em que se destaca o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores; o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens; o MMC - Movimento de Mulheres Camponesas; a CPT – Comissão Pastoral da Terra; a FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; a Terra de Direitos. Evidentemente as jornadas se constituem como grande influência na perspectiva agroecológica do MST.

No quinto congresso do MST, a Agroecologia aparece já, explicitamente, no texto da carta de declarações públicas do congresso, consolidando e oficializando todas as ações agroecológicas, tanto práticas nos assentamentos, como em cursos de formação que o MST implementa. Vejamos o que diz a respeito a carta do quinto congresso:

“...11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global...”<sup>16</sup> (Carta Do 5º Congresso Nacional Do MST, anexo 3)

Na visão do MST, de acordo com seus acúmulos recentes, o modelo produtivo agroecológico se coloca em oposição ao modelo dominante na agricultura, controlado pelo

---

<sup>15</sup> Sobre as Jornadas: Disponível em: <http://jornadaagroecologia.com.br/node/1>. Acesso em 04 outubro 2013.

<sup>16</sup> Carta Do 5º Congresso Nacional Do MST, Disponível em : <http://www.mst.org.br/especiais/10>. Acesso em : 03 outubro 2013.

agronegócio, quando traz a diversificação e utilização de insumos locais não advindos da indústria química da agricultura.

“A Agroecologia se baseia no aprendizado com a natureza, de forma a debater as relações presentes na tecnologia utilizada, a fim de potencializar os efeitos naturais de fertilidade, complexidade e produtividade ecossistêmicas.”  
(Coordenação Nacional do MST, 2010, p.13)

Segundo Tardin (2006)<sup>17</sup>, a agroecologia é uma forma de construir a agricultura que se baseia, também, no conhecimento tradicional. Aquilo que os agricultores, as comunidades e os povos indígenas desenvolveram ao longo de séculos, é uma das bases que orienta a agroecologia. A Agroecologia incorpora, da mesma forma, os campos da Biologia, Botânica e Química. Unindo os conhecimentos populares e as noções científicas sobre os processos ecológicos da vida e da natureza, pode-se organizar tecnologias e procedimentos técnicos para manejar a terra, a água, as sementes e os animais com maior racionalidade ambiental, desenvolvendo as relações humanas e produtivas na agricultura segundo um novo paradigma. Na agroecologia também se incorporam as Ciências Sociais e Políticas, trabalhando a formação da consciência dos camponeses e das camponesas.

Ainda segundo Tardin:

“A agroecologia, ao juntar Ciências Sociais e Políticas, naturais, biológicas e o conhecimento tradicional, permite aos movimentos sociais ter um referencial mais completo. Uma forma de fazer agricultura que agregue também a mudança cultural do ser humano.” (Tardin, 2006, p.1-2)

A Agroecologia surge como experiências que estabelecem uma nova relação com a natureza e, entre os próprios seres humanos. Onde o latifúndio reproduzia a exploração do ser humano e a degradação ambiental, se produz alimentos saudáveis e se recupera e preserva a natureza, a biodiversidade, os solos e as águas. Com base nas características do ecossistema local se produz alimentos, se reorganiza o trabalho e se constrói relações de produção não alienadas, nas quais as capacidades humanas e sua relação com a natureza se colocam de forma muito mais racional (Martins, 2010).

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida por José Maria Tardin e publicada por Rodrigo Ponce e Solange Engelmann no site do MST em 6 de Junho de 2006. Tardin, em 2006 era integrante do setor de produção, cooperação e meio-ambiente do MST e parte da equipe pedagógica da Escola Latino-Americana de Agroecologia.

Os agricultores e agricultoras, nessa concepção, ganham autonomia na organização das ações que direcionam a vida cotidiana e a produção agrícola. A construção, a partir da cultura local, possibilita a adequação à multiplicidade de fatores e componentes do mundo da vida, desde os fenômenos naturais, técnicas de manejo da produção até as necessidades do trabalho, da vida social e da segurança alimentar da família.

O consumo da família assentada ganha muito em qualidade nutricional e, além disso, se organizam experiências solidárias de circulação desses alimentos em feiras locais, redes de comercialização ecológicas e os canais institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos/Doação Simultânea e Compras da Agricultura Familiar para a merenda escolar. (Martins, 2010).

“Essas são razões básicas para se mudar o modelo tecnológico e produtivo dos assentamentos em particular e da agricultura brasileira em geral. E a agroecologia, com todas suas vertentes (permacultura, SAF’s – sistemas agroflorestais, PRV – Pastoreio racional Voisin, etc), é a nossa ferramenta principal no caso da agricultura” (Coordenação Nacional do MST, 2010, p.14)

O projeto é desenvolver uma agricultura que democratize a propriedade da terra e as condições para poder produzir alimentos saudáveis e sem uso de agrotóxicos. Um modelo tecnológico que esteja em equilíbrio com a natureza e, que consiga garantir a produtividade física da área e do trabalho. (Stédille, 2009)

Porém o estabelecimento concreto da Agroecologia apresenta muitos determinantes e como forma de resistência ao capital no campo, muitos desafios. Como altera profundamente os alicerces das relações de produção no campo é necessária, segundo os movimentos sociais, uma série de apoios às comunidades rurais para que se possa construir e manter o equilíbrio ambiental. Também é preciso manter níveis de produtividade adequados baseados na energia solar e nas interações complexas entre seres vivos, cenários apenas possíveis em unidades produtivas integradas e articuladas em processos cooperativos de trabalho. (Coordenação Nacional do MST, 2010)

O MST alerta sobre a utilização de técnicas similares à agroecologia, utilizando insumos naturais, e com certo caráter ecológico e preservacionista, mas ainda dentro da perspectiva capitalista. É o que está acontecendo em São Paulo, por exemplo, em algumas fazendas de



produção orgânica de açúcar. Porém, esses sistemas “ecológicos” perpetuam a monocultura, a produção em grandes áreas, e assim, a exploração da natureza e do ser humano. Fortalecer a Agroecologia nos assentamentos é uma forma de lutar contra essa nova perspectiva de um “agronegócio verde”.

Para Martins (2010), a Agroecologia ainda é limitada a algumas experiências locais e pontuais, porém já mostra sua importância dentro de um projeto societário que negue o capital.

“Apesar da agroecologia não ter força em si mesma para edificar uma sociedade socialista, tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a Agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital.” (Martins, 2010, p.37)

Para a Via Campesina, a Agroecologia é uma das formas de luta contra o avanço do capitalismo e as formas de dominação hegemônicas. Ela tem como uma de suas funções a produção de alimentos, e sendo parte da ancestralidade dos povos camponeses, traz elementos de uma maneira dinâmica e racional de estar na natureza, respeitando a sua biodiversidade, ciclos e equilíbrio. A Agroecologia contribuiria, também, na construção da soberania alimentar e energética, passaria, também, pela luta em defesa e pela recuperação dos territórios camponeses.

“Além disso, a agroecologia é vital para o avanço da luta dos nossos povos em prol da construção de uma sociedade onde não haja propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, onde não haja formas de opressão ou exploração e cuja finalidade não seja a acumulação” (Via Campesina, 2013, p.19).

O MST tem apresentado esforços crescentes de seus militantes para construção do enfoque agroecológico. Uma das ações é no escopo do conhecimento e formação em Agroecologia. São realizados vários cursos médios, técnicos e superiores, pelo menos um por bioma, na área da Agroecologia, destinados aos grupos sociais da Reforma Agrária. Estes cursos são realizados em parcerias com Universidades públicas e visam fortalecer a formação em Agroecologia de técnicos que vão atuar em assentamentos e, por vezes, os próprios agricultores. (Stédille, 2009).

No Paraná, por exemplo, um dos estados mais avançados nas iniciativas de ensino em Agroecologia, o MST tem três escolas de formação de técnicos de nível médio em Agroecologia.

Como integrante da Via Campesina participa de uma quarta escola, que é a Escola Latinoamericana de Agroecologia, com formação em nível universitário.

Há também cursos de Agronomia com ênfase em Agroecologia, que funcionam junto a Universidades no país. A formação de profissionais, técnicos em agroecologia, é uma frente relevante para o MST, na construção da Agroecologia na direção da mudança concreta da agricultura no Brasil. Essas iniciativas formativas se compõem como esforço para mudar a base de produção no campo, visto que, parte do Movimento a pressão para que esses cursos aconteçam. (Tardin, 2006)

Segundo Stédille (2009), outra ação relevante é construir articulações para difundir e multiplicar o intercâmbio entre as experiências positivas em Agroecologia junto aos agricultores. Estas iniciativas que contam com a participação de técnicos, ainda que com expressão proporcionalmente modesta, promovem trocas de conhecimento entre os agricultores e fortalecem a credibilidade da estratégia agroecológica.

Para Tardin (2006), o MST do Paraná, entre 2000 e 2005, teve êxito em motivar e orientar famílias, que cada vez mais, se interessavam em adotar experiências agroecológicas em suas áreas familiares e buscava a transição do modelo convencional de produção para o agroecológico. Este número crescente de famílias atuava nas áreas de produção de sementes, na produção de leite orgânico, nas iniciativas de agroflorestas, na produção de hortaliças e grãos (milho, feijão, trigo, centeio e alguns outros em menor escala).

Ações e articulações são construídas junto a outros movimentos camponeses da América Latina, como mostra a construção da Rede de Institutos Agroecológicos Latino-Americanos (IALAS), que difunde intercâmbios e o próprio ensino em Agroecologia com os diferentes aportes de conhecimento e acúmulo de experiências sociais nos espaços da América Latina. Em 2009, já haviam cursos em andamento em Cuba, Venezuela, Bolívia, Equador e Chile.

## 5. AGROECOLOGIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

### 5.1 Tecnologia, trabalho e poder

A construção das reflexões sobre a tecnologia e a construção da tecnologia social levam à formulação de um marco analítico-conceitual, que busca definir, mais que um conceito de tecnologia social, o processo de construção desse conceito a partir das contribuições práticas e teóricas acerca da tecnologia. Nessa dinâmica, se torna possível entender seu papel na relação dominação-resistência na sociedade e o papel da abordagem tecnológica dentro do processo de emancipação popular.

Partindo de um conceito genérico de tecnologia, essa pode ser entendida no processo de trabalho, que fazem parte os homens e mulheres, entremeados por artefatos tecnológicos, num ambiente de produção material e de serviços que materialize as características da forma de produzir funcionais a um contexto socioeconômico específico e ao acordo social que ele engendra.

Nesse sentido, torna-se imperativo derrubar os olhares clássicos sobre a ciência e a tecnologia, *“por entenderem a ciência como uma incessante e interminável busca pela verdade livre de valores e a tecnologia como tendo uma evolução linear e inexorável em busca da eficiência”* (Dagnino et al., 2004). Dessas visões de tecnologia, duas ideias devem ser questionadas: a neutralidade e o determinismo tecnológico.

Em oposição a neutralidade a tecnologia, então, deve ser compreendida como não neutra, ou seja, uma conjunção de elementos técnicos e uma concatenação de mecanismos causais, portadoras de valores e interesses econômicos políticos, sociais e morais.

Para os partidários do determinismo tecnológico, a tecnologia se desenvolve de forma autônoma, com leis próprias de condução baseadas em requisitos evolutivos técnicos. Essa abordagem determinista tem como base duas afirmações: que o progresso técnico segue um curso unilinear, partindo de configurações menos avançadas para as mais avançadas; e a segunda é que as instituições sociais têm que se adaptar aos imperativos da base tecnológica. O determinismo, então, se enfraquece na explicação da construção social tecnológica e na qual a tecnologia não seria só o controle racional técnico. Tanto seu desenvolvimento, quanto seu impacto são intrinsecamente sociais, ou seja, o desenvolvimento tecnológico não é determinante

para a sociedade, mas é sobre determinado por fatores técnicos e sociais. (Feenberg, 2010). Em negação à visão determinista da tecnologia, é possível compreendê-la como intrinsecamente relacionada à sociedade, mas não de maneira linear e unidirecional (a sociedade determina a tecnologia ou a tecnologia determina a sociedade) e evolutiva (a última tecnologia é sempre melhor que as anteriores), mas como uma rede complexa de relações, um tecido sem costuras, formado por tecnologia, sociedade e ideologia.

Dessa compreensão, derruba-se a crença de que a tecnologia em contínuo desenvolvimento é a única que oferece possibilidades realistas de progresso humano. Disso decorre, também, uma leitura particular do papel da tecnologia, especialmente desenvolvida pela teoria crítica da tecnologia, na qual se entende que a tecnologia mantém e promove os interesses dos grupos sociais dominantes na sociedade e também apoia e propaga a ideologia legitimadora desta sociedade, sua interpretação do mundo e a posição que nele ocupam.

Nessa linha, a abordagem sociotécnica mostra que esse processo se dá, a partir de inúmeras trajetórias tecnológicas conformadas por atores e grupos sociais com valores e interesses, utilizando os elementos técnicos disponíveis. Nessa abordagem, há um conjunto heterogêneo de elementos animados e inanimados, naturais ou sociais, que se relacionam de modo diverso, durante um período de tempo suficientemente longo, e que são responsáveis pela transformação-incorporação de novos elementos e pela conformação da tecnologia. Ou seja, influenciariam na concepção da tecnologia não só inventores, pesquisadores e engenheiros, mas também usuários, gerentes, trabalhadores, agências do governo não só individualmente, mas enquanto grupos sociais de interesse. Não é preciso dizer que, os mesmos, interferem na conformação tecnológica de forma assimétrica, havendo, então, uma baixa homogeneidade de poder entre esses “grupos”. Paralelamente, os artefatos e técnicas, já estabelecidos na sociedade, participam da construção tecnológica como uma plataforma de atuação, como elementos ao mesmo tempo estruturantes e estruturados na conformação tecnológica. (Dagnino et al., 2004).

Essa visão parte das contribuições do construtivismo social que consideram a tecnologia como um processo de construção social e não um processo autônomo, endógeno e inexorável como concebe o determinismo. Nessa perspectiva, quando do desenvolvimento de uma dada tecnologia conviveriam atores sociais com interesses e valores diferenciados olhando por diversos prismas para um dado problema da sociedade e, assim, a maneira de abordá-lo pode mudar em forma e conteúdo, obtendo respostas tecnológicas diferentes. Assim, nesse ambiente,

os grupos sociais estabelecem os processos e balanços de força política para a conformação da tecnologia, que, após seu fechamento, passa a ser base concreta para concepção de outros artefatos e processos produtivos, como marco de significado e base interpretativa. (Dagnino et al., 2004)

Segundo Feenberg (2010), uma das principais referências da Teoria Crítica da Tecnologia, a tecnologia se coloca como construção social que incorpora os valores e interesses do contexto no qual são desenvolvidas. O indeterminismo, então, se coloca como um fato político. A tecnologia tem muitas potencialidades inexploradas e possibilidades de trajetórias tecnológicas, e se configura, então, como um campo de luta social. O desenvolvimento tecnológico não aponta para um caminho particular, abre ramificações. Qualquer atitude imprevisível, em torno de um objeto técnico, se cristaliza e influencia seu desenho, há uma interdeterminação entre o objeto técnico e as formas culturais de pensar e agir dos grupos sociais relacionados a ele, que é a própria “substância” de um fenômeno histórico em desenvolvimento. A tecnologia, enquanto objeto social, não somente serve a propósito social predefinido; é um ambiente dentro do qual um modo de vida é elaborado. *“Em suma, as diferenças do modo como os grupos sociais interpretam e usam os objetos técnicos não são meramente extrínsecas, mas produzem uma diferença na própria natureza destes objetos”* (FEENBERG, 2010, p.79). O que o objeto significa para os grupos ao seu redor, vai definir seus destinos, e aquilo que poderá se tornar com o redesenho tecnológico ao longo do tempo. De maneira que, o desenvolvimento tecnológico, pode ser entendido a partir do estudo da situação sociopolítica dos vários grupos envolvidos nesse processo.

Nesses termos, Andrew Feenberg, politiza o debate do construtivismo, fazendo pontes entre os “grupos sociais relevantes” que interferem na conformação tecnológica e a teoria das elites, classes e frações de classe. Insere, então, uma abordagem da teoria do poder, das elites, classe dominante, de um “comando” no desenvolvimento tecnológico, numa situação de hegemonia do poder do capital, que passa a imprimir seus valores e interesses na configuração tecnológica. (Feenberg, 2010).

A tecnologia passa a ser entendida como um espaço da luta social, no qual o desenvolvimento tecnológico está, sim, delimitado pelos hábitos culturais enraizados na economia, na ideologia, na religião e na tradição, mas também, na disputa de projetos políticos diferenciados.

“O fato de esses hábitos estarem tão profundamente arraigados na vida social a ponto de se tornarem naturais, tanto para os que são dominados como para os que dominam, é um aspecto da distribuição do poder social engendrado pelo capital que sanciona a hegemonia como forma de dominação.” (Dagnino et al., 2004, p.46).

Feenberg (2010), trata essa questão em termos de hegemonia tecnológica, como uma forma de dominação tão arraigada na vida social, que parece natural, configurada pelo poder social, que tem na sua base a força da cultura. Pode-se, então, enxergar marcas das relações de classe no desenho tecnológico da produção, a linha de montagem alimenta o trabalho fragmentado e desqualificado, e a disciplina de trabalho, imposta tecnologicamente, aumenta a produtividade e os lucros, aumentando o poder. Isso porque, no sistema de produção industrial, os trabalhadores não têm nenhum interesse imediato na produção, na medida que, seus salários não estão essencialmente ligados à renda da empresa. Assim, o controle se faz necessário e a racionalidade tecnológica, se manifesta concretamente nas estruturas das máquinas.

Nesse sentido, a tecnologia tem um duplo aspecto: por um lado, a construção da tecnologia se orienta por códigos sociais estabelecidos nas lutas culturais e políticas, mas, por outro, a tecnologia, quando estabelecida na sociedade, oferece uma validação material do horizonte cultural para o qual foi pré-formada. Assim, a tecnologia compõe, as formas modernas de opressão, que a hegemonia escolhe para defender o sistema sociopolítico dominante. *“Enquanto a escolha permanece escondida, a imagem determinística de uma ordem social justificada tecnicamente é projetada”* (Feenberg, 2010).

Os sistemas técnicos trazem consequências a todas as dimensões da vida social, tendo muito mais controle sobre os padrões de crescimento urbano, o desenho das habitações, dos sistemas de transporte, a seleção das inovações, sobre nossa experiência como empregadores, pacientes e consumidores, do que o conjunto de todas as instituições governamentais da sociedade. A tecnologia, então, é uma das maiores fontes de poder nas sociedades modernas, e torna a democracia política obscurecida pelos senhores dos sistemas técnicos: líderes de corporações, militares e associações de grupos profissionais. (Feenberg, 2010)

Nesse sentido, para Feenberg (2010), a funcionalidade universal do desenvolvimento tecnológico, que busca cegamente eficiência e efetividade, traz, intrinsecamente, uma violência aos seres humanos e à natureza, destruindo sua integridade, enquanto conceitos da vida social. O

senhor da tecnologia capitalista é o empresário, que busca apenas produção e lucro, e assim, a empresa é uma plataforma radicalmente descontextualizada voltada para a ação, sem responsabilidades com os indivíduos e lugares. Portanto, a tecnologia não é uma condição metafísica, mas responde a uma hegemonia particular, que destrói e descontextualiza. De maneira que, essa dada hegemonia tecnológica e, não a tecnologia em si, se coloca como uma ameaça ao meio ambiente e a vida do trabalhador.

Dagnino (2009), definiu a tecnologia como o resultado da ação de um “ator social” sobre o processo de trabalho, que permite uma modificação no produto gerado, passível de ser apropriada segundo o seu interesse. Daí decorrem duas questões relevantes à crítica à tecnologia convencional, que a inviabilizaria para a construção alternativas mais democráticas e populares. Uma delas seria que o trabalhador não tem a propriedade dos meios de produção e, as decisões sobre o processo de trabalho, são tomadas externamente, alheias a ele. A outra questão consiste na construção de elementos de controle, hierarquização e desapropriação do conhecimento sobre o processo produtivo como um todo, impostos como “internalidade” ao ambiente produtivo.

A tecnologia convencional ao colocar em marcha seu interesse primeiro, de maximizar a produtividade para acumular capital, manifesta consequências na sociedade como as catástrofes ambientais, pobreza e desemprego, tanto quanto, engendra conformações nos processos de trabalho e nos artefatos de modo a garantir a realização de seus objetivos.

Na medida em que a tecnologia demanda escalas ótimas de produção sempre crescentes sob redução da mão de obra, aumenta a exploração da força de trabalho e suas implicações físicas e mentais sobre o trabalhador. Se constitui, assim, de forma segmentada, o que inviabiliza o controle do produtor direto sobre a produção, e também é alienante, não permitindo a manifestação da criatividade direta do produtor.

Essa concretização da tecnologia capitalista se dá com base no controle coercitivo da cooperação do trabalhador, forjada na superestrutura política ideológica, que naturaliza a condição de submissão. Opera, da mesma forma, a pressão de um contingente de desempregados dispostos a assumir o posto de trabalho. Há também, a hierarquização e desapropriação do conhecimento do processo produtivo, como imposição criada do poder tecnocrático estabelecido pela especialização e pela separação do trabalho manual e intelectual. (Dagnino, 2009).

Segundo Feenberg (2010), em nossa sociedade, a tecnologia se configura como meio de obter lucro e poder. Uma compreensão mais totalizante da tecnologia engendra uma noção de

tecnologia baseada na responsabilidade da ação técnica quanto aos contextos humanos e naturais. Chama isso, então, de racionalização subversiva, pois emerge da experiência e das necessidades daqueles que resistem a uma hegemonia tecnológica específica, que leva aos trabalhadores, por exemplo, a destruição das suas mentes e corpos nos locais de trabalho.

Nesse sentido, as formas de hegemonia da sociedade se localizam na mediação técnica de uma variedade de atividades sociais, seja na produção, na medicina, na educação, ou no exército. E a partir dessas constatações, o autor afirma que, a democratização em nossa sociedade requer tanto mudanças políticas, quanto mudanças técnicas radicais. (Feenberg, 2010)

Segundo Dagnino et al. (2004), uma das contribuições relevantes para a construção de uma abordagem alternativa da tecnologia foi o movimento de tecnologia apropriada (TA) que ocorreu na década de 1970. Esse movimento buscava o desenvolvimento de uma tecnologia, que pudesse contribuir na solução dos problemas sociais e ambientais dos países tidos como subdesenvolvidos, mas ela não questionava a estrutura de poder e o funcionamento da sociedade. Porém, avanços interessantes foram observados no sentido de pensar: a participação comunitária nos processos decisórios de escolha tecnológica; o baixo custo dos produtos e serviços finais desenvolvidos e do investimento necessário à produção em pequena e média escala; a intensidade em mão-de-obra e o uso de insumos naturais; a simplicidade de implantação e manutenção. Todos esses elementos buscavam contribuir na geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e para o meio ambiente.

Nesse contexto, como via prática e concreta, o conceito de Adequação Sociotécnica (AST), traz a tecnologia como um processo de construção social e político, que é operacionalizado nas condições do ambiente específico onde ocorre e, cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos. (Dagnino, 2009)

Nesse sentido, a AST pode ser entendida como processo que busca a adequação do conhecimento científico e tecnológico, não apenas aos requisitos de caráter técnico-econômico, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental. A participação democrática no processo de trabalho, o atendimento a requisitos relativos ao meio ambiente, à saúde de trabalhadores e dos consumidores e à sua capacitação autogestionária.



“A ‘construção sociotécnica’ é o processo pelo qual artefatos tecnológicos vão tendo suas características definidas por meio de uma negociação entre ‘grupos sociais’ relevantes, com preferências e interesses diferentes no qual critérios de natureza distinta, vão sendo empregados até chegar a uma situação de ‘estabilização’”. (DAGNINO et al, 2004).

Para Dagnino, a TS seria :

“o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo” (DAGNINO, 2009, p.103).

Para Novaes e Dias (2009), a AST tem um caráter de ponte, entre a crítica das forças produtivas na sociedade capitalista e a possibilidade de construção e desconstrução da tecnologia num sentido desejado, sendo um esteio aos movimentos sociais e setores populares em suas demandas de apoio governamental e das Universidades.

### **As modalidades de AST**

Buscando operacionalizar o conceito de AST, julgou-se conveniente definir modalidades de AST. O número escolhido (sete) não é arbitrário e poderia ser maior (Dagnino e Novaes, 2003).

1) Uso: o simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho etc.) antes empregada (no caso de cooperativas que sucederam a empresas falidas), ou a adoção de TC, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado, é percebido como suficiente.

2) Apropriação: concebida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos), implica uma ampliação do

conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva etc.), gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.

3) Revitalização ou repotenciamento das máquinas e equipamentos: significa não só o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos, mas também ajustes, recondicionamento e revitalização do maquinário. Supõe ainda a fertilização das tecnologias “antigas” com componentes novos.

4) Ajuste do processo de trabalho: implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (preexistentes ou convencionais), o questionamento da divisão técnica do trabalho e a adoção progressiva do controle operário (autogestão).

5) Alternativas tecnológicas: implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para dar conta das demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente desta modalidade é a busca e a seleção de tecnologias existentes.

6) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente: resulta do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e na percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção, para satisfazer as demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo incremental, isolados ou em conjunto com centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) ou universidades.

7) Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo: resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de P&D ou universidades e que implicam a exploração da fronteira do conhecimento.

## **5.2 Revolução Verde - Industrialização da agricultura e subordinação do trabalho**

Retomando a questão do antagonismo entre capital e trabalho, proposta por Mészáros (2006), como resultado da alienação, o progresso tecnológico age, exatamente, na subordinação cada vez mais direta e profunda do trabalho ao capital e, isto é aumentar a extração de mais valia. Atua, assim, modificando o processo de trabalho, a base material da produção e amplificando a extração de mais valia (ou seja, reificada como mais valia relativa). Para Marx, os processos básicos dessa subordinação real do trabalho ao capital eram estabelecido através da cooperação, da divisão do trabalho e da maquinaria.

Segundo Graziano (1981), esses três fenômenos atuam desmontando a lógica, anterior, do artesão, que realizava e determinava como desejava e, escolhia todo o processo de produção. Primeiro, com a cooperação quando da introdução de mais força de trabalho, ou seja, mais pessoas trabalhando no processo produtivo. Com a divisão do trabalho, as etapas do processo de produção foram compartimentadas e realizadas por trabalhadores diferentes. Nesse processo, o controle do trabalhador sobre atividade de trabalho foi diminuindo em função da mudança do processo de produção para o fim do acúmulo de riquezas.

Com a introdução da maquinaria no processo produtivo, nem a intensidade, nem o ritmo, nem mesmos os movimentos do processo de trabalho dependiam mais da habilidade dos trabalhadores, a base técnica do processo foi totalmente transformada, o processo de produção não era mais a imagem e a semelhança do trabalhador, como no caso do artesão. O processo de produção passava a ser completamente objetivado em si mesmo, libertando-o por completo do domínio do ser humano, portanto, não era mais necessário adaptar as etapas do processo de produção à habilidade manual dos trabalhadores, sua força, rapidez ou destreza (Graziano da Silva, 1981).

Essa perspectiva se estabeleceu e instaurou o aumento de produtividade e a redução do tempo do ciclo produtivo para fins do acúmulo do capital. O antagonismo entre capital e trabalho se acentuava de forma significativa, na medida que o trabalho era cada vez mais alheio à vontade e estranho ao trabalhador. Desta forma, se destacou o papel central da tecnologia no aprofundamento da alienação nas relações de produção na história do desenvolvimento humano.

Especificamente na esfera da agricultura, a divisão do trabalho, pelo menos num primeiro momento, não reduziu o período total de produção pelos determinantes naturais do tempo de produção na agricultura, como o clima, o tempo de crescimento das plantas, as dependências do solo e das águas, freando de certa forma, o avanço das forças produtivas do capital no campo.

“Em outras palavras, o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura se faz inicialmente, de maneira mais lenta no campo, acelerando-se com o progresso da indústria” (Graziano da Silva, 1981, p.41)

Essa síntese entre agricultura e indústria passou a acontecer, quando a indústria urbana já havia avançado e poderia passar a auxiliar na chamada “fabricação” da natureza. A industrialização da agricultura significava a própria reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola, necessária à produção capitalista. Segundo Graziano da Silva (1981), o campo convertido numa fábrica, recebia as matérias-primas, sementes e mudas selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos e, fornecia produtos na outra ponta, para alimentação, produção cosméticos, tecidos, combustíveis e outras mercadorias. A industrialização da agricultura representou a subordinação da natureza ao capital, quando liberou o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas e seu tempo próprio, possibilitando fabricá-las e regulá-las de acordo com as demandas de ritmo e produtividade do capital.

“Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis,

“Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital” (Graziano da Silva, 1981, p.44)

Costabeber (2007), lançando um olhar complementar sobre a industrialização da agricultura, aponta que a denominada Revolução Verde, baseou-se tecnologicamente na simplificação das agriculturas. Um de seus impulsos, o desenvolvimento genético, se deu com a criação de variedades de alto rendimento e positivamente sensíveis ao uso de fertilizantes. Esse

movimento se iniciou, especialmente, a partir da utilização de técnicas de hibridização em milho nos Estados Unidos. As variedades modificadas apresentavam resistência à agrotóxicos, minimizavam as perdas na utilização de colheitadeiras mecânicas e, fortaleceram em muito a possibilidade do crescimento da mecanização na agricultura.

Ao mesmo tempo, essa agricultura moderna incentivou a expansão dos mercados de fertilizantes e produtos químicos para a proteção fitossanitária, já que incorporava em sua base técnica os insumos produzidos industrialmente. A utilização maciça de fertilizantes químicos e pesticidas, a partir do reaproveitamento do parque industrial de armas das duas grandes guerras, permitiu ampliar a produção agrícola em grande escala (Sauer, 2010).

Para o autor, esse processo integrou novas tecnologias químicas, mecânicas e genéticas, favorecendo a acentuação da dinâmica industrial na agricultura e sua integração com a indústria de insumos. A construção de um pacote tecnológico integrador, que incorporava numa base técnica pura, tanto o processo de trabalho como o processo natural de produção no campo, evidenciou uma homogeneização do processo de produção agrícola em torno a um conjunto compartilhado de técnicas agronômicas e de insumos industriais genéricos.

Assim esse movimento, também, se esforçou para reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente, como uma força alheia à direção e controle do capital. Nesse sentido, estabeleceu-se um processo descontínuo e persistente de eliminação de elementos discretos do trabalho e da agricultura como atividade natural e, sua transformação em processo técnicos e utilização de insumos, descrevendo a incorporação da agricultura em setores específicos do processo industrial. (Costabeber, 2007)

Do geral para o específico, segundo Martine (1990), a modernização tecnológica e a mudanças das bases produtivas da agricultura vinham se desenvolvendo desde o pós-guerra, mas, no Brasil, ganharam força na década de 1960. Nessa nova etapa no Brasil, a agricultura atravessou um processo radical de transformação, com base em sua integração à dinâmica industrial de produção e a constituição de complexos agroindustriais e assim, a base técnica da produção agrícola foi profundamente alterada.

Para Dünger (1996), em meados da década de 1960 vários países latino americanos se engajaram no ideário do avanço tecnológico em busca de rendimento, produtividade, eficiência e escala através do modelo da revolução verde, importado de territórios do hemisfério norte.

No contexto nacional, essa fase de modernização da agricultura, concomitantemente ao golpe de 1964, surgiu segundo seus difusores, para dar resposta aos problemas da fome de parcela significativa da população brasileira. Trazia, explicitamente, uma promessa de eficiência para economia brasileira, já que o país buscava fortalecer sua participação agrícola no mercado exterior. Nesse anseio do desenvolvimento nacionalista, verificou-se, como reflexo no campo, o fortalecimento e qualificação da empresa rural capitalista e a contenção de conflitos no campo. (Bergamasco, 1992)

Para explicitar as mudanças na matriz tecnológica produtiva do campo brasileiro, Graziano da Silva (1982) aponta que entre 1967 e 1975 a utilização de fertilizantes no Brasil aumentou mais de seis vezes, a de agrotóxicos mais de quatro vezes e a de tratores, três vezes.

No estado de São Paulo, em 1960, mais de 40% dos estabelecimentos rurais só utilizavam força humana, enquanto 6% dispunham de força mecânica. Já em 1975, apenas quinze anos depois, a situação se inverteu completamente e, 10% dos estabelecimentos utilizavam apenas trabalho braçal, enquanto mais de 30% já empregavam força mecânica na produção. (Graziano da Silva, 1981)

Entre 1969 e 1977, o consumo de fertilizantes por unidade de área triplicou. O número de tratores cresceu em 50%, o mesmo observou-se em relação aos arados de tração mecânica. A potência empregada na produção agrícola aumentou significante no mesmo período, retratando a utilização de máquinas e equipamentos agrícolas maiores e mais pesadas. Esse conjunto de inovações tecnológicas pouco teve a ver com as necessidades da agricultura, mas sim, referiam-se a um componente de decisão das empresas multinacionais de insumos e maquinário, determinada pela concorrência intercapitalista que enfrentam na disputa de grandes mercados.

“Essa decisão tem ‘uma relativa autonomia’ no que diz respeito às necessidades específicas deste ou daquele país em função da quota de sua participação no mercado a nível mundial. Ou seja, quanto mais reduzido for o volume de vendas numa determinada região, menos pesarão as suas necessidades específicas na determinação da evolução tecnológica das máquinas e equipamentos agrícolas que utiliza. (Graziano da Silva, 1981, p.105)

Observou-se, da mesma forma, no início da década de 1970, uma redução significativa dos arados de tração animal, que até a década anterior eram maioria absoluta em utilização nos estabelecimentos agrícolas. (Graziano da Silva, 1981)

O modelo produtivista fomentou o parque industrial emergente que movimentava as empresas de fertilizantes, adubos, maquinários, sementes, vacinas e medicamentos. Somava-se a esse elemento a grande necessidade de infraestrutura para escoamento da produção, como estradas, silos e armazéns, abastecimento de energia elétrica no campo, portos para exportações e outros. (Martine, 1990)

A criação desses sistemas modernizados agroindustriais se deu com grande apoio e suporte do governo militar com construção de infraestrutura para produção (estradas, portos), passando pelos sistemas de pesquisa e extensão. Compunham a estratégia também, subsídios e isenções fiscais para o uso de insumos industriais, financiamento a taxas negativas de juros, manutenção de taxas de câmbio favoráveis aos setores agroexportadores, regulamentação dos canais de comercialização, entre um conjunto de outras medidas. (Bergamasco e Norder, 2003)

Passamos, então, ao desenho tecnológico, as relações políticas e as relações de trabalho desta pretensa revolução. A forma da produção adotada nesse modelo era fundamentada no uso de máquinas agrícolas e sistemas de irrigação, que tornavam a atividade agrícola mais rápida e mais barata por ser poupadora de mão de obra.

Essa mudança tecnológica, como apontado, necessitava de altos investimentos financeiros, eram eles incentivos, subsídios e créditos agrícolas, então, distribuídos para viabilizar a mudança na matriz produtiva. Os instrumentos governamentais, nesse contexto, foram o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), que tinha como objetivo preparar os produtores para produzir excedentes para o mercado e, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para promover a injeção de capitais na assimilação de novas tecnologias e aumentar a produção, na forma de crédito direto aos produtores. (Bergamasco, 1992)

Com isso, no Brasil da modernização da agricultura financiada pelo crédito agrícola, as grandes propriedades localizadas em terras férteis foram direcionadas e privilegiadas para o recebimento desses incentivos financeiros, de pesquisa, assistência técnica e, sua conseguinte destinação produtiva para o mercado agroexportador e a agroindústria. A concessão de crédito altamente subsidiado era vinculada à utilização de insumos e práticas pré-determinadas que

conduziram a essa modernização de caráter compulsório, alterando profundamente a divisão do trabalho no campo brasileiro. (Martine, 1990)

Graziano da Silva (1982), corrobora com esta argumentação, relatando que o tamanho das grandes fazendas aumentou substancialmente no período da modernização conservadora e a taxa de adoção de tecnologias era diretamente proporcional ao tamanho das propriedades. Os fazendeiros absorveram a maior parte dos aumentos das ofertas de créditos, que eram subsidiados e apresentavam taxas reais negativas de juros. Ao mesmo tempo, o aumento na escala de produção, possibilitado pelo implemento do novo pacote tecnológico e o fortalecimento da especulação das áreas rurais, gerou um maior interesse pela terra como rentabilidade e, consequentemente aprofundou a concentração fundiária no país.

No estado de São Paulo, o crédito aumentou em três vezes entre as décadas de 1960 e de 1970, tomados, via de regra, por grandes produtores, uma vez que a garantia para os créditos estava vinculada ao tamanho da terra possuída e apresentada como garantia. (Graziano da Silva, 1981)

“A alteração da base técnica da produção agrícola no estado de São Paulo afetou profundamente a escala de exploração, aumentando o tamanho mínimo em que esta se podia efetuar de uma maneira rentável. E refletiu-se também sobre as relações de trabalho no campo à medida que alterou radicalmente o perfil de absorção de mão de obra no ciclo das suas principais culturas.” (Graziano, 1981, p. 111)

Confluem, assim, nesse duplo aspecto da modernização da agricultura brasileira, a possibilidade e concretização do aumento da área produzida, pelos seus novos índices de produtividade (com os avanços tecnológicos havia a possibilidade técnica de produzir com maior eficiência em áreas maiores) e rentabilidade (devido a redução dos custos de produção) em paralelo à utilização da terra para especulação.

No conjunto de mudanças no campo brasileiro provenientes da modernização da agricultura, em relação aos preços dos produtos agrícolas, é importante inicialmente ressaltar que, no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, há sempre um enforcamento dos níveis de rendimento da agricultura enquanto atividade econômica. Por um lado, a agricultura foi submetida à compra de insumos industriais de alto valor para utilização em seu processo



produtivo, por outro, se colocava a necessidade de vender seus produtos à preços achatados. Os preços baixos eram necessários para viabilizar e conter os custos da produção industrial e agroindustrial, quando ocupava a posição de matéria prima, e também, manter em valores baixos o custo de vida e os salários da população urbana quando usada para alimentação. (Graziano da Silva, 1981)

Dentro dessa perspectiva, a lucratividade das culturas ditas modernas, se fundamentavam fortemente no uso de insumos subsidiados e na escala de produção para, assim, alcançarem melhores preços relativos quando comparados aos gêneros alimentares, por serem destinadas à exportação ou ao abastecimento das agroindústrias. Enquanto a produção das culturas direcionadas à alimentação direta da população seguia apresentando preços mais baixos e menor lucratividade. Ficou claro que, no Brasil, as políticas de estímulo à modernização não atingiram os pequenos produtores e a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. (Graziano da Silva, 1982)

“Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado.” (Graziano da Silva, 1982, p. 30)

Esse comportamento dos preços deixou de ser um estímulo, à modernização das unidades produtivas e à incorporação das tecnologias “modernas”, para os agricultores camponeses. Constitui-se, então, como incentivo à manutenção de formas pré-capitalistas para atender o aumento da demanda de alimentos do setor urbano, decorrente do processo de urbanização. Nesse sentido, não se pode compreender esse comportamento como funcionalização dessas relações ao capitalismo. A subordinação das relações pré-capitalistas ao capital determinam oposições específicas, jamais uma solução para as contradições do capitalismo. (Graziano da Silva, 1982)

É importante destacar o que, Graziano da Silva (1981), explicou como industrialização incompleta e desigual da agricultura brasileira, na qual várias etapas do processo produtivo não foram mecanizadas e o trabalho humano não foi destituído do mundo rural. Outro caráter relevante dessa industrialização incompleta foi a descontinuidade, uma vez que, no território

brasileiro, a industrialização da agricultura teve um processo muito heterogêneo, no Nordeste, por exemplo, a mecanização se passou com muito menos potência.

“Observando as relações de trabalho na agricultura brasileira em seu conjunto, vê-se que o capitalismo se desenvolve no campo de uma maneira extremamente desigual. Tem-se desde o proletário rural claramente constituído no Estado de São Paulo e algumas regiões vizinhas (como sul de minas e norte do Paraná) na figura do volante, até situações de semi-escravidão, porque não há outras palavras para qualificar as privações dos peões da região amazônica. O mais marcante, entretanto, parecem ser os pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros que se assalariam apenas temporariamente desde a região Nordeste. (Graziano, 1981, p.119)

Portanto, no processo de industrialização da agricultura brasileira é preciso entender a subordinação direta do trabalho ao capital em um cenário mais amplo e, nas várias facetas que adquiriu. Por vezes, se manifestou como expropriação completa das terras dos camponeses e na proletarização temporária na agricultura industrial, altamente influenciada pela sazonalidade das atividades agrícolas.

Outra parcela dos camponeses, com a industrialização da agricultura, estava em parte do tempo trabalhando assalariado na agricultura industrial e a outra parte, produzindo em sua área familiar para subsistência e venda de excedentes. Isso ocorria, às vezes em terras próprias, em terras ocupadas como nos caso dos posseiros, em outros casos, nas próprias áreas das grandes fazendas, através das configurações do colonato, a pequena parceria e o pequeno arrendamento.

Mas mesmo essa agricultura, já não era uma produção independente camponesa, mas uma reprodução subordinada às condições de circulação e, às relações de produção estruturais, estabelecidas pelo capital na agricultura. A agricultura camponesa, em certos contextos, foi obrigada a adotar procedimentos da modernização tecnológica para manter a vida na agricultura viável, o que gerou, em muitos casos, dependência de créditos e endividamento.

Essa é uma das contradições do desenvolvimento alienado do mundo rural, por um lado o capital necessitava da pequena produção camponesa para que esses sujeitos pudessem sobreviver no resto do ano, quando, sua força de trabalho, não era necessária à grande produção. Por outro

lado, apesar de subordinação estrutural ao capital, os camponeses conservavam, relativa autonomia, no processo de trabalho no seu sentido restrito. (Graziano da Silva, 1981)

Esses arranjos entre capital e trabalho possibilitaram experiências de resistência no campo brasileiro, nas palavras de Graziano da Silva (1981,p.116), um laboratório natural de trabalho, do qual o camponês extraía a subsistência da família, que confrontavam o capital por preservar relativa autonomia do trabalho. Exemplos disso, são as práticas de solidariedade, como os mutirões e as trocas de serviços, que ainda existem hoje no Brasil entre os camponeses. Essas práticas já se contrapunham ao capital, só pelo fato de existirem e se manifestarem na realidade. Essa expressão dialética no campo brasileiro, concretamente, criou experiências alternativas à subordinação total do capital ao trabalho e, evidencia os aspectos emancipadores, constituídos historicamente, na experiência dos agricultores camponeses.

Para além da sobrevivência da produção camponesa, a modernização da agricultura gerava uma crescente onda de interesse pela terra por parte dos grandes produtores e, também, a concentração fundiária. Essa valorização expulsou muitos posseiros, arrendatários e pequenos produtores de suas terras, os submetendo a uma expropriação completa. O que pode ser verificado, segundo Martine, (1990), no forte êxodo rural de quase 30 milhões de pessoas entre 1960 e 1980.

Wanderley (2011), afirma que, desde o início dos anos de 1960, esteve, em pleno vigor, o processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e nos engenhos, colonos, moradores, parceiros e pequenos arrendatários. Para a autora, os intensos níveis de êxodo rural, observados na modernização da agricultura, expressam um forte processo de expropriação e marginalização dos trabalhadores e pequenos agricultores camponeses. Até então, no processo de mobilidade, o agricultor camponês, conservava, em outras áreas, a mesma condição de trabalho na terra. Com a modernização conservadora a mobilidade se transformava, em muitos casos, em condição expropriada definitiva.

O processo de expropriação não foi absoluto, mas se intensificou sobremaneira a partir do crescente interesse econômico na agricultura moderna e da valorização das terras. Em São Paulo, por exemplo, o deslocamento da chamada economia de excedente, ou seja, a produção camponesa, se deu para regiões mais distantes e até fora do estado. (Graziano da Silva, 1981)

As mudanças ocorridas, do meio para o fim da década de 1960, não se trataram apenas de uma substituição de culturas menos rentáveis por outras atividades mais lucrativas, foram

mudanças profundas na base técnica de produção. É, então, no bojo dessa conformação complexa, que analisamos, a seguir, uma das principais mudanças no campo brasileiro proveniente da industrialização da agricultura brasileira, as profundas mudanças nos processos de trabalho e a constituição do trabalhador volante.

Um olhar mais atento às mudanças nas relações de trabalho na agricultura moderna, mostra que os fertilizantes, à medida em que, aumentavam a produção por unidade de área, aumentavam as exigências de mão de obra nos períodos de colheita. Adicionalmente esse tempo se reduzia em função da utilização amadurecedores químicos. Os agrotóxicos, além de reduzirem drasticamente a exigência de mão de obra empregada nos tratos culturais, aumentam a descontinuidade de absorção dos trabalhadores. A mecanização, quando passava a abarcar quase todas as etapas da produção agrícola, exceto a colheita, acentua a variação de exigência de mão de obra da atividade agrícola. Essas mudanças técnicas construía uma maior sazonalidade do trabalho agrícola, pois a necessidade de força de trabalho em atividades de preparo do solo, plantio e tratos culturais foi reduzida significativamente, enquanto a exigência de trabalho humano na colheita crescia devido ao aumento da produtividade por área. Acentuou-se, também, a descontinuidade do trabalho humano, pois com a mecanização, algumas fases da atividade agrícola tiveram seu tempo de realização reduzidos. Essa situação causava uma mudança significativa nas relações de trabalho na agricultura, pois tanto a redução do tempo de trabalho nas etapas de produção, quanto a descontinuidade da ocupação humana, justificavam a substituição, dentro da lógica do capital, do trabalhador permanente pelo temporário. (Graziano da Silva, 1981)

O tempo de trabalho também diminuiu, pois com o novo pacote tecnológico, as tarefas de trabalho eram mais simples, e parte delas era feita por máquinas ou atenuadas pelo uso de insumos químicos. Ao mesmo tempo, essas atividades dentro do ciclo produtivo eram ditadas pelo tempo da máquina, assim o ritmo de produção acelerou-se. Somando-se esses dois fatores, a intensidade do trabalho humano que restou foi amplificada de forma extraordinária. (Graziano da Silva, 1981)

Antes da Revolução Verde o preparo de solo, plantio e tratos culturais, por um período longo do ano agrícola, justificavam, em geral, a mão de obra residente, na propriedade. Com a tratorização dessas etapas, seu período de realização encurtou-se significativamente, muitos

trabalhadores foram dispensados e, os poucos residentes, que restaram nas grandes propriedades, se especializaram tornando-se tratorista, motorista e capatazes.

Com a tecnificação da agricultura a capacidade produtiva cresceu e, a área produzida aumentava, da mesma forma, que o preço da terra. Anteriormente, os trabalhadores residentes plantavam para sua subsistência nas épocas em que a intensidade do trabalho diminuía na grande produção. Na modernização, em muitos territórios, essas terras passavam a ser ocupadas para a produção, tornando inviável sua utilização para a plantio de subsistência dos trabalhadores. Assim, as formas de colonato, pequeno arrendamento e pequena parceria foram perdendo força com o avanço da industrialização da agricultura.

A produção moderna tendia à monocultura e à especialização de uma região. Assim, pela industrialização da agricultura, a rentabilidade aumentava com o zoneamento, pois a territorialização produtiva localizada favorecia, a constituição de uma rede de logística e infraestrutura, transporte, armazenamento e acesso à insumos, para a dita “cultura forte da região”, o que, praticamente, inviabilizava outros cultivos. Em momentos anteriores, com o policultivo numa dada região, os picos por demanda de trabalho viabilizavam um trabalho volante em vários períodos distintos, pois as fases da atividade agrícola não coincidiam. Desta forma, encontrava-se ocupação o ano todo, em cada momento em uma cultura distinta. Já com a especialização e o zoneamento essa possibilidade passava a não existir mais e a sazonalidade do trabalho agrícola se intensificava.

A especialização, também, se reforçava no próprio desenho tecnológico, quando a utilização de mecanização nos tratos culturais e a utilização de herbicidas praticamente inviabilizam o plantio consorciado. Prática, então, muito comum até final da década de 1960, momento em que se verificava o amplo plantio de cana de açúcar consorciado com feijão. No caso do café, a aplicação de defensivos e herbicidas e a mecanização, tanto inviabilizaram o plantio intercalar, quanto reduziram drasticamente o trabalho humano de capina, até então, muito utilizado. (Graziano da Silva, 1981)

Essa consolidação da sazonalidade e especialização na agricultura, criava desemprego para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que permaneciam, e, contraditoriamente, causavam emigração nos picos de demanda de trabalho, principalmente nos períodos de colheita. Nesse momento, tinha-se uma massa volante de trabalhadores e menos alimentos disponíveis, em geral, para a população. Essa nova figura do campo brasileiro, o volante, se constituía como um

trabalhador rural de assalariamento temporário, que foi expropriado dos meios de produção e vagava, de região para região, procurando trabalho, muitas vezes, ficava desocupado períodos significativos do ano e frequentemente, passava a residir na cidade e trabalhar temporariamente no campo. Segundo Wanderley (2011), os novos trabalhadores volantes, aliciados por intermediários, deslocavam-se sem cessar de uma propriedade a outra. Portanto, estavam excluídos do campo regulatório do trabalhador rural, por não ter vínculo com um empregador ou uma determinada empresa rural.

Portanto, além de sua funcionalidade ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, o surgimento do volante se relaciona a esse outro evento histórico, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR - Lei nº 4214, de 2 de março de 1963) que regulamentou as relações de trabalho no campo. Pela primeira vez, no país foram reconhecidos direitos trabalhistas aos trabalhadores das atividades agrícolas. Fruto dos processo de mobilização e luta política, desencadeados na década de 1950, contra os proprietários, e conduzido pelos sindicatos e principalmente pelas ligas camponesas.

Os assalariados do campo tinham, a partir desse marco, fixadas as condições de exercício do trabalho agrícola e, instituídas proteções especiais. Os trabalhadores rurais passavam a ter direito ao salário mínimo, ao repouso e às férias remuneradas, à estabilidade no emprego após dez anos de contrato e ao aviso prévio. A lei instituía também, a carteira profissional, autorizava a organização de sindicatos rurais e criava um Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, dispunha, inclusive, de termos sobre a moradia e educação para os filhos, no lugar de trabalho (Wanderley, 2011).

Com o fortalecimento do estatuto, desincentivou-se e legitimou-se a não utilização do trabalhador rural registrado. Isso, aliado ao sucateamento e desmonte do aparato regulatório do Estado no que tange a questão agrária, aumentou em quantidade e intensidade os problemas sociais do país (Bergamasco e Norder, 2003).

Todos esses termos fortaleceram a adoção do trabalhador volante que, por seu caráter temporário e sazonal, não configurava vínculo empregatício e não se enquadrava nas determinações do ETR. Fato que tornava o cenário muito mais favorável ao proprietário que não ser onerava com todos os encargos trabalhistas. (Wanderley, 2011)

Ficou claro que, no Brasil, o objetivo da industrialização da agricultura não era dispensar o processo produtivo de todo o trabalho humano, através do mecanização generalizada, mas sim

subordiná-lo às exigências do desenvolvimento das forças produtivas e do acúmulo de capital. Nesse sentido, se combinava trabalho humano e mecanização de acordo com a conjuntura socioeconômica e a composição otimizada de acumulação do capital e, verificamos, assim, as manifestações nefastas desse processo na vida dos trabalhadores rurais.

Muitas vezes, a própria mecanização servia para controlar o caráter do trabalho humano a fim de aumentar a acumulação. Segundo Graziano da Silva (1981), em muitas situações, mesmo sabendo que a colheita mecânica era mais onerosa, os proprietários iniciavam a safra com a máquina. Assim, imediatamente, os salários da região baixavam, e então, passava-se a empregar o trabalho volante, com os custos de produção reduzidos e aos salários aviltados.

As contradições e antagonismos entre trabalho e o capital no campo brasileiro eram inúmeros. O “boia-fria” de São Paulo, pelo seu caráter intermitente do trabalho, se definia como exército industrial de reserva. Liberado, num primeiro momento pela modernização da agricultura, ele é reabsorvido, posteriormente, como mão de obra mais barata e mais vantajosa à acumulação do capital. Essa situação o leva a vivenciar a extrema miserabilidade, e se manifestava, também, como insatisfação com a sociedade e desejo permanente de melhoria nas condições de vida. Nesse sentido ele, dialeticamente, afirma o sistema ao gerar condições para a reprodução do capital no campo e o nega, ao acentuar a contradição entre detentores dos meios de produção e aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho em condições degradantes (Wanderley, 2011).

Também, segundo a autora, a partir de dados de uma pesquisa realizada entre 1992 e 2004 sobre as condições de trabalho no campo, os trabalhadores volantes poucas vezes apresentavam seguro social, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio saúde e, quase nunca eram afiliados a algum sindicato. Era muito comum encontrar situação de sobretrabalho em jornadas estendidas que ultrapassavam 44 horas semanais.

Na produção de cana de açúcar no estado de São Paulo, o trabalho temporário tomou várias formas. O corte da cana foi realizado inicialmente por “boias-frias”, habitantes das periferias das cidades dormitórios de onde ocorria a produção, passou para pequenos agricultores camponeses originários do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais que voltavam após a colheita para suas cidades de origem e para sua pequena produção familiar e, mais recentemente, trabalhadores do Piauí e Maranhão. Esses trabalhadores muitas vezes conviviam na fase da colheita, mas não buscamos aqui, construir uma cronologia dos tipos de trabalho volante, o que é

importante notar é a crescente intensificação do ritmo de trabalho e deterioração das condições de alojamento, saúde e alimentação. Entre 2004 e 2005, 13 trabalhadores morreram em usinas de São Paulo durante a realização de suas tarefas no corte de cana, deste modo, não somente a força de trabalho era consumida, como também a própria vida do trabalhador. Essa intensificação se relaciona com a vinda de trabalhadores do nordeste, devido às exigências da intensificação do trabalho e a necessidade, sobretudo, de trabalhadores mais jovens. Um trabalho árduo e estafante, submetia o trabalhador a um dispêndio de energia imenso, à estados de subnutrição pela pobreza, além disso, realizava-se uma pressão grande sobre o tempo de trabalho e força empregada devido as metas de várias toneladas de cana a serem cortadas por dia. Essas marcas compõem a situação degradante dos trabalhadores rurais na produção de cana, no estado de São Paulo (Wanderley, 2011).

Na Paraíba, de acordo com os estudos da professora Marilda Menezes, há o “camponês trabalhador migrante” que associa em suas formas de reprodução a manutenção do sítio familiar e o assalariamento temporário. Essa figura sai de suas terras na Paraíba e desloca-se para o corte da cana no Pernambuco. A pertinência da categoria está, além de seu caráter permanente, na experiência de combinar trabalho no sítio e trabalho assalariado, através de gerações de camponeses. (Wanderley, 2011)

Essa situação mostra traços e consequências dessa extremada subordinação do trabalho ao capital e os acentuados níveis de exploração do trabalhador. Assim, tornava-se, cada vez mais evidente, a estreita vinculação entre as escolhas tecnológicas implementadas e a forma da relação que o trabalho estabelece na agricultura.

Essas configurações do trabalho no campo, a partir da modernização tecnológica, não são mera formalidade teórica da sociologia e da economia política, uma vez que, essas experiências de trabalho dos camponeses se manifestam em suas organizações territoriais mais recentes. Assim, nos assentamentos de reforma agrária e nas comunidades tradicionais, onde a Agroecologia está sendo construída, se fazem presentes as manifestações dessas experiências variadas.

Desta forma, é nesse caldeirão de experiências de exploração, resistência e emancipação que estão, também, os traços emancipadores da Agroecologia. Nenhuma construção agroecológica teórica ou prática pode deixar de considerar a experiência daqueles camponeses que se assalariaram temporariamente nas culturas modernas, pois sua experiência de exploração



do trabalho é essencial para constituir formas alternativas de “fazer” trabalho e agricultura. Da mesma forma, a experiência dos camponeses que seguiram produzindo de forma tradicional não capitalista, tanto quanto, aqueles que adotaram algumas técnicas modernas, interagem como aprendizados sociais diferentes dentro da Agroecologia, para um mesmo objetivo, construir formas libertas de manejo dos recursos naturais e produção de alimentos.

A Agroecologia, como o movimento da resistência histórica dos camponeses brasileiros, se funda nessa confluência de experiências diferenciadas de trabalho e de fazer a agricultura, também como, negação do trabalho alienado e degradante imposto pela modernização da agricultura.

### **5.3 O enfraquecimento do modelo da revolução verde e a resposta biotecnológica**

Na década de 1980 o mercado se retraiu e a expectativa de expansão da agricultura modernizada do Brasil enfrentava dificuldades. O modelo da revolução verde começa a evidenciar lacunas em sua matriz tecnológica, as alterações ambientais e implicações sociais começam a ser divulgadas. Os êxitos da revolução verde no reduzido terreno da melhoria da produtividade já não se sustentavam com a força inicial.

Problemas como, queda de produtividade da terra, desequilíbrios nos ecossistemas, desmatamento, poluição de rios e do ar, degradação de solos e contaminação química dos recursos naturais, em geral, começavam a ser evidenciados. Com o crescimento da agricultura e dos níveis de produtividade, aumenta-se, na mesma proporção, o consumo de recursos naturais e energéticos, como por exemplo, os combustíveis fósseis, trazendo à tona a insustentabilidade energética deste sistema de produção (Martine, 1990).

Como já abordado, a concentração fundiária e de renda e, o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, eram alguns dos traços do mundo pós Revolução Verde. A exclusão dos trabalhadores do campo, principalmente pelo êxodo rural, compunha um retrato comum deste período. O aumento da produtividade do trabalho pela incorporação dos recursos mecânicos na produção, associado ao aumento da área dos latifúndios, gerou um grande contingente de agricultores expropriados do campo.

Desta forma, as incoerências deste modelo foram emergindo através do aumento gradativo dos custos de produção, sem elevação correspondente dos preços dos produtos agrícolas e, da concentração dos ciclos produtivos em grandes agentes agroindustriais. Esta elite agrária podia introduzir grandes investimentos e sobressair na competição do mercado, ocasionando concentração fundiária crescente. (Graziano da Silva et al., 1982)

“O modelo de modernização conservadora conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do produto, mas manteve elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo” (Martine, 1990, p.35)

Segundo (Graziano da Silva et al., 1982) entre o final da década de 1960 e no decorrer da década de 1970 a produção agrícola, de fato, cresceu em média 5% ao ano. Costabeber (2007), também reconhece um incremento significativo no volume de produção e produtividade da agricultura brasileira, principalmente e, sobretudo, nos cereais: milho, trigo, e arroz. Porém, destacou uma diminuição nos rendimentos das sementes melhoradas e o uso cada vez mais intensivo de insumos na produção. Além disso, chamou à atenção, a espiral interminável de ciclos consecutivos de inovação, necessários para manter viável a acumulação do capital. Assim, para o autor, a agricultura, dentro dos marcos capitalistas de produção, é uma atividade atomizada e aberta à competição que necessita incorporar continuamente inovações tecnológicas ao processo produtivo, com o objetivo de reduzir custos de produção e, conseqüentemente, aumentar as margens de lucratividade da atividade econômica.

Isso ocorre, pois os inovadores que adotavam uma dada técnica nova conseguiam, num primeiro momento, uma redução dos custos de produção e um aumento da margem de lucro. Na medida em que se ampliava essa adoção os preços caíam, como resultado da competitividade e do aumento da oferta. Isso gerava dois efeitos: a necessidade constante de outras inovações, por um lado, e maior pressão nos pequenos agricultores, por outro. Aqueles que não tinham condições de adotar os pacotes tecnológicos eram esmagados pelas reduções de preços do mercado, ou eram obrigados a adotá-las parcialmente para continuar vivendo da agricultura. No âmbito mais geral a redução de preços generalizada pelo “progresso” técnico levava ao deslocamento dos benefícios econômicos da mudança tecnológica para os investidores do setor industrial (Costabeber, 2007).

Nesta ciranda de inovações alienadas cada nova tecnologia surge como uma resposta da “Ciência” às crises de produção no campo e os “problemas da agricultura”, sem questionar seus fundamentos, ou realmente mascará-los, como algo naturalizado. A queda na produção seria, então, algo intrínseco à produção agrícola e só passível de ser superado pelas respostas mágicas do progresso técnico da Ciência.

Evidentemente, as condições ambientais e a terra seguiam tendo grande influência na produção agrícola, porém, conseguiu-se cristalizar uma visão das novas tecnologias como uma força essencialmente autônoma e independente na sociedade. Porém, parecia permanecer ocultado que essa força autônoma tinha seu centro de decisões nas instituições de investigação.

“Ou seja, seriam as decisões, as atividades e os produtos tecnológicos de um reduzido grupo de cientistas as que desempenhavam um papel relevante na configuração da estrutura e da produtividade das sociedades rurais” (Costabeber, 2007, p.10)

Havia nestas décadas de 1970 e 1980, para formar e solidificar a visão autônoma e independente dessa intervenção tecnológica, a construção de uma base ideológico produtivista, que fundava um sentido de propósitos compartilhados entre cientistas, formuladores de políticas públicas e agroindústrias, e que se expandia para o conjunto da sociedade entoando as ideias que o aumento da produção era intrinsecamente, e socialmente desejável e que todas as partes da sociedade se beneficiariam do produto gerado. (Costabeber, 2007)

Para Martine (1990), o poder dos empresários rurais era muito forte, se refletindo no grande peso da bancada ruralista no governo, e na aliança desta com os meios de comunicação de massa. Economistas ganhavam apoio de agrônomos, propagando uma ideologia neutra do novo e do técnico em prol da modernização da agricultura. Essa propaganda foi responsável pelo enfraquecimento da perspectiva da reforma agrária junto a outros setores da sociedade. Buscavam assim, diluir termos como *luta pela terra, latifundiários e sem terra* como se todos fossem produtores rurais em prol do desenvolvimento da agricultura, e no campo não houvesse conflitos e grupos sociais com interesses políticos distintos.

Fazendo uma análise inversa desses trechos, pode-se dizer que o processo de alienação no campo se intensificava, a ponto de não perceber-se mais a natureza como parte influente no processo de trabalho na agricultura e os antagonismos entre trabalho e capital gerados como conflitos sociais na Revolução Verde. Destaca, assim, a importância da naturalização ideológica dessas relações alienadas fundadas e legitimadas pela neutralidade da ciência. Ou seja, é a própria confiança na ciência como fé cega no desenvolvimento positivo da sociedade que disfarça e encobre todas as contradições geradas no modelo da Revolução Verde.

Sauer (2010), no mesmo caminho argumentativo, explica a institucionalização da racionalidade e do progresso técnico como elementos constitutivos da modernidade e da conformação da sociedade capitalista ocidental. O autor, que se apoia em Habermas, explica que essa fundamentação ideológica se inicia no iluminismo e advogava que só a ciência objetiva poderia libertar os seres humanos através do domínio da razão sobre a natureza. O trabalho

“livre” e criativo das pessoas deveria conduzir à emancipação humana e ao enriquecimento da vida diária, à geração de liberdade, igualdade e progresso humano.

Essa premissa ideológica e idealista de busca por emancipação se consolida no ideário das sociedades modernas como verdade inquestionável, quando é possível identificar que a tecnologia, como construção social e material, se transformava em sistemas de opressão em nome desta “liberdade” humana idílica. Para Sauer (2010), na visão de Herbert Marcuse, a tecnologia seria uma forma de dominação e controle específica sobre a sociedade, uma forma inconfessa de dominação política a técnica e projetaria aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tencionam fazer com as pessoas e coisas. A que se poderia complementar, a partir de Mészáros (2006), uma dominação proveniente da alienação do trabalho e da autonomia da indústria, como instituição social, sob o controle da propriedade privada.

A razão técnica é dirigida a determinado fim, e carregada de conteúdo político, o que torna necessária a consolidação de uma ideologia que crie as formas de representação simbólicas para essa dominação.

“A Ciência e a tecnologia são as formas de suporte à dominação política dentro do desenvolvimento capitalista, retirando o seu caráter explorador e opressor, tornando-o racional” (Sauer, 2010, p.153)

O caráter dialético dual do desenvolvimento da indústria, por apresentar, principalmente, sua condição alienada na sociedade moderna, explicita o aumento crescente da produtividade e controle da natureza, como fatores que deveriam proporcionar uma vida mais confortável à humanidade. (Sauer, 2010)

Essa visão, alienada e idealista, proveniente do entendimento pelo prisma parcial da propriedade, interage mútua e positivamente com o progresso técnico e com a Ciência, como domínios da razão, capacitados a construir a verdade e caminho ao progresso e a emancipação humana. Assim, se constrói mais uma fortaleza da ideologia dominante, pois tudo aquilo que questiona as determinações e resultados da Ciência, passa a ser tomado como dogmatismo e fanatismo, devaneios que se afastam da objetividade. Neste sentido, a repressão se torna desnecessária no processo de sujeição das pessoas ao aparelho de produção e distribuição, pois a percepção da dominação desaparece da consciência das pessoas que só enxergam o progresso e o avanço tecnológico.

A aplicação desses axiomas ideológicos ficou evidente no final do século vinte, quando as biotecnologias surgiram como a possibilidade de solução para os problemas do paradigma produtivista. As biotecnologias seriam mais “limpas”, ou seja, resolveriam os problemas ecológicos de suas antecessoras agroquímicas, através, por exemplo, da resistência biológica a pragas e doenças nos cultivos. (Costabeber, 2007)

Segundo Sauer (2010), os argumentos da neutralidade da Ciência podem ser claramente verificados na agricultura, na promessa dos transgênicos de acabar com a fome no mundo, como justificativa para sua implementação sem questionamentos. A introdução recente de novas biotecnologias, especialmente a engenharia genética e os transgênicos, representaram um aprofundamento do sistema implantado na revolução verde. Fundadas de igual forma, num processo de “artificialização” da agricultura e da natureza, não modificam a lógica de produção, só a tornam, cada vez mais próxima a um processo industrial. Seguem aumentando a produtividade e atuam reduzindo ainda mais a ocupação do trabalho assalariado no campo.

Mais de 90% dos investimentos em engenharia genética são destinados a criar resistência à herbicidas e inseticidas e menos de 1% destes, buscam melhorar as propriedades nutricionais das variedades de alimentos produzidos (Sauer, 2010). Nesse sentido, parece falaciosa a abordagem de que o objetivo dos transgênicos visaria aumentar a produção de alimentos no mundo, e pior, se opor à essa argumentação significa se opor à Ciência. O questionamento dessa premissa, o aumento da produção de alimentos, não questiona, em absoluto, o progresso científico, mas busca desvelar os interesses de grandes corporações internacionais do setor agroquímico que se aliam aos transgênicos, para aumentar a lucratividade e o controle sobre o processo de produção agrícola.

Outro argumento que cai por terra é o de que a implementação dos transgênicos, traria uma redução no uso de agrotóxicos na produção agrícola. O Brasil, em 2008, passou a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Neste mesmo ano foram consumidos 733,9 milhões de toneladas de produtos químicos nas lavouras brasileiras, superando os Estados Unidos que nesta pesquisa atingiu 646 milhões de toneladas. A título de exemplo, no Brasil, no próprio ano de 2008, o consumo de agrotóxico cresceu em torno de 25% em relação ao ano anterior, destacando que o maior consumo de agrotóxicos está na cultura transgênica da soja. (Sauer, 2010)

Na medida em que a CTNBio, passou a ser a voz da ciência, e portanto a voz da razão técnica, citada anteriormente, e que como órgão científico, habilitada a decidir sobre a aplicação prática de tecnologias, a despeito de qualquer crítica, interferência ou ponderação de qualquer setor social, evidencia mais uma crença cega na ciência como juíza e comandante do desenvolvimento humano.

Este processo se reflete claramente nas instituições de pesquisa. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) tem destinado grande parte de suas pesquisas à área de biotecnologia, muitas vezes em parceria e convênios com empresas como a Monsanto, a Basf e outras do setor. O governo federal através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e o apoio do Banco Mundial, em 1999, aplicou 40 milhões de dólares em pesquisas em biotecnologia no país, com previsão de aumento para 330 milhões em sua fase seguinte. (Sauer, 2010)

Essas novas tecnologias, também, estabelecem formas de poder, ao concentrar a produção. Já no final da década de 1990, Cargill, ADM e Bunge respondiam por mais de 60% da comercialização mundial de soja. Esse poder se refletia na determinação de preços e no controle sobre os insumos de produção, sementes, fertilizantes e agrotóxicos. Esse controle tem que ser total para não permitir questionamentos e possibilidades de outras trajetórias técnicas. Assim, outras formas de produção no campo tendem a desaparecer, como a produção camponesa que, em geral, não depende de insumos químicos nem de sementes industriais. A busca por aniquilar alternativas reais ao pacote biotecnológico, ocorre por muitos instrumentos. Um deles é a lei de propriedade intelectual e de cultivares, que busca restringir a livre utilização de recursos genéticos através do endurecimento das normas de propriedade intelectual sobre produtos vegetais. A contaminação através dos mecanismos de dispersão de sementes nas lavouras de agricultores tradicionais, também atua nesta mesma direção e ambos buscam acabar com técnicas de reprodução de sementes crioulas da agricultura camponesa. Isto representa um ataque à soberania da população em geral que passa a ter pouco controle sobre sua alimentação. (Sauer, 2010)

Essa pode ser considerada mais uma expressão da alienação, exacerbando o aspecto de crise da construção histórica do desenvolvimento humano. A alienação entre o homem e a humanidade e entre o homem e a natureza, tomando emprestadas as categorias de Mészáros (2006), se mostram na medida em que a manutenção da viabilidade econômica da ciranda da

agricultura industrial exportadora se sobrepõe aos riscos à saúde humana e à degradação da natureza, que oferecem os OGMs. Os investimentos no desenvolvimento de novas variedades é gigantesco, porém a pesquisa em toxicologia, perigos à saúde a longo prazo, e de impactos ambientais, são mínimas e espacialmente reduzidas, se concentrando nos Estados Unidos e Europa, e portanto sem a possibilidade de serem generalizadas para o Brasil, devido a nossa composição étnica e ecológica completamente distinta.

A sociedade entrega o poder de decisão de sua saúde, para a CNTBio e, aceita sem questionamentos a implementação dos transgênicos como solução para os problemas de alimentação da sociedade. Ao mesmo tempo, coíbi o controle social e a soberania alimentar, destitui dos camponeses e população em geral o controle e o poder sobre a forma de produção agrícola, que deveriam se constituir a partir de arranjos populares e tradições culturais. Afeta também, o poder de uma sociedade em tomar decisões quanto a sua própria alimentação. (Sauer, 2010). Por fim, como destacado, é um convite à destruição da natureza quando se coloca como uma ameaça clara à biodiversidade no planeta, condição essencial à preservação ambiental. Destaca-se, portanto, a força explosiva dessa alienação que atua como autodestruição humana.

O que se observou com a utilização dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) foi um aprofundamento da expropriação dos agricultores camponeses e das agricultoras camponesas, perda de autonomia sobre o trabalho e a vida deste grupo social, como também, a destruição do cerrado e avanço destrutivo sobre a floresta amazônica. (Sauer, 2010).

A transgenia é uma ameaça, também, ao equilíbrio ecológico pois vai erodindo a biodiversidade na medida que homogeneíza a paisagem agrícola e o domínio territorial de poucas espécies, causando o desaparecimento de muitas variedades e a erosão da biodiversidade planetária. Este processo de intensificação da “artificialização” da agricultura, como destruição da natureza e exploração da terra e do trabalho humano, está expresso, também, na resistência dos transgênicos a herbicidas e inseticidas, na medida em que incentiva o aumento do uso desses agrotóxicos, causadores de contaminações dos solos, águas e danos à saúde humana.



## **5.4 Aspectos da emancipação do Trabalho na Agroecologia**

Este tópico tem por objetivo identificar e evidenciar aspectos do trabalho nas experiências de Agroecologia que possam ser emancipadores. Nos capítulos anteriores buscamos localizar o camponês como uma categoria social que, no Brasil, através dos séculos, vêm fazendo frente e resistindo à subordinação do trabalho ao capital na, industrialização da agricultura e, em outras formas de subjugação e opressão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Porém, apesar de ter passado, enquanto experiência coletiva e social, por integração com trabalho assalariado e temporário, e pela subordinação da produção camponesa ao capital, apresenta numa expressão extremamente dialética na sua experiência histórica, uma relação de autonomia com o uso da terra. Assim, o camponês consegue estabelecer na forma de produzir, fins outros que transpassam a acumulação do capital e traz a produção de alimentos, a autopreservação do trabalhador e uma relação de reciprocidade positiva com a natureza. Essa integração da experiência histórica camponesa com o acúmulo científico levam, às experiências agroecológicas, essa possibilidade de resignificar o trabalho numa perspectiva libertadora.

Anunciamos, já antes de iniciar as análises de relatos das experiências dos agricultores camponeses, que a emancipação total de homens e mulheres apenas poderá existir em sociedades futuras, que superam as contradições capitalistas e rompam, estruturalmente, com as relações de opressão e o modo de produção sobre comando do capital e, assim, ela não pode estar presente na sociedade atual. Tão pouco, a emancipação poderia ser resumida em experiências de Agroecologia nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, pois a emancipação total se dá no conjunto da sociedade, como processo histórico e não em esferas parciais e espaços específicos da realidade. Portanto, elegemos dar relevo e trazer ao debate aspectos, parcialidades e elementos da emancipação e da superação da alienação no trabalho, presentes em ações relacionadas à Agroecologia nas trajetórias dos agricultores camponeses. São experimentos sociais, que ensaiam e prefiguram cenários de uma sociedade possível e liberta.

Outro destaque relevante é que os assentamentos, acampamentos da reforma agrária e outros espaços sociais com atividade agroecológica, apresentam contradições e reproduções das relações de opressão, como é constitutivo de qualquer intervenção social consciente e buscando superar a alienação no plano do real. Nos assentamentos há, claramente, muita dificuldade para adoção da agroecologia, objetivamente, pequena parcela implementa práticas e organização do

trabalho com enfoque agroecológico, é muito comum, também, a integração de práticas com base na agroecologia à técnicas do pacote tecnológico capitalista da revolução verde, pois falta apoio técnico e recursos financeiros. É possível, igualmente, identificar relações destrutivas e predatórias, estabelecidas entre os agricultores e a natureza.

O domínio técnico e controle dos conhecimentos produtivos, em muitos casos, são comprometidos. Não estando apropriados pelos agricultores, causam perdas de autonomia sobre a gestão da produção. Muitas vezes, também, há a verticalização da agricultura pela intervenção do capital comercial e pela pressão dos grandes complexos agroindústrias, como é o exemplo clássico das cadeias de produtos transformados dos suínos. Neste caso, as grandes empresas do setor de carnes, definem metas de produção e todo o desenho técnico das criações e do manejo animal, sacando dos agricultores o poder e o controle sobre o processo produtivo.

Para além de todas essas contradições, e muitas outras presentes e concretas, no rural brasileiro, optamos metodologicamente por dirigir a pesquisa às trajetórias individuais destacadas na experiência agroecológica, de forma que pudéssemos identificar aspectos emancipadores para compor um estratégia transformadora e crítica para a Agroecologia.

Os capítulos iniciais da tese reafirmam toda a construção da trajetória camponesa no Brasil e sua importância numa dada forma de produzir, camponesa e suas contribuições a construção da Agroecologia. O primeiro trecho da entrevista 1 mostra como o conhecimento camponês está presente na experiência coletiva que atravessa gerações, o fazer da horta para alimentação da família com diversidade, as práticas de cobertura do solo, que o protegem a partir de recursos locais.

Fica evidente na fala do agricultor camponês 1, no aprendizado da infância com o avô, um imigrante camponês europeu, um “saber fazer” camponês não subordinado ao capital que compõe esta categoria desde períodos mais iniciais da agricultura brasileira. É uma experiência coletiva e de classe porque não está impressa num conhecimento aprendido estritamente de forma direta, está impressa na condição de pobreza, está nos assentamentos e nos acampamentos, no compartilhar de conhecimento das famílias próximas, na busca por controlar a terra, está, muitas vezes, nas memórias e no imaginário coletivo. O camponês 3 também relatou uma infância no campo, na pequena produção, e todo um conjunto de conhecimentos que carregou consigo e que aplica hoje em sua produção no assentamento:

“Meu avô, como ele veio da Europa, ele tinha uma quinta...O pai dele tinha uma quinta... que era completamente orgânica, videiras né, eles faziam vinho artesanal. Dai quando meu vô veio pro Brasil, aqui nasceu minha mãe... Ele tinha uma horta também, Eu fui aprendendo tudo aquilo com ele.... coisa simples, rapai, que dá muito resultado. Num é nada esses negócio que cê vê muito chique, vai fazendo as coisas bem simples no dia a dia que dá tudo certo, fazer uma boa cobertura de mato e de capim, em cima da horta, de tudo né...

...Nós na cidade de Rancharia e na cidade de Pata, eu ia com ele, nós ia busca palha de café que o pessoal queimava, agente trazia sacos e mais sacos daquela palha lá, e cobria a horta cobria tudo, rapaz cê precisa de ver, nós ganhava muito dinheiro. Ali aprendi e aprendi a gostá!” (agricultor camponês 1)

“Eu sou filho de agricultor, eu me criei na roça até a idade de 18 anos depois eu fui pros grandes centro, eu particular... e a família continuo na roça né... Mas eu fui acompanhando, que era a agricultura na época...” (agricultor camponês 3)

O agricultor camponês 2 expõe sua trajetória que passa pelo arrendamento e pela produção convencional onde explicita o contato com o uso intensivo de agrotóxicos e suas preocupações em relação à saúde, como também, a fragilidade na relação de arrendamento e a precariedade na situação de trabalho anterior. Ele comenta, com suas próprias palavras, a falta de “cobertura” para o agricultor:

“Vô falá francamente procê, eu comecei a trabalhá na lavoura de algodão eu tinha sete ano de idade... Sai da lavoura de algodão em 78 ... No estado de São Paulo, eu trabalhei 21 ano, só na lavoura de algodão. Depois trabalhei mais uns 5, 7 ano no Paraná na lavoura de algodão também... Até 1965 nós trabalhava arrendado... eu meu pai, meus irmão... O agricultor num tinha cobertura nenhuma, ou cê entrava num picareta, ou no banco. Se você queria terra, você chegava numa fazenda e você arrendava... Num tinha terra, cê tinha que se virá, trabalhá por dia... faze qualquer coisa... Mas graças a Deus ... Até agora quando eu sai do Paraná, eu nunca fiquei sem a terra pra trabalha.”

(agricultor camponês 2)

Seguimos compondo a diversidade do conjunto de experiências distintas de trabalho desta categoria, como o trabalho volante e suas determinações devastadoras sobre o trabalhador, no baixo salário, na ausência de direitos sociais que impunham condições sofridas à vida. Nesse contexto, muitas vezes, as famílias camponesas foram para as cidades em busca de outras ocupações e formas de renda. Porém, mesmo vivendo no universo urbano, as famílias mantêm práticas da vida camponesa, como a horta e a criação de pequenos animais.

“ Eu fiquei na agricultura até os 25 anos, dai eu vi que num dava pra mim fica lá, dai começou a querê casá... dai tive que.... O salário lá é bem menor, eles nunca te pagam um salário mínimo, paga menos que um salario mínimo, cê num tem nada, num tem um INSS, cê num tem nada, num tem benefício nenhum, um décimo terceiro, num tem umas férias, num tem nada... Então eu resolvi vir pra cidade. Mas mesmo tando lá onde eu comprei meu lote, tinha horta, cabrita, galinha, em Santo Amaro no meu quintal, eu tenho muita sorte na vida, que minha esposa gostava mais que eu de horta cê sabe, então no domingo que eu tava de folga, eu ia com um saco buscar esterco naquelas berada de rua que tinha cavalo amarrado, trazia, dai agente ia fazendo, eu ia fazendo com ela... Era poço também, eu puxava água, chegava do serviço puxava água, deixava tudo arrumadinho, tudo molhado, nós sempre teve couve, alface, berinjela.. sempre tinha um pezinho, agente sempre ia beliscando ali e aqui, almeirão, galinha...sempre um ovo fresco.”

“Nessa firma ai eu trabalhei muito tempo também no interior...construção... ir pro interior pra montar granja, montá fazenda, fazê curral fazê essas coisa, eu sempre ia né. Então sempre vendo as coisas, sempre vendo, se via o que tava errado, é um negócio assim que vai entrando num computador, sabe, você vai armazenando, cê vai aprendendo...” (agricultora camponês 1)

O agricultor camponês 2 teve sua experiência no trabalho urbano da mesma forma:

“A cidade é o seguinte, eu fui metalúrgico... fui metalúrgico... A gente era um grupo de metalúrgico que a maioria veio do campo... a turma veio quase toda do

campo... trabalhei de metalúrgico em Sumaré, Campinas, fui metalúrgico, participei de vários sindicato, também junto...”

“... o pensamento era voltá pro campo, voltei pro campo, tô no campo agora, na agricultura, então, participei, de vários movimento Sem Terra, num é a primeira vez que eu tô nos Sem Terra, já ajudei a fazê outros assentamento, assentamento de Iaras, ajudei o assentamento de Sumaré também.... sempre dando uma força... Porto Feliz também, sempre tô na luta ajudando também né, então tá, é por ai que a gente vêm ingressando um trabalho de luta nisso aí...”

(agricultor camponês 2)

Como verificamos no final da fala anterior, do agricultor camponês 2 e, a seguir, no trecho do agricultor camponês 1, essa trajetória culmina com a volta à terra, com o encontro com um pedaço de terra, reatando um laço que nunca se desfez, que se afrouxou durante a vida, mas sempre esteve ali. Nessas falas, eles reafirmam essa perspectiva camponesa, descontínua, irregular, mas que nunca rompe seus laços com a terra e seu “ser camponês”.

“... e daí quando eu vim do Tocantins, minha esposa morreu, faz nove anos, daí eu peguei um amigo meu que conhecia que falô, passa uns dia com nós lá no MST, cê vai vê! Dai eu vim numa segunda-feira né, na segunda montei minha barraquinha, peguei uma estruturinha, lá no Dom Thomas... Daí eu fiz um barraquinho, na segunda-feira, Na terça-feira.... pediram minha identidade emprestada, pegaram meu documento, e foram, quando voltaram no fim de tarde falaram: O senhor pode ficar aqui com nós.

No dia seguinte, num ia fica sem fazê nada, comecei fazê uma hortinha, um canteiro... e me disseram, o senhor vai ser coordenador de produção aqui do núcleo Che.” (agricultor camponês 1)

Essa é uma marca muito contundente da expressão da categoria camponesa no Brasil. Uma confluência, entre trabalhos urbanos e trabalhos no campo, trabalho assalariado e trabalho temporário, entre à grande produção, a agricultura convencional e trabalho familiar para produção de alimentos. É importante, que no caso das entrevistas, em muitos outros, e naquilo que se observa nos assentamentos e acampamentos, essa experiência, da grande produção

agrícola ou do trabalho urbano, quase nunca apagam as raízes camponesas da produção familiar para alimentação. Elas se fazem presentes, às vezes, como memória, outras vezes como prática simbiótica com outras formas de trabalho. No caso do agricultor 1 apesar de, na época morar em Santo Amaro, bairro da cidade de São Paulo, e trabalhar na construção civil, e ter daí sua principal fonte de renda, ainda produzia no quintal de sua casa uma horta com diversidade e pequenos animais. Já o agricultor camponês 2, explicitou seu desejo latente de sempre voltar para o campo.

O trabalho na Agroecologia, como se colocou no capítulo 1, com perspectiva de transformação social, se reconstrói coletivamente, socialmente, como negação das relações anteriormente alienadas. Na percepção da opressão, da violência ao corpo e da dominação, essencialmente, ocorre a negação do caráter destrutivo do processo produtivo sobre o trabalhador e a natureza, vivenciado na Revolução Verde. Com relação aos aspectos ambientais, a Agroecologia, como emancipação, se constrói na necessidade de superar a contaminação pelos venenos da agricultura moderna, a contaminação das fontes de água, do solo e da base genética dos cultivares. Então, é na percepção da relevância dessa natureza para reprodução da vida que o trabalho ressurge na direção de superar sua alienação, sua fragmentação até então forjada. Esse processo está marcado na fala e na vida dos agricultores:

“Hoje se ocê sair por aí, se a gente pegá um carro e sair por aí, você num encontra nada, só encontra cana, nem os mananciais eles preservam, ela vai até na berada do rio... plantam com veneno. Pra nós é proibido, agrotóxico é veneno...”

E o povo da cidade ainda num percebeu uma coisa... Quando eles passa com o avião pulverizando, jogando veneno nas cana, o vento leva esse veneno até 15, 20 quilômetro... Isso que eu vejo a reforma agrária, que nós num usa veneno, é proibido mesmo, o MST proibi veneno, divulga muito isso e tudo, em todo lugar que nós vamo, que agrotóxico é veneno, entendeu?”

(agricultor camponês 1)

“O orgânico é mais fácil pra gente, você usa o adubo químico, o veneno, vai usa uma coisa e usa a outra, cê tá arriscando sua saúde, é muito perigoso. Eu trabalhei na lavoura de algodão 20 ano, eu sei o que é um veneno, o que significa isso aê, a lavoura de algodão é puro veneno, num tem outro meio, cê

não ela num consegue sair, a lavoura de algodão num aceita o adubo orgânico, ela aceita mais o adubo químico e o veneno. Eu sei todos os ponto do inseticida, qual é o que faz mais mal, o que é mais feroz o que é menos... Falô veneno, inseticida, falô toda essa parte aí...Oiá!!! É destruição, é destruição pro planeta, pro ser humano, é destruição pra saúde, pro futuro dos filho que vêm, então, sempre vai acontecê problema, sempre vai aparecê doença que ocê num conhece... Enquanto você vai ficando de certa idade vai apontá essas doença, por quê? Já é um produto que fica no corpo da pessoa, ele acumula no corpo, ele entro num sai mais. É um tróço... um câncer vamô se fala.”

(agricultor camponês 2)

Esses relatos evidenciam que a Agroecologia, para expressar seu nexos emancipador, deve ser uma construção experiencial e histórica de resistência e de desvelamento das relações de opressão e dominação. De forma dialética, a partir da negação da exploração, tem o potencial de resignificar-se, mesmo que em termos relativos, como uma nova experiência de trabalho não alienada, novas relações de produção que percebem e negam a degradação ambiental e nocividade à saúde humana.

A fala a seguir, mostra que emancipação se constrói a partir da necessidade de superar a experiência opressora. O agricultor, então, ao negar a agressão à saúde causada pelos venenos, da dependência da produção pelos insumos industriais, busca autonomia, busca controlar o processo produtivo. Assim como, manter as sementes nativas, que não precisam ser compradas, que podem ser cultivadas e armazenadas de um ano a outro, recria insumos feitos a partir dos recursos locais que não degradam a natureza e não os submetem à dependência do circuito agroindustrial.

“ Essa luta aí é muito ingrata... precisa ver se é uma semente crioula, uma semente natural, se é uma semente nativa, entendeu! Agora... tá muito difícil pra gente encontrar, cê vê que eu carrego no bolso algumas sementinha, pra mim ir plantando, se nasce dois, três pé ali, já tô no lucro, já tô tirando umas duas, três espiga, que eu possa lá na frente. Então eu acho que agricultura familiar, que seria dum assentado, ela se come coisas melhor, que num seja transgênica, só que agente qué uma coisa natural, você num vai querer tomar veneno todo dia, entendeu? Então eu acho que eles tem muito medo, também, da reforma agrária e do MST, por qual motivo, se você vai comprar uma semente transgênica, você

já tem que levá uma certa quantidade de veneno, que é uma planta fraca... cê tem que levá uma certa quantidade de fertilizante, hoje eu uso aqui biofertilizante feito com urina de vaca, pouquinho de cinza porque ela é bem caustica (que agente fazia sabão de cinza, ai você já faz uma ideia, e o pó de osso, e você vê as bananeira, cê vê as coisa ai como é que produz ... e o biofertilizante nunca se joga no chão, biofertilizante, se você pega a bananeira, você vai lá no subaco dela, cê põe um pouquinho ali, ali tá armazenando, a água se você joga um pouquinho dentro da bananeira, entre as folha, ela vai se nutre, tê mais água dentro dela, vai retirando tudo que ela precisa dali.”

(agricultor camponês 1)

O trecho anterior, além de reduzir a dependência de circuitos do capital, emancipa o trabalho, também, através do domínio técnico. O conhecimento produtivo, como poder, está no controle do agricultor e não pode ser mais usado para subjugar-lo e dominá-lo.

“A gente tá formando fruta e árvore...ipê essas outras coisa aí, pra formá essa área um tipo de um bosque...forma um sistema do meio ambiente... Precisa né! Tá muito rápido o campo, a gente vai tê quê formá pra fazer um sistema de apara vento, fazê bastante sombra, bastante fruta... Aí tem limão, tem laranja, tem jabuticaba que cresce muito, vai tê, vai ter murunga também, romã, jatobá... Pé de urucum, pé de goiaba... vários tipos de árvore, salteada que elas vai ficá permanente... É pro consumo da família e se sobra a gente vende um pouco, tem esse objetivo ai...

Plantei, milho, banana, jabuticaba, goiaba, pitanga, vários tipo de fruta que a gente plantô, mamão cê tá vendo aí, vários tipo de fruta.”

(agricultor camponês 2)

Esse relato mostra o refinamento tecnológico do arranjo produtivo camponês na Agroecologia, onde o policultivo florestal, gera recursos de madeira, alimentos, quebra-vento, sombra e fortalece a biodiversidade. Um arranjo que preserva o meio ambiente através da biodiversidade e seus incrementos para a resiliência, a conservação do solo e traz recursos variados como a sombra. Há também o recurso tecnológico do quebra vento, que protege as culturas mais frágeis dos danos mecânicos dos ventos, a partir de recursos internos. Essas



soluções tecnológicas, além de preservação dos recursos naturais, conferem autonomia à produção camponesa ao aumentar a resiliência do sistema, que o torna menos suscetível tanto a perturbações de problemas naturais quanto de perturbações de preço e demanda de produtos. Isso coincide com o que Altieri (1989) explicou como a capacidade de tolerar riscos, aumentando a eficiência produtiva de misturas simbióticas de cultivos e oferecendo habilidades para explorar toda gama do micro ambiente. Dessa forma, depende cada vez menos de recursos externos sobre a dominação do circuito produtivo do capital fortalecendo o caráter emancipador da produção camponesa.

No trecho que se segue é possível identificar que esse domínio se amplia para além da produção e passa ao domínio da manutenção da vida.

“Cê vê aí, o poço mesmo que nunca falta água, pergunta porque que num falta água. Se for olhá vai ver, as curvas de nível, esse valetão aqui na frente, os canteiro todos eles cortando ao contrário do escoamento de água.....

..... Cê vê o bananal, a gente num fez muita coisa ali não, mas dentro do bananal, cê vai encontrar ele... é todo desigual o terreno, não é um terreno certinho... se você fazê ele tudo certinho a água vai corrê, então cê faz.... vai fazendo bacias, umas bacia pequena né, ali vai sobrando a água, cobrindo....

Pra você vê como os microrganismos trabalha, pus uma camada lá de uns 20 centímetro. Cê vê como já tá ralo, mas se você chegar ali e cavar um tanto assim, você vai vê aqueles fiapinho de capim lá pra dentro, tá tudo incorporado, vai se tornando um mata-borrão, uma esponja... a água vai ficando.”

(agricultor camponês 1)

“Óia... O certo mesmo tem que ser o adubo orgânico, sabe porque... nunca usei o adubo químico, cê vê aí, tá os monte, eu tiro o esterco da galinha, vô estercando. A única coisa que eu passo é o calcário, quando precisa. Eu num sô a favor de veneno, adubo na terra, se tiver condições de só usar o adubo orgânico, é bom viu... você tem alimentação né, o milho, a cebola, a batata o alface, tudo que você planta daí tudo orgânico. Ponho no plantio de coco, no plantio de laranja.”

(agricultor camponês 2)

“ Produto químico aqui num se usa, granulado, num é recomendado e num é aceitável o produto químico, então é mais o esterco. Por exemplo, eu faço o esterco em casa, eu faço esterco orgânico.” (agricultor camponês 3)

Neste trecho das entrevistas existe um conjunto muito grande de conhecimentos sobre a produção, sobre conservação dos solos e adubação, evidenciando mais um caráter emancipador desta experiência com a integralidade do conhecimento técnico e seu domínio pelo agricultor. Esse domínio do conhecimento da produção, que é a forma de controle nas linhas de produção do capital, torna-se elemento de autonomia para o camponês, na medida que, supera a alienação gerada pela divisão do trabalho no processo produtivo.

Os processos que utilizam as galinhas, integrando-as com outras atividades do processo produtivo, fornecem composto para adubação das hortas, carne e ovos para alimentação da família. As galinhas, ainda, se alimentam de folhas da horta e de milho da roça, fazendo a circulação de recursos energéticos e de biomassa dentro da área familiar. Desta maneira, otimizando os recursos locais, se reduz o caráter mercantil dos insumos necessários à produção agrícola.

A organização da vida das famílias camponesas estabelecidas nas áreas rurais, ultrapassa um sentido estrito para trabalho de gerar produtos e mercadorias, como se observa no trecho anterior. A relação com a natureza se amplia, como postura e ação frente à conservação e preservação dos recursos hídricos. Assim, o desenho da área familiar busca também preservar a água, que se usa não só na produção, mas para beber, tomar banho, preparar alimentos, lavar roupa, além de outras funções relevantes à manutenção da vida, que com um poço sempre cheio, passam a estar no controle da própria família.

“Tem irrigação coletiva, tem uma roda d’água, manda água de lá, tem uma caixa azul que tá atrás aqui, uma caixa mais baixa... que distribui. Aqui tem água irrigada, é o sistema, o projeto que foi feito, que planejô e tá funcionando aí...”

“Tem gente que planta mudas... Eu particularmente planto sementes, esse ano eu só vô plantá de semente... Eu tenho que compra uns dois canteiros de alface pra comer... O recurso é miúdo pra comprar muda. Um lote desse aqui precisa de 150 reais pra fazê todo ele... e, com semente, eu faço com 25 reais, 30 reais... A

semeadura eu trago dos ancestrais... Na minha família se plantava trigo semeado, se semeava trigo... Hoje no sul do país... num se faz mais isso, porque é tudo mecanizado, mas era tudo semeado na mão... e a família toda ia capinando e cobrindo aquelas sementes... e eu trouxe isso assim, a semeadura é isso aí... cê pode corrê tudo isso aí, de lote em lote, cê num acha um que semeia...eu ensinei algumas pessoas aí, e tem algumas pessoas que agora tão tentando, experimentando semeá, tão tentando semeá outras variedade.. A beterraba, a cenoura, o rabanete, isso tudo pode ser semeado... O próprio almeirão... É bem mais econômico...” (agricultor camponês 3)

Esses dois trechos do agricultor 3 relatam uma solução tecnológica que os agricultores do assentamento conseguiram desenvolver coletivamente para o problema de abastecimento de água. Como no assentamento não há um sistema de abastecimento de água que chegue até as áreas familiares, eles montaram um projeto de horta, onde com a ação conjunta construíram as rodas d'água e, puderam, assim, irrigar a produção. Percebemos neste caso o desenvolvimento de alternativas tecnológicas autônomas que se descolam do domínio do capital. No mesmo sentido, a aplicação da técnica de semeadura, aprendida com os pais camponeses do agricultor 3, vai sendo compartilhada com outros agricultores, o que diminui a dependência da compra de mudas fora do assentamento, transformando-se em instrumento de poder produtivo para eles.

Na passagem seguinte, é possível identificar na agricultura camponesa o processo inverso a aquele que Graziano da Silva (1982) considera como subordinação do trabalho ao capital através da mecanização. O agricultor camponês empoderado do processo produtivo e com o trabalho sobre seu controle, passa a definir qual tipo de mecanização pode lhe ajudar no processo de produção que ele definiu, ou seja, um trator que possa se adequar aos tratos culturais das pequenas áreas:

“Tem um trator da associação, do coletivo do assentamento... plantio e manejo é tudo manual... Eu pretendo... vê se eu consigo comprar um agrário, porque aqui o certo é um agrário, tratorzinho pequeno, você consegue entrá nuns lugarzinho desse ai, consegue entrá com ele, roçá, fazê qualquer coisa com ele, faz bastante serviço com ele...” (agricultor camponês 2)

No trecho que segue o agricultor descreve uma experiência de cooperação no trabalho. Relata primeiramente que no assentamento há uma área comunitária e coletiva, onde cada família tem uma parcela de terra em que produz uma pequena horta. Foram relatadas práticas de troca de serviço, por exemplo, quando uma família precisa sair e a outra irriga a área. Essa prática, além de permitir mais flexibilidade e liberdade para outras atividades, para além da produtiva, torna mais resiliente a produção sobre controle dos trabalhadores. Verificamos, também, a troca de saberes, onde há um intercâmbio sobre o conhecimento produtivo, que fortalece o domínio técnico no coletivo dos agricultores na horticultura. Há, também a prática de tomada de decisões coletivas em reuniões, que promove relações horizontalizadas e não hierarquizadas na gestão do processo produtivo, elementos esses, que segundo Dagnino (2009), aumentam o controle do produtor direto sobre o processo produtivo.

“A área é coletiva, mas é individual, cada um produz o seu. Tem umas 15 família, e planta o quê? O que é de melhor, acha mais interessante, né? Hoje a produção vai tudo para o PAA de Cosmópolis e de Nova Odessa. Tem um caminhão que é fretado pelo Movimento, pega e leva pras entidade, né? É evidente... Se você tá dentro de uma área com um grupo de pessoas, e o companheiro do lado tá produzindo e você num tá produzindo, cê vai buscá informação dele, ou vai olhá o sistema dele, e aí vai ajustando. Agora, hoje, já tem uns que trabalha com um tipo de produto, o outro de outro. Foi unindo essas qualidade... Foi muita luta pra chegá nesse ponto, num foi assim, e aí foi formando isso, né? A gente se reuni, conversa, briga... Tem a dificuldade do dia a dia, todo coletivo tem dificuldade...” (agricultor camponês 3)

O agricultor camponês 1, também, comenta sobre o trabalho coletivo, que atua em termos de emancipação, ou melhor na superação da alienação dos homens e das mulheres em relação aos outros:

“ Dai a gente pegava o pessoal duas vezes por dia pra gente fazê horta... eram hortas coletivas... assim quando tava pronta, eu molhava, o outro molhava...e assim foi... todo mundo ajudava, e a produção ia pra barriga.... pra nós come, era muita gente, então a gente dava preferência pra aquelas família que tinha criança, mas todo mundo comia...” (agricultor camponês 1)

O trecho a seguir mostra de forma clara que não há só aspectos emancipadores do trabalho na experiência dos camponeses na agricultura, como colocam Gramsci (1978a), e Bogo (2009): a realização material do trabalho, mesmo nos grupos populares apresentam contradições, essas contradições são partes integrantes e necessárias do autodesenvolvimento do trabalho humano. Neste caso, verificamos na fala do agricultor a internalização da ideologia dominante do progresso técnico da Revolução Verde como o progresso da humanidade.

“que a agricultura foi se modernizando, de 40 anos pra trás ela mudou muito né.... Aquele dia (falando da assistência técnica há 40 anos) você pegava um técnico e ele dizia, faz assim, assim, e assim! Hoje, não, eles dizê, vamô experimentá fazê isso, fazê aquilo e aquilo outro, Então mudo, o fazê e o experimentá. Que é a diferença.... O mecanizado é pra grandes lavora, e o insumo com produtos químicos, é pra grandes área né. E como as área de reforma agrária é pequena, então tem a filosofia de não se usá produto químico, que num é interessante. A produção é menos, mas, tem que se aprendê a produzí sem produto químico, hoje têm muitas forma de produzí sem produto químico, né... Veja só, se é usado produto químico, tem mais rapidez, tem um produto de melhor visão... esse nosso produto num fica tão bonito..”

(agricultor camponês 3)

O agricultor 1, faz uma ressalva, dizendo que hoje em dia o trabalho coletivo é muito difícil, pois as pessoas são egoístas e acabam se dedicando de forma diferente e com tempos diferentes às atividades de trabalho. Essa afirmação parece bastante coerente e dialoga com a propagação da ideologia dominante do individualismo, e do estranhamento do seres uns em relação aos outros. Explícita, desta forma, contradições no caminho da libertação do trabalho como fato social, ao enfrentar a cultura do individualismo e da competição.

Os trechos até aqui apresentados revelam toda a inventividade e resistência na construção de um sistema de manejo de recursos naturais específico e um conjunto de técnicas ecológicas resignificadas. Usando os conceitos elaborados por Sevilla Gúzman (2011), esses sujeitos forjam, na busca histórica por libertar-se das relações de dominação e opressão a que foram submetidos, sua postura ativa na história frente as mazelas do desenvolvimento capitalista. Nessa trajetória os

camponeses constituem uma forma de produzir e fazer agricultura baseada na autonomia, no controle do processo de trabalho, no domínio técnico e na utilização de recursos locais e biodiversidade.

As bases da alienação e do antagonismo entre trabalhador e proprietário vão se diluindo na experiência agroecológica. O proprietário que tinha uma relação direta com a natureza, porém, alienada do processo de trabalho, e o trabalhador que só se relacionava com traços de uma natureza alienada, através do processo de produção dentro da “indústria”, parecem ir aos poucos se fundindo. O caráter de trabalhador que se relaciona com o proprietário e com uma natureza alienada, que lhe chegam de forma pré-definida, como algo estranho, é substituído pelo trabalho resignificado na produção de alimentos. O trabalho passa a ser considerado como agente humano da produção.

No trabalho alienado capitalista parte constitutiva do que é ser humano é negado, tanto para o proprietário que vê, no trabalho, apenas um fator de produção para obter lucros, quanto para o trabalhador que não enxerga, em seu trabalho, uma atividade ontológica essencial, senão um meio de sobreviver. Este trabalhador foi expropriado do trabalho útil, do trabalho criativo, do trabalho social e, nesse sentido, se nega ao trabalhador como parte essencial do que é o homem, sua relação antagônica com o proprietário e a relação de ambos com o homem. Na perspectiva agroecológica o trabalho tanto como fator de produção quanto como meio alienado de sobrevivência são negados na experiência do camponês que organiza o trabalho segundo objetivos próprios para reprodução da vida.

Após termos nos dedicado à trajetória camponesa, suas influências nas perspectivas de construção da Agroecologia e nas construções técnicas e de organização do trabalho emancipadoras, avançamos, com os próximos relatos, no sentido das ressignificações do trabalho e sua ampliação de sentidos.

“ Massante né, você tê que fazê aquilo... tem que ser certinho aquilo, você tem um horário pré determinado procê cumprí, hoje eu comecei... quando deu sete hora eu já tava com minhas planta toda molhada, criação tratada... e fui vaganbundeá fazendo umas bandejinha, fazendo umas mudinha, então, cê quer coisa mais gostosa que essa!! Vou ali, tomo um cafezinho na hora que eu quero, faço um suco na hora que eu quero... Num tem dependência nenhuma... Sei fazê, e se alguém vim me ensiná, também tá de bom tamanho, fico muito feliz de

alguém vim dá uma explicação pra mim... Eu tomo as minhas decisão pra mim, aquilo que eu quero pra mim... e aquilo que eu quero pra mim é isso que você tá vendo aí! Cê vê, vou ali pego um pouco de esterco ali, jogo ali, dai vô lá, jogo lá na horta, tranquilo, sem pressão de ninguém.” (agricultor camponês 1)

“Mas minha tendência era saí da cidade e volta pro campo...Eu nunca gostei... trabalhava mesmo porque num tinha otro jeito de voltá pro campo... Então trabalhava na metalúrgica.. e tinha como os filho estudá também...

“É bom cê tá no campo, tá sossegado, pensa que você num vai batê um cartão prum dia de serviço, pra mim é bom, escolho a hora que vô trabalhá, o dia que eu num quero trabalhá eu num trabalho!! Dificilmente para, sempre o campo pede uma coisa procê fazê, é um sistema de um leque, o leque tá fechado, vai abrindo, vai mostrando pra você, tal lugar pra fazê, amanhã cê olha de lado, tem outro lugar pra fazê... Cê olha prum lado tem uma horta pra água, um pé de fruta pra plantá... é por ai que funciona, o próprio campo mostra, o que cê vai fazê, já te indica o serviço certinho onde você vai, tá tudo num sistema de uma escada.. te dizendo o que você tem que fazê” (agricultora camponês 2)

“Depois eu vim pro campo... fui levando, fui vivendo, num precisei mais trabalhar pra ninguém, pra fora, trabalho e vivo exclusivo do campo.. Eu acho que sempre foi a melhor opção né? Num tê que dá aquela palavra ‘Sim senhor’, ‘Sim senhor já vô!!’, ‘Sim senhor já vô!!’, ‘Sim senhor já esta acabando!’” (agricultor camponês 3)

Nessas falas, é possível identificar como negação do trabalho subordinado anterior, a reorganização do trabalho com maior autonomia sobre o tempo e sobre as tarefas e etapas da produção, inclusive sobre o ritmo. O camponês pode, nessa situação, escolher suas paradas no trabalho para descanso, para tomar um café ou um suco, e o dia que não quer trabalhar. A noção emancipadora na escolha pela produção camponesa, aparece, então, como negação das experiências anteriores de opressão e dominação, do controle do trabalho nas atividades de trabalho anteriores, do controle do tempo, e da definição externa do conjunto de tarefas a ser realizada.

A percepção de liberdade e autocontrole chega ao ponto do camponês identificar no trabalho de fazer mudas, um ato de “vagabundear”, ou seja, uma noção quase de não trabalho, um estágio de desenvolvimento do trabalho não penoso, próximo ao lazer, à diversão.

Não se pode construir emancipação sem conhecer as implicações das relações anteriormente estabelecidas. O aprendizado desta experiência de opressão camponesa torna-se importante na constituição das relações de trabalho renovadas. É exatamente essa experiência do trabalho subordinado em confluência ao trabalho autônomo, que confere esse par dialético: dominação e resistência, que confere à Agroecologia seu caráter emancipador. Podem estar aí as dificuldades em construir identidade social e pertencimento com as práticas da Agroecologia, se elas forem abordadas como pacote tecnológico verde fechado, como um conjunto de práticas apresentadas aos agricultores, que pouco dialoga com suas experiências de vida, principalmente, se estas práticas foram pré-concebidas em outro contexto, o contexto estéril, por técnicos e intelectuais de classe média em Ongs e Universidades.

Não se pode pensar nenhuma construção agroecológica que não considere essa mescla de experiências de trabalho, no campo e na cidade, pois é partir dessa experiência de opressão a que foram submetidos os camponeses, como a sensação de injustiça pelo baixo salário, pela falta de direitos trabalhistas, o controle externo no trabalho, de ter que seguir ordens pré-determinadas, com horário controlado, que se pode construir um trabalho emancipador.

As dimensões emancipadoras do trabalho na Agroecologia chegam ao ponto de enunciar explicitamente a liberdade, como se segue no trecho abaixo, que fala por si mesmo.

“Meu trabalho do dia a dia... hoje é sábado, né? Eu pensei que era segunda, eu num tenho dia...Num tem nenhum dia, pra mim num tem feriado.... pra mim todo dia é domingo.. Sou livre, faço o que quero, se eu quiser parar eu paro, se eu quisé trabalhá eu vou trabalhá. Sô liberto, fui liberto da escravidão do trabalho. Acho muito importante, mas fez um bem danado pra minha cabeça a reforma agrária, que me trouxe muita coisa, muito conhecimento, muitas coisa... Sou livre, livre, livre, livre!!! Se você soubesse, nós fazia reforma agrária em toda cidade, se o camarada soubesse o que é uma reforma agrária.”

(agricultor camponês 1)



“Aqui a área da horta, é maravilha, você tem uma visão de trabalho, você produz quanto você que, e você pode ganhá quanto você que...”  
(agricultor camponês 3)

É possível identificar que, muitas vezes, o trabalho não é tomado como algo estranho ao indivíduo ou que não faz parte de sua própria vida. Neste ponto, transpassa-se a objetivação única de realização econômica, como é sua característica quando o trabalho está subordinado ao capital, que ganha outras significações, como pode-se observar a seguir:

“ ... que a gente têm que fazer tudo com muito carinho, e procurar fazer tudo bem certinho e bem artesanal que dá certo... como se fosse... como se diz a palavra? Fazer divertindo, tem que trabalhar se divertindo, eu me divirto com isso...” (agricultor camponês 1)

Desta forma, quando inclui-se as dimensões de diversão e de carinho, o trabalho camponês e agroecológico ganha uma amplitude maior, atinge um escopo de ressignificações e dimensões emancipadoras. Ele não é mais um fardo, uma penosidade necessária à sobrevivência.



## **6. AGROECOLOGIA, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURA**

### **6.1 Agroecologia, Cultura e filosofia da práxis**

A Agroecologia vêm se destacando, na última década, como base teórico-metodológica de um novo paradigma de organização social e de relações de produção para o campo, e tem alimentado muitas reflexões, espaços de formação, experiências práticas e atividades de extensão no âmbito rural. Constituem iniciativas que se opõe à degradação ambiental e à exploração dos trabalhadores rurais. Para aportar experiências concretas, a Agroecologia traz embutida a lógica de permanência na terra e as práticas de conservação ecológicas, ancoradas na abordagem da ciência que integra conhecimentos acadêmicos variados e saberes tradicionais. Experiências concretas que disseminam saberes e novas formas de organização política e produtiva, por vezes, como manifestação da resistência camponesa e, em outros casos, organizada em torno dos movimentos sociais.

Nesse sentido, buscamos discutir como a experiência social da Agroecologia pode estabelecer uma aproximação entre as esferas da construção produtiva/econômica e cultural na perspectiva trabalhada por Antonio Gramsci. Poder-se-ia, então, olhar a Agroecologia dentro do contexto de disputa hegemônica, se colocando como guerra de posição, distanciando o estado e o sistema político como arenas exclusivas de disputa de poder. Em suas experiências práticas de organização, a Agroecologia disputa o poder entrincheirado na sociedade dentro do agronegócio e resignifica relações sociais na agricultura e no rural.

Para Sevilla Gúzman (2001), um dos principais intelectuais do pensamento em Agroecologia, a noção de modernização dissemina uma aliança entre o desenvolvimento econômico e democracia permeada por uma naturalização da evolução social. Nessa visão, tanto o Estado quanto a Economia seriam guiados por leis funcionais automáticas à sociedade, neutras e auto-referenciadas, mascarando, o que na verdade, se engendrava socialmente como avanço das forças produtivas, aumento da produtividade do trabalho e a implementação de poderes políticos centralizados.

O crescimento econômico apregoado para o bem comum têm causado cada vez mais uma fratura social entre ricos e pobres no que se refere ao bem estar. A acumulação desses benefícios da produção material e do crescimento econômico se dão em circunstâncias as quais

geram mais desigualdades e que são, automaticamente, legitimadas pela democracia capitalista. (Sevilla Guzman, 2001).

Para o autor, a ciência e tecnologia ocupam papel central nesse processo. Através do exercício ideológico dominante naturalizaria a falsa premissa, de que a Ciência e a Tecnologia seguem leis próprias de funcionalidade e eficiência, para justificar o controle da marcha das relações sociais e a transcendência da natureza pelo homem. Então, para o autor, essa ética tecnocrática mascararia um arranjo opressor nas configurações produtivas e tecnológicas do mundo contemporâneo.

(...) na sociedade capitalista pós industrial a consciência tecnocrática desenvolvida pela ideologia científica dilui a relação capital trabalho reinterpretando através de uma ilusão racionalizadora a exploração e a opressão (Sevilla Gúzman, 2001, p.3).

Nessa perspectiva, se intensificam os processos de privatização, mercantilização, e cientifização dos bens naturais comuns. Os processos físico-químicos e biológicos são artificializados e o manejo dos recursos naturais são controlados por técnicas industriais e, assim, rompem com a reprodução dos ciclos e trocas da biosfera. De forma mais prática, o solo em sua dimensão biológica perde a noção de vida e fertilidade e passa a ser enxergado como um substrato inerte para adição de sintéticos químicos para a produção de alimentos.

Para Sevilla Gúzman (2001), a intensificação da apropriação privada das terras e sua mediação como mercadoria levou à concentração em grandes agentes agroindustriais, deslocando as propriedades da agricultura familiar, e a implementação da agricultura industrializada baseada em insumos sintéticos externos e energias não renováveis.

“a lógica da natureza é substituída pela industrial regida pelo mercado e a obtenção de lucro por parte das empresas multinacionais e dos bancos especuladores, que adquirem uma dimensão hegemônica através da globalização” (Sevilla Gúzman, 2001, p.4).

Vale ressaltar que frente ao quadro atual de degradação ambiental dos solos, ar, água, as estruturas globais de poder estão articulando os estados centrais do capitalismo através de suas organizações transnacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Mundial

Internacional. Tem-se apresentado, então, um discurso ecotecnocrático onde a sustentabilidade seria atingida pela aplicação da ciência convencional e da tecnologia industrial para solução dos problemas ambientais. Cenário claramente impossível dentro de um processo globalizado de produção, distribuição e consumo, no qual esses processos são especializados e segmentados. Porém, em geral, esses grupos de poder obtêm sucesso em manter a alienação da população mundial frente a esse movimento de destruição natural e da vida selvagem que se estendem diante de nossos olhos. O processo globalizado, assim, num aspecto mais grave, promove a deterioração, as vezes de forma irreversível, das bases renováveis de recursos naturais. (Sevilla Gúzman, 2001).

Gramsci, que obviamente não refletiu sobre Agroecologia, ao se preocupar com as situações de dominação, busca estudar os caminhos da transformação social, reflete sobre o papel das massas e das sociedades enquanto sujeitos coletivos nesse processo. Dessa forma, traz contribuições caras à Agroecologia, enquanto movimento real no campo da cultura, que se coloca contra a hegemonia.

Nessa perspectiva, ele afirma que todos homens são filósofos, já que nas mais simples manifestações de uma atividade intelectual qualquer, na linguagem, nas expressões do cotidiano estão contidas uma determinada concepção de mundo, que se expressa, por sua vez, concretamente, em sua ação prática. Porém, para um sentido desejado de emancipação, de encontro da verdade e liberdade na transformação, enquanto fato social e histórico, essa elaboração filosófica e intelectual, deve ser própria, uma concepção de mundo crítica e consciente. O sujeito individual e simplório ou o sujeito coletivo, enquanto massa, participam ativamente na produção da história do mundo, e buscam *“ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade”* (Gramsci, 1978a, p. 12). Seria, então, necessário construir uma nova cultura, expressão da consciência crítica do mundo e, isso se inflige através da implementação da filosofia da práxis em sua expressão mais dialética. (Gramsci, 1978a).

Esse processo de transformação se dá no campo da vida e das relações cotidianas, ou seja, na esfera da cultura. Em outra obra, *“Literatura e Vida Nacional”* (Gramsci, 1978b), diz que a cultura, é uma concepção de vida e do homem e, explica que, quando uma filosofia se torna concreta e disseminada na sociedade, ela é precisamente uma cultura, ou seja, gera ética e um modo de viver, uma conduta civil e individual. A “luta cultural” por

sua vez, trata da crítica aos costumes, da luta por destruir e superar determinadas correntes de sentimentos e crenças, determinadas atitudes dominantes diante da vida e do mundo.

O autor, ao falar da arte, um exemplo concreto, dentro do campo da cultura, e da luta cultural, revela que essa não se resume a descrever as características de um determinado momento histórico-social, trata-se, também, de representar as contradições das visões e percepções de mundo, os elementos em oposição e em luta, as manifestações populares, a visão dominante e hegemônica da mesma forma, pois a arte de uma determinada cultura e época, deve poder exprimir os momentos da dialética dessa particular cultura.

A arte, como campo de luta cultural, deve fundir a luta por uma nova cultura, a construção de um novo humanismo, a crítica dos costumes, dos sentimentos e das concepções de mundo com a crítica estética ou puramente artística. A arte deve realizar essa fusão com fervor apaixonado e trazer a coerência lógica e histórica das massas de sentimentos artisticamente representados. Essa transformação no mundo da cultura não pode ser uma luta por uma nova arte (em sentido imediato), mas por uma nova cultura. Lutar por uma nova arte, à priori, seria inventar um conteúdo e uma forma, em artistas individuais. Numa concepção materialista, à medida em que na luta vá se construindo uma nova cultura, uma nova vida moral, um novo modo de sentir e ver a realidade, vai-se, também, construindo artistas possíveis e obras possíveis como reflexo da mudança do “homem que anda sobre as pernas”. A arte não gera nova arte, não se pode fazer uma nova literatura, um novo ciclo de obras poéticas a partir do estudo, imitação e variação das obras presentes. Uma nova realidade moral, a sociedade refeita, o espírito humano refrescado, uma nova vida afetiva sim, podem gerar uma nova poesia. Trazendo para o campo da transformação cultural e da filosofia da práxis, ideologias não geram ideologias, superestruturas não geram superestruturas, elas são geradas pela intervenção do homem/mulher na realidade, pela história e pela atividade revolucionária, que cria novas relações sociais (Gramsci, 1978b).

“Disto também se deduz o seguinte: que o velho ‘homem’, por causa da mudança, também se torna ‘novo’, já que entra em novas relações, tendo sido subvertidas as primitivas. Ocorre então o fato de que, antes de ter o ‘novo homem’ criado ou positivamente gerado poesia, se possa assistir ao ‘canto de cisne’ do velho homem renovado negativamente; frequentemente, este canto de cisne é de admirável esplendor; o novo aí se une ao velho, as paixões se agudizam de modo incomparável, etc. (Não é a Divina Comédia, talvez, um pouco o canto de cisne medieval, que – não obstante – antecipa os novos tempo e a nova história)” (Gramsci, 1978b, p. 10-11).

Nesse trecho, Gramsci sintetiza, de forma ímpar, a relação cultural profundamente dialética de transformação social, onde o novo modo cultural surge da fusão dos aspectos culturais dominantes, em oposição aos populares e de resistência e, desse conflito, vai nascendo o novo como superação do velho. O novo também não surge de forma ideal, nem no pensamento dos revolucionários, ele surge na prática, na ação que transforma o pensamento.

O autor, também, destaca uma distinção entre política e arte, uma vez que o político sempre exige da arte uma explicitação política, uma crítica, propaganda, conceitos e uma atividade política em si. Porém, se o mundo cultural, pelo qual se luta, é um fato vivo e necessário ele encontrará artistas que o expressarão, como decorrência da visão de mundo impressa naquela determinada expressão artística e não como uma determinação apriorística. Se não for expressa como resultado do ato artístico, a arte serve para mostrar que a política está equivocada, que é apenas uma elucubração retórica construindo um mundo fictício e postiço. Concordando com Marx e Mészáros, o político atua com o devenir, imagina o homem como ele é e, ao mesmo tempo, como deveria ser; seu trabalho é fazer com que os homens e mulheres se movimentem, que saiam de seu estado presente a fim de conseguir, coletivamente, alcançar uma finalidade inicial proposta. O artista representa necessariamente o que existe, a realidade, num certo momento, de pessoal de não conformista. Assim, o político jamais se contentará com o artístico e não pode fazê-lo. Se a história é o continuo movimento de libertação e de autoconsciência, é evidente que, cada etapa, cada momento seu como cultura, será imediatamente superado e passará a não interessar mais.

Não se pode dizer que fulano vai se tornar o grande artista do novo mundo cultural emancipado, mas sim que esse novo mundo vai gerar novos artistas e esses artistas atuais são relevantes a esse mundo em transformação específico e presente. Senão, exercemos uma teleologia idealista, com gurus que apontam o futuro, quando de fato, eles dizem muito sobre o presente e pouco sobre o futuro. Assim, Gramsci vai explicando como uma nova cultura se constrói de forma dialética, na oposição da cultura hegemônica frente a cultura popular, e na reciprocidade extremamente imbricada entre o mundo da vida e as expressões da cultura. É nesse caldo entre cultura “ aristocrática” e seu reflexo no povo como reprodução e rejeições, formulações conscientes de nova ordem, que se constrói praticamente a nova cultura.

Gramsci, preocupado com a relação entre teoria e prática, diz que a “filosofia” (enquanto concepção de mundo) de uma época seria a combinação das filosofias dos filósofos individuais, de grupos intelectuais e a filosofia das massas populares. É nessa interação que se constrói a ação coletiva que se torna história concreta e integral. Assim, história e filosofia compõe um “bloco” já que são inseparáveis. Essa filosofia ensina que não existe uma realidade em si mesma, e por si, mas sua relação histórica com os homens e mulheres que a modificam e cujo pensamento, como concepção de mundo, modifica a maneira de estar e sentir no mundo e a própria realidade. Nega, dessa forma, o caráter criativo de uma filosofia individualista, uma vez que essa relação entre filosofia e mundo real só pode ser tratada em termos de história e sociedade. O senso comum é o lastro histórico da filosofia, pois a filosofia, enquanto visão de mundo, existe enquanto concepção do conjunto da sociedade e das massas, de outra forma ela só existe no papel e na mente de quem a construiu. (Gramsci, 1978a).

Para entender o papel dos intelectuais, sua relação com a filosofia e a cultura é importante destacar os aspectos da sociedade civil e da sociedade política na construção da hegemonia. O primeiro é o mundo da economia e da vida, o segundo o Estado, é o conjunto de relações e instituições que articula para construir a hegemonia, como funções organizativas e conectivas para o grupo dominante exercer o comando sobre a sociedade. Os intelectuais tradicionais são os comissários dos grupos dominantes com a função subalterna de garantir e reforçar a hegemonia social e o governo político. Nessa interpretação, o poder e o controle capitalista não se dão sobre as forças repressoras do



Estado, mas sim por uma submissão culturalmente naturalizada e estabelecida pela hegemonia cultural. Os intelectuais atuam forjando um consenso espontâneo ativo ou passivo, articulado, no plano das ideias, as situações de dominação como algo natural. O grupo dominante obtém, por causa de sua posição e função no mundo da produção, prestígio e confiança suficientes para disseminar suas ideias. Atuam, também, normalizando a atuação “legal” e coercitiva do aparato do Estado para disciplinar aqueles que não consentem nem ativa, nem passivamente, as situações de dominação na sociedade. (Gramsci, 1978c).

Nos mais altos cargos da intelectualidade tradicional, estão os criadores das grandes ciências, filosofias e artes, com função conectiva, organizativa e diretiva. Há também os administradores e divulgadores das ideias e conceitos do aparato diretivo estatal. Esses intelectuais, muitas vezes, atuam na mediação, na forma de profissionais como advogados, professores, padres, entre o Estado, sua superestrutura e os indivíduos do conjunto popular. Outra função exercida por esse grupo é ser um horizonte, um exemplo para os pobres, pois, por terem um padrão de vida superior, se tornam um modelo social como promessa de melhora da condição de vida (Gramsci, 1978c). Isso é muito patente entre os camponeses que, em geral, desejam que o filho seja médico, engenheiro, como forma de superar a situação de pobreza vivida.

Nesse sentido, a filosofia da práxis, como concepção de mundo, significa luta cultural para transformação social na medida em que busca aproximar teoria e prática na concepção de mundo popular, ou seja, no conjunto da sociedade, na totalidade das massas, na marcha da história e, assim, dialeticamente, transforma a realidade, a vida e a própria história. Se para o homem ser, ele precisa pensar, sentir e se mover em atos concretos, é a cultura, que de certa forma unifica essas relações entre indivíduos em vários níveis desse compartilhar do pensar, sentir e mover. Operam então, ao mesmo tempo, a dialética indivíduo-coletivo por meio da cultura, e a dialética entre teoria e prática através da práxis filosófica.

“Disto se deduz a importância que tem o “momento cultural” também na atividade prática ‘coletiva’: todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é ele pressupõe a obtenção de uma

unidade cultural social pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo (geral e particular, atuando transitoriamente - por meio da emoção – ou permanentemente, de modo que a base intelectual esteja tão radicada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão)” (Gramsci, 1978a, p.36).

Em Gramsci (1978a), a filosofia da práxis atuaria forjando um bloco intelectual-moral, que tornaria politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. Quando o homem ou mulher ativo da massa atua na realidade, ele infringe um conhecimento prático do mundo na medida em que o transforma. Porém, sua reflexão teórica pode estar em contradição se ela não for sistematizada e organizada numa prática intelectual. Nessa perspectiva, se afirma a filosofia, não enquanto o indivíduo filósofo esclarecedor, mas enquanto função, atividade humana necessária para a reflexão sistêmica e histórica no processo de construção da “natureza” humana. Nesse sentido, a consciência de fazer parte de uma determinada construção hegemônica é um primeiro e relevante momento onde teoria e prática se unem na construção da autoconsciência, e os homens e mulheres tomam conhecimento dos conflitos da estrutura no terreno das ideologias, e na práxis intelectual desse encontro podem, mudar a realidade.

“A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto através de uma luta de “hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política , atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (Gramsci, 1978, p. 21).

No campo da formulação intelectual, enquanto construção científica, a Agroecologia como ciência reconhece a hegemonia estabelecida pelo capitalismo agrário, ou mais comumente conhecido, como agronegócio, e se propõe a enfrentá-lo conscientemente. Insere em suas formulações a trajetória camponesa como resistência ao desenvolvimento histórico alienado do capitalismo, o avanço das forças produtivas e das relações de produção, o antagonismo entre o capital e o trabalho e suas consequências sobre

a concentração de poder, a dominação e a exploração na polarização social entre opressores e oprimidos. Apoiada nesses elementos a Agroecologia, assim, no plano intelectual, se compõe como uma reflexão teórica e filosófica contra hegemônica, ou seja, atua desconstruindo os consensos ideológicos forjados pela classe dominante e os intelectuais tradicionais. Desmobiliza as visões que naturalizam a dominação, trazida pelos emissários do grupo hegemônico, e criam uma atmosfera social, no plano das ideias, de valorização dos aspectos populares de resistência no campo.

Na esfera da prática, a Agroecologia faz a disputa hegemônica forjando uma prática inovadora no campo, na medida em que essa prática social concreta cria experiências alternativas em termos de relações de produção, da família, das relações entre os homens e mulheres, na relação com a natureza, experiências no campo da cultura, como resultado das contradições da sociedade industrial capitalista. E atuam no sentido de superar a cultura e a ideologia dominante como vemos a seguir no processo de a alienação entre campo e cidade, na visão do campo como atrasado e dos camponeses como vagabundos e marginais. Impulsiona a filosofia da práxis na medida em que constrói alternativas concretas no campo que transformam o mundo da vida em conexão orgânica e dialética com a formulação intelectual coletiva de emancipação. É claro que esse evento social ocorre num recorte específico do território e atua sobre um número reduzido de indivíduos, não estabelecendo as condições de massificação homogênea da ideologia de novo tipo que poderia levar a inversão total da práxis, (ou seja, a transformação social como superação do capitalismo). Porém, se estabelece concretamente como umas das superestruturas dentro da sociedade e, por isso mesmo, no seu recorte marginal de modificação da estrutura e da conformação de uma nova superestrutura, influencia a dinâmica total da sociedade entre estrutura e superestrutura.

Nesse sentido, a transformação social é um movimento da cultura, pois é política e é cultura, é no conhecer o real, na prática social em sua totalidade, que se modifica o mundo da vida. Gramsci, ao encarar a política como cultura, entende que o homem não é um ser limitado ou definido, mas um porvir, um estar sendo, um processo em construção, “*criador de si mesmo*” (Gramsci, 1978a). É claro que existe uma individualidade, mas essa humanidade individual é composta, também, dos outros, em sua relação cultural e pela natureza mediada pelo trabalho e pela técnica. Assim, é possível dizer que cada um

transforma a si mesmo, se modifica, na medida que transforma e modifica todo o conjunto das relações que se insere e, nesse sentido, conhecer essas relações no contexto individual e no processo da história, se transfigura como poder para transformar a cultura de dominação hegemônica. Essa “criação de si mesmo” não ocorre apenas na construção do homem individual mas também na construção do homem coletivo enquanto sociedades reais. Dessa forma, o homem é sua cultura, sua alimentação, seu vestuário, sua casa, sua família, seu trabalho, uma vez que nesses elementos da vida social, de maneira evidente e ampla no conjunto da massa, manifesta-se o conjunto das relações sociais, dos valores e das ideologias.

Gramsci (1978a) também vai dizer que a estrutura e a superestrutura (entendida como o conhecimento da realidade ou filosofia não definitiva) formam um bloco histórico em um conjunto complexo, contraditório e discordante como reflexo das relações sociais de produção. A realidade dentro do capitalismo não constrói só relação de dominação, opressão, homogeneização da ideologia dominante, constrói de forma contraditória, inúmeras manifestações de resistência e de percepções sobre a condição subalterna. E, nessas contradições, apresentam-se iniciativas de inversão da práxis, ou seja, uma mudança concreta na realidade e na estrutura. Assim, a estrutura de força exterior, que subjuga o ser humano, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se, também, em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético política. Para ele então, se fazem necessários os movimentos onde há passagem da contemplação, da concepção de mundo à prática, ou seja, da filosofia à ação política e as ideias tornam-se, assim, reais, e invertem a práxis. Na identidade de contrários, o materialismo e o idealismo, afirmam a atividade humana, história e a filosofia em concreto como ato histórico ligado a uma certa matéria organizada e a natureza transformada pelo homem, filosofia da práxis, a filosofia do ato.

“A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de bloco histórico, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1978a p. 63)

Para Gramsci, a filosofia da praxis, de fato se tornou realidade com a luta socialista e a revolução Russa, um momento real e concreto da cultura moderna, uma atmosfera difusa, que modificou os velhos modos de pensar através de ações e reações concretas na realidade. A ideologia e filosofia revolucionária russa, concretamente buscava combater as ideologias modernas, segundo Gramsci (1978a, p.104) “para superar a mais alta manifestação cultural da época” se referindo à filosofia clássica alemã, que não era capaz de elaborar uma cultura popular, era a cultura apenas de uma restrita aristocracia intelectual.

Foi um movimento de reforma intelectual e moral dialetizado no contraste entre cultura popular e alta cultura, tratou-se de uma filosofia que era uma política e uma política que era também filosofia. A concepção de um grupo social subalterno que até então se demonstrava, historicamente, por vezes, desorganizado e sem poder de ultrapassar um degrau qualitativo, que estava sempre aquém da posse do Estado, do exercício real da hegemonia sobre toda a sociedade. Trata-se da filosofia do homem que anda sobre as pernas, retrato do afloramento do materialismo das classes populares na história concreta .

Todavia, para Gramsci (1978a), frente ao conflito hegemônico na busca de enfrentar a ordem estabelecida, a autoconsciência crítica e coletiva é essencial ao processo de transformação. Nesse ponto, uma dialética atua sobre a ideologia. Por um lado existe uma concepção de mundo da atividade real, implícita na ação cotidiana, ou seja, na sua política; por outro, como um fato intelectual, expressado na maneira de pensar, afirmada por palavras, que em geral, é construída externamente, estranha, pois foi tomada emprestada de outro grupo social, o dominante, de forma submissa e subalterna.

Porém, essa dupla manifestação apresenta contradições que causam incômodos e críticas e, a partir destas, é possível se elaborar uma outra ideologia, a da emancipação. Para que esse processo ocorra, se faz necessária a formação de intelectuais que possam fortalecer a ligação entre teoria e prática e por isso podemos afirmar que não há organização sem intelectuais. Os intelectuais cumprem o papel da construção da filosofia e o fazem como especialistas, que em sua sistemática de racionalização exercem o papel de inserir a história e a história das filosofias na formulação das ideologias. Na relação dialética entre teoria e prática, que modifica a realidade, se faz a diferença entre o intelectual e o homem-massa, não de uma hierarquização, um posto ou cargo, mas de um papel, uma função especializada e necessária (Gramsci, 1978a).

Para Gramsci (1978a), essa organização popular só pode ganhar solidez cultural se a relação intelectuais-massa expressar a mesma unidade entre teoria e prática, ou seja, uma elaboração intelectual capaz de tornar coerente os princípios e problemas reais que a massa coloca a partir de sua atividade prática, fonte das contradições a serem resolvidas transformando-se, em movimento, em política, em vida, e compondo o bloco cultural e social.

Se, no campo, enxerga-se a hegemonia do agronegócio e seu projeto político de ocupação territorial e exploração econômica e cultural, é possível conceber a Agroecologia como contra hegemonia. É curioso como a implementação da filosofia da práxis, até a inversão total da práxis apresenta um tempo histórico lento, descontínuo e discordante. Na Agroecologia crítica, se mostram evidências claras de uma aproximação intelectuais-massa, entre teoria questionadora e prática, na medida em que há cada vez mais projetos de extensão onde professores universitários e estudantes realizam, junto às comunidades de agricultores camponeses experiências práticas em Agroecologia onde ocorre um intercâmbio de concepções de mundo e tipos de conhecimento, num sentido da construção de projeto conjunto de desenvolvimento para o campo.

Porém, essa relação tem lacunas muito fortes, muitas vezes, como a concepção nos universitários sobre o desenvolvimento capitalista, sobre as relações sociais de produção, e sobre o papel camponês nessa construção histórica, que vem deslocados do compartilhar das lutas políticas e das construções dos agricultores no mundo da vida, em suas rotinas e ações cotidianas. A aproximação intelectual é mais forte no conjunto de lideranças e militantes dos movimentos sociais do campo, dos grupos populares, assentamentos, acampamentos, povoados e comunidades rurais, no compartilhar e dividir das outras esferas da vida pra além das atividades produtivas, como também, nos conteúdos, questionadores das relações de opressão e dominação hegemônicas, com caráter político e histórico do campo brasileiro.

Porém essas experiências ainda precisam avançar para atingir a relação necessária entre intelectuais e massa, na concepção de Gramsci, na filosofia da práxis, na busca por aproximar teoria e prática na concepção de mundo popular, ou seja, no conjunto da sociedade, na totalidade das massas, na marcha da história, como forma de superar a dominação numa sociedade emancipada.

## 6.2 Transformações culturais e assentamentos da reforma agrária

A existência humana é permeada por necessidades, objetivos, e ações se estabelecem para supri-las através do trabalho, da organização social, da criatividade, da imaginação e da luta. Fazer e fazer-se humano é um processo, individual e social, sem fim.

“Desenvolvemos a consciência, pois refletimos no momento de saciarmos as necessidades pela transformação da matéria em objetos de uso; daí surge a organização e, sendo que as coisas criadas precisam ter nomes próprios, aparecem os signos para ajudar a comunicação. O ser humano, na sua essência, é o resultado dessa construção permanente.” (Bogo, 2009, p.9)

O ser no mundo, com seu esforço produtivo, cria objetos materiais para atender suas necessidades e, nesse processo, desenvolve conhecimento, a organização, a formação ideológica, a educação e as habilidades artísticas. A cultura vai se forjando, então, como um modo de vida, um modo de ver e ser no mundo, composta por apreciações de ordem moral e valorativa, pelos diferentes comportamentos sociais, pelas posturas corporais e pelas formas de estar no mundo. A cultura é tudo que a humanidade faz, pensa, e sente para produzir sua existência. (Bogo, 2009).

O representar, o pensar, a produção de ideias e de representações, aparecem como emanção direta do comportamento material e da atividade material, ou seja, do processo da vida real como cultura. Os homens desenvolvem sua produção material e transformam a partir daí sua realidade e seu pensar, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Pode-se dizer, que a cultura é criação do gesto e a consciência é a assimilação e a repetição deste, assim a consciência dá significado às criações culturais.

“avançar na formação da consciência é multiplicar as ações culturais para que daí surjam os elementos da nova práxis, na qual o fazer se coloca como intermediador entre o pensar e o querer” (Bogo, 2009, p.11).

Para Bogo (2009), fazendo uma leitura dos conceitos de Marx, quanto menos o trabalhador se sinta atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, menor é a possibilidade de fruir a aplicação de suas forças físicas e espirituais.

Bem, isso significa que, no processo do trabalho, o ser humano altera a natureza e, ao mesmo tempo, sua própria natureza, aperfeiçoando portanto suas qualidades humanas e a concepção materialista da história que diz que o trabalho criou o homem. De acordo com a ontologia marxista, do homem como ser do trabalho, o ser humano na sua essência é o resultado do trabalho.

O trabalho pode produzir objetos materiais para a reprodução da vida humana, mas também, é responsável pelo relacionamento, afetividade, convivência e possibilita o surgimento do conhecimento, da organização social, formação e educação ideológica e todos esses elementos entrelaçados, formam a cultura, como produção material e espiritual da existência. A cultura se transforma em costumes, comportamentos, valores e ensinamentos que se consolidam na história e através das gerações. Muito da cultura é tão naturalizado, que por vezes, os indivíduos reproduzem uma dada cultura sem se dar conta disso. A cultura, além disso, é produzida em diferentes lugares e em distintos tempos e, por isso há várias culturas, como também, há a transformação de uma cultura, pois com o movimento da história, a relação com o trabalho e a cultura anterior, vai se modificando através das gerações. (Bogo, 2009).

Na realidade, em geral, apresentam-se dois tipos de cultura, a cultura popular e a cultura da elite, proveniente do antagonismo entre propriedade e trabalho. A cultura da elite, por meio de interesses ideológicos, procura sufocar a cultura do povo, colocando sobre ela o mito como fator de alienação, para que o “fazer” deixe de ser consciente. A cultura autoritária das elites tende a se tornar hegemônica, através de uma generalização de hábitos, tendendo assim, a criar um padrão cultural único. Porém, hegemonia não significa totalidade e, em muitos espaços a cultura de elite incorpora traços populares e, em outros espaços sociais, a cultura popular se fortalece em seu caráter contestatório como resistência cultural. (Bogo, 2009)

“Por outro lado, não compreendendo a manipulação da ‘indústria cultural’, que priva daquilo que ela mesmo promete, passamos a reproduzir a cultura que apraz as elites, incentivados pelo poder da propaganda que nos leva apenas ao senso comum e não a consciência.” (Bogo, 2009)

O povo brasileiro, o povo do campo brasileiro, é uma confluência da miscigenação de várias matrizes étnicas e tradições culturais distintas forjadas pela força da subjugação. Sobre a força e a violência das classes dominantes, que sempre impuseram seus hábitos, costumes,



tradições e valores e, com o poder da ordem, tentaram tornar os camponeses obedientes. Os camponeses se forjaram, por um lado, na miséria, sofrimento e esforço físico e, por outro lado, na riqueza das festas populares e nas famílias grandes e afetivas. (Bogo, 2009).

Esse campesinato, fruto de expropriação e deslocamentos constantes, não teve uma história regular e sofreu as descontinuidades do tempo e do espaço, como condições de existência. A cultura camponesa, em parte, vai se tornando memória, quando a condição camponesa é forçadamente retirada e sofre com os ataques da cultura dominante. A vontade de voltar a terra se torna uma ferida aberta, mas também se transforma, muitas vezes, em cultura de resistência. Bogo (2009), ao falar dos camponeses que foram expropriados e expulsos de suas terras historicamente no Brasil coloca:

“...muito mais difícil será arrancar as experiências e aprendizados históricos, que se fixam no conhecimento humano como sinais que não se apagam, nem mesmo com a eliminação do corpo físico específico. Os conhecimentos permanecerão por muito tempo na memória dos descendentes. A cultura, portanto, é algo concreto que se move como uma força invisível no ambiente onde se produz a existência de um determinado grupo social e influi profundamente em seu comportamento” (Bogo, 2009, p.32)

Porém, a cultura camponesa apesar de sofrer forte golpes na modernidade não desaparece como algo material. Os camponeses, por vezes, como uma teimosia frente as condições objetivas da história, permanecem na terra por gerações, mantendo suas formas culturais de produzir e se relacionar com a natureza. A cultura camponesa preserva inúmeros aspectos, como a convivência pacífica com os vizinhos, a prática de mutirões, o empréstimo de objetos, as festas folclóricas, a sabedoria popular sobre os movimentos da natureza, a música e a arte popular.

A cultura caipira do camponês, mesmo quando ele se desloca para a cidade, se mantém. A reserva no falar, o não fazer inimigos, a fidelidade, o compromisso e a solidariedade entre os amigos, todos estes aspectos se mantém como valores naqueles de origem camponesa.

No MST, a confluência dos camponeses oprimidos de matrizes étnicas diferenciadas ganha objetivos comuns, a serem alcançados por meio da luta pela libertação da terra e do próprio ser humano. A constituição de uma organização ajuda a sistematizar e confrontar os aspectos culturais trazidos pelos indivíduos, através da ação coletiva, em reuniões e na organização da

luta. Através do compartilhar dos sentimentos e das experiências de vida constrói-se, coletivamente, a consciência daquilo que oprime. A criação das lutas, as escolas, as casas, o método de reunião, as marchas, tudo isso vai se transformando em cultura também, bem como o jeito de trabalhar, andar, relacionar-se, perceber as coisas e solucionar problemas, também, são aspectos da cultura. (Bogo, 2009)

O autor, para falar da relação entre cultura e consciência no MST afirma:

“Cada vez mais a cultura se tornará consciência, pois tudo o que pensamos, fazemos e sentimos, repetidamente, se constitui na existência da nossa organização. Assim, a educação, a religião, o trabalho, a mecanização, a preservação da natureza, a agrovila, o núcleo de moradia, a agroindústria, a beleza nos assentamentos, as músicas a mística; enfim tudo o que existe ou acontece no acampamento e no assentamento é a cultura dos trabalhadores Sem Terra” (Bogo, 2009, p.19)

A prática do latifúndio, na figura da modernização da agricultura, estabeleceu a derrubada das florestas, o uso de veneno, que intoxica animais e os leitos dos rios, cada vez mais secos. As práticas de queimada, o plantio de capim para criação de gado, a monocultura, a erosão e o empobrecimento do solo, tão disseminados e arraigados no meio rural, tornam-se cultura e, assim, influenciam, também, a prática da agricultura dos camponeses. Muitas vezes, na pressa de produzir alimentos, cedendo a pressão ideológica dos vendedores de máquinas, insumos e venenos, os camponeses, agindo segundo a lógica hegemônica, reproduzem as tecnologias degradantes da modernização da agricultura. (Bogo, 2009).

Mas sempre há, na história, os que se rebelam contra a tecnologia destrutiva. São memória e vivências de outra forma de produzir e se relacionar com a terra, que se conserva na experiência histórica camponesa. Há memória e permanência na culinária popular, no cultivo de pomares, nos barracões onde se realizam as confraternizações das famílias e há conhecimentos biológicos e farmacológicos que perpassam as gerações. Há memória nos saberes das fases da lua, em que se planta no período mais escuro para evitar carunchos na colheita, no trabalho artesanal, e de todas as manifestações anteriores à subordinação do trabalho ao capital.

Neste sentido, como confluência da luta histórica dos camponeses, expropriados e explorados, a Reforma agrária é, por excelência, a possibilidade de religar as raízes do povo

camponês, pois é um resgate coletivo e comunitário delas em novas formas de sociabilidade sobre o território. Por uma ou outra razão, tais raízes “*permanecem verdes a espera do pedaço que foi embora como o toco do jequitibá que fica ali, imaginando que um dia o tronco possa voltar a assentar-se sobre ele, por não ter aprendido a viver em outro lugar*” (Bogo, 2009).

Além de articular valores simbólicos os assentamento tem uma função política e concreta relevante. Segundo Bergamasco e Norder (2003), o contexto político-social brasileiro aponta ainda uma grande exclusão social, o desemprego, a miséria e a fome com crescentes índices de desemprego e inchaço dos centros urbanos. De encontro a esses problemas sociais, os assentamentos, podem ter grande relevância na busca de geração de renda, melhor qualidade de vida, resgate da cidadania e dignidade e lazer.

Desta forma, os assentamentos se configuram como espaços de resistência frente a essa exclusão e expropriação, espaços e territórios que se erguem materialmente como cultura de novo tipo.

A grande contribuição das reflexões, que se dão em torno das discussões sobre os assentamentos, se expressa na busca pela reestruturação da divisão fundiária do Brasil, para que essa seja mais equitativa, dando condições para o desenvolvimento humano de todos os setores marginalizados da população. (Bergamasco e Norder, 2003).

Porém, muitas dificuldades existem neste sentido, pensando numa reforma agrária ampla em busca de uma redistribuição geral das terras e de acordo com as necessidades regionais. Primeiramente, o processo de reforma agrária precisaria se intensificar, pois atinge pequena parcela da sociedade e do território.

Segundo Bergamasco e Norder (2003), outra questão relevante é o fato das motivações governamentais no Brasil para implementação de assentamentos não se originarem de uma proposta deliberada, visando promover o desenvolvimento rural para atender as demandas da população deste universo, mas sim, para amenizar os conflitos sociais no campo, que se intensificaram a partir da primeira metade dos anos 1980.

Assim, o acesso à terra não garante a sustentação do agricultor nela. Em grande parte dos casos, há muito que se avançar no que diz respeito à permanência na terra, com condições de sustentação temporal, social e econômica. São necessárias certas condições e estruturas como saúde, educação, transporte, lazer, cultura, moradia, terras cultiváveis, assistência técnica, cadeia

produtiva razoavelmente conectada, rede de “consumidores” e crédito. (Bergamasco e Norder 1996).

Mesmo com limitações de estrutura e apoio técnico, Sauer (2010), ressalta a importância dos assentamentos como experiência humana de espacialidade. A luta pela terra materializa a busca por um lugar geograficamente localizado e delimitado. Produto de lutas populares, conflitos e demandas sociais pelo direito à terra, o assentamento confronta os poderes políticos do latifúndio e do Estado. Configura, além disso, um espaço que abarca um grupo de famílias, que recebem condições legais de posse e uso da terra, junto aos programas governamentais de reforma agrária.

“Diferentemente dos processos de deslocamento do espaço do lugar (Guiddens, 1991), a terra é representada como um local, geograficamente localizado, que possibilita trabalho e moradia, portanto, um lugar de vida, que dá sentido à existência. Como lugar de morada, a terra se transforma em símbolo de fartura e garantia de futuro, materializando a possibilidade de reprodução social. A luta pelo acesso à terra significa ainda um processo de construção de alternativas à realidade atual, portanto, na construção simbólica da terra como heterotopia, ou seja, um lugar, simultaneamente real e imaginário, de oposição às tendências de homogeneidade do espaço moderno” (Sauer, 2010, p.43).

O estabelecimento de fronteiras ao mesmo tempo que produz, também é resultado de diferenças culturais, dando características próprias a esse espaço, que estabelece divisões do mundo social e gera identidades, construindo relações sociais e políticas na forma de cultura, no âmbito local e regional. Assim o processo de luta pela terra gera uma nova organização social, econômica e política. (Sauer, 2010)

Esse ator social que está em cima da terra no assentamento ou no acampamento é camponês? Buscando ser coerente com a abordagem deste trabalho sobre a trajetória camponesa, é exatamente nessa construção histórica intercalada entre trabalho com propriedade da terra, trabalho assalariado, trabalho volante no campo e vida e trabalho na cidade, que se constrói o agricultor camponês, justamente nessa confluência de experiências construídas sobre a unidade da subalternização ao capital agrário e o projeto permanente de estar na terra com autonomia.

Para reforçar a construção desse sujeito histórico camponês que se estabelece no assentamento, além da trajetória histórica elaborada no capítulo quarto, utilizaremos as

contribuições da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Para ela, todo agricultor que organiza sua produção como unidade familiar e, realiza sua reprodução material numa inserção subalterna nos circuitos de produção de mercadorias da sociedade contemporânea, “guarda sua condição camponesa”. São trabalhadores e trabalhadoras do campo e das comunidades tradicionais que resistiram de formas distintas e diversificadas e, lutaram em todos os momentos da história contra a miséria e opressão. Habitantes do campo e da cidade que não aceitaram, de forma submissa, a dominação capitalista do trabalho humano em suas formas variadas de exploração. (Wanderley, 2010)

O camponês está presente em todos os países da América Latina. Ator social do mundo contemporâneo, é o agricultor firmado na terra, produtor direto dos seus meios de vida, e que está no controle dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho. Tem o domínio de um saber-fazer, adquirido ao longo da vida, sobre o próprio ato produtivo e sobre as condições imediatas, naturais e sociais, de sua realização. Inserido numa sociedade de classes, o camponês latino americano vive a condição de classe subalterna, submetido às distintas formas de dominação à propriedade da terra e do capital. Produto de inúmeras formas de exploração e expropriação, têm como fundante, sua capacidade de se adaptar e perpetuar o projeto desse modo de vida singular. (Wanderley, 2010)

Para Wanderley (2010), esse agricultor, se constitui, nas sua força como trabalhador da terra, tendo como elementos constitutivos o trabalho familiar, o projeto de patrimônio familiar, as tradições locais de saber-fazer e de solidariedade.

“Em suas práticas, os “agricultores familiares” também expressam uma resistência, até porque a adesão às leis do mercado, ao contrário de relaxar, agudiza a necessidade de vigilância diante das constantes e diversas ameaças à autonomia. Há sempre uma brecha para que aflore a resistência camponesa. Não creio que, nas condições históricas de nossas agriculturas, na América Latina, seja possível supor qualquer tipo de aliança de classes entre os empresários rurais e os agricultores.” (Wanderley, 2010, p.35)

Em outro trabalho, Wanderley (1999) expõe esse universo e se refere à agricultura realizada pela família que, ao mesmo tempo em que é “proprietária” dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Valoriza os recursos internos do

estabelecimento, que permitam a sobrevivência da família no presente e no futuro e trabalha com diversidade e flexibilidade produtiva.

A agricultura camponesa então, está inserida no movimento geral de acumulação do capital e, assim, é afetada por essa lógica, mas não determinada por ela. Internamente se reproduz segundo as suas especificidades. (Wanderley, 1999).

Segundo Wanderley (1999) na “evolução” histórica dessa agricultura, observa-se uma necessidade de “modernização” e a conseguinte subordinação ao mercado e processos de reprodução do capital, o que tem como consequências, o enrijecimento tecnológico e a especialização. Fato real, mas que não anula a continuidade da existência de determinantes internos da morfologia de produção da agricultura familiar.

Contudo, na atualidade se inserem novos elementos nesta dinâmica de reflexão, como a grande integração e subordinação ao mercado e processos de reprodução do capital. Segundo Dowbor:

É muito importante acompanhar na agricultura uma forma [...] de externalização da produção, nas relações com grandes empresas agro-industriais como a Batavo, a Parmalat, a Sadia, a Souza Cruz, a Cica e outras. Basicamente, trata-se de fomentar a produção de pequenos produtores que trabalharão segundo especificações técnicas extremamente rigorosas da empresa que comanda a cadeia técnica numa região e fornece frequentemente a própria matéria prima. Apesar de representarem um monopólio em termos comprador único, sem alternativas para o pequeno produtor, estas empresas cantam loas aos mecanismos de mercado, forçando os pequenos produtores a competirem entre si. O resultado prático é uma forma de proletarização de um produtor proprietário dos seus meios de produção. Dados esparsos que nos chegam mostram que um produtor de leite recebe menos de 10 centavos por litro produzido de leite, que o produtor do fumo recebe o valor de menos de meio cigarro de cada maço que se vende e assim por diante. Aqui, qualquer queda do mercado não gera acúmulo de estoques no produtor final, mas redução das encomendas junto aos pequenos produtores, que arcarão com o impacto da crise. Gera-se assim um capital de risco acoplado a um poderoso mecanismo de transferência do risco ao próprio trabalhador (DOWBOR, 2001, s/nº - grifo nosso).

Da mesma forma, verificou-se a abertura para a modernidade urbana como estilo de vida dentro dos desejos do mundo rural. Os padrões da família mudaram e até seu tamanho reduziu. A relação entre consumo e trabalho se alterou, pois os desejos de consumo são externos e diferentes de tempos anteriores, também, com a modernidade houve redução do trabalho físico requerido. Por outro lado, ocorreu inserção de outros elementos de desgaste devido à dependência de fatores externos como o crédito por exemplo.

À despeito de todas essas dificuldades, dados observados no Brasil e no mundo, mostram a resistência de unidades de produção familiar e seu importante espaço no cenário econômico e social. (Wanderley, 1999).

Nessa relação dialética de dominação e resistência, entre, reprodução de relações opressoras, incorporação de valores da modernidade, relações autônomas de vida e produção, é que o agricultor camponês se coloca como sujeito, frente as possibilidades de transformação social no campo. Para Wanderley (2010), esses agricultores têm uma forma de produção que se coloca como alternativa à matriz produtiva industrial da empresa capitalista patronal no campo. Em trabalho distinto na unidade familiar, o camponês engendra seu próprio trabalho na gestão de plantas e animais, quase individualmente, afetivamente. Ele não mede seu tempo de trabalho e, sua dedicação à produção é ditado pela necessidade e premência da realização de cada atividade, o que o diferencia drasticamente do regime de salários da empresa capitalista.

Daí deriva a autodisciplina do trabalhador e a transmissão de saberes articulado na comunidade local. Seu grande poder de ressignificação na produção de conhecimentos e processos de trabalho se coloca como alternativa à separação entre a concepção e a execução do ato de produzir e o trabalhador, atrelado à máquina, obedece ao seu comando e à hierarquia dos supervisores e chefes, que lhe impõem o gesto repetitivo, na cadência máxima desejada. (Wanderley, 2010)

Para Wanderley (2010), sua relação profundamente comprometida com seu território de vida e trabalho, e sua experiência de saberes ligadas a manipulação da natureza na produção relacionada aos seres vivos constituem uma fonte de inovação, no plano da produção, da sociabilidade e das instituições.

### 6.3 Aspectos emancipadores da cultura na Agroecologia

Nesta seção apresentamos e discutimos alguns aspectos emancipadores da cultura, constitutivos das trajetórias individuais dos camponeses com os quais dialogamos na pesquisa. São memórias, valores e posturas compartilhadas como experiência social e coletiva, no percurso históricos desses agricultores. Vale ressaltar que são elementos emancipadores, emancipações parciais, que podem contribuir para construções libertadoras mais estruturais no conjunto da sociedade, não tratamos, em absoluto, de tentar discutir as análises que seguem, em termos de emancipação total da experiência humana alienada.

O campo da cultura, da mesma forma, apresenta contradições, os aspectos emancipadores estão misturados à elementos opressores, na vivência concreta das relações sociais no mundo da vida dentro dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária. Sentidos de interdependência com a natureza coexistem com noções destrutivas e utilitaristas, valores de cooperação e solidariedade se chocam com individualismos e, os sentidos do trabalho flutuam entre concepções de auto realização, liberdade e penosidade. Essa é a realidade complexa das áreas da reforma agrária, onde os elementos de dominação e emancipação coexistem e entram em conflito constantemente.

Como já justificado, vamos nos ater aqui, às manifestações positivas e libertadoras da cultura. Dentre os aspectos culturais de emancipação verificados dentro das experiências e vivências em Agroecologia revelados pelos agricultores assentados, inicialmente destacamos os significados impressos na percepção dos camponeses em relação à natureza que os cercava em seu lugar de moradia e trabalho e, a partir daí, verificamos a relação específica e particular que estabeleciam com ela. Mediada pelo trabalho, a interação com a natureza estabelece diversas dimensões concretas e significados, muitos mais amplos nas experiências desses agricultores, vejamos:

“Essa cabra foi engraçado rapai, o cara ia matá ela... uma cabrita chocolate linda, linda! Eu disse, Dirceu: Eu vou comprar ela, peguei, comprei a cabrita e levei ela, deu duas cabritinha, ela tava prenha....

Daí foi uma benção de Deus, eu fiquei um bocado de tempo sem comprá leite pro meus filho, dava na faixa de dois litro de manhã e dois litro de tarde, ...



economizô, e foi uma economia muito saudável... já quebrava bem o galho, viu?...” (agricultor camponês 1)

“Tinha galinha, viu?... Meu medo era esse, deixá as bichinha sozinha tudo aí, tava bem preocupado mesmo, Têm umas 150 cabeça.... Elas come milho... sobra couve, eu joga couve... Por enquanto num tô comprando milho, tá bom...tudo franguinha nova, têm umas chocadeira também...Tira os ovo põe na chocadeira...Se eu pudesse queria fazê tipo de um barracão pra elas, num levá chuva nem sol... deixá só o lugar delas dormi...

A galinha é o seguinte, tudo que joga elas come... foi o que tive, ela vai comendo tudo. É até bonito, quando chegava uma hora dessa, aqui, alí (apontando para as árvores no quintal) fica completo... tava lotado... a gente mata, faz uma galinha pra família, mato e dô pra ele (filho) levá pra casa dele.”

(agricultor camponês 2)

Nesse trecho, então, a cabra não significa puramente leite, logo dinheiro, suplanta a noção de um mero fator componente dentro da atividade econômica. A cabra é quase parte da família e ganha caracterizações de afetividade como “linda”. Além disso, passa a realizar a função de prover uma alimentação saudável e confiável aos filhos e não só gerar dinheiro, como forma genérica impessoal e alienada. A natureza se aproxima do homem e da mulher pelo trabalho, e ganha significações múltiplas e concretas na vida humana. Uma natureza, não mais idílica, idealista, distante, intocável como na sua relação alienada com o trabalhador, mediada pela indústria, mas a natureza real que faz parte da vida do camponês ao alimentar seu filho.

Também não é natureza transformada em “fábrica”, como na Revolução Verde, em que a agricultura realiza reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola, recebendo insumos numa ponta e fabricando produtos na outra, para atender as demandas de ritmo e produtividade do capital. A natureza têm suas forças próprias e insere determinações na vida dos agricultores, para esses agricultores, a relação com a natureza é de interdependência, o agricultor 1 não quer dominar a cabra e fazer ela produzir quanto leite ele deseja, ele respeita a quantidade e o tempo que a cabra pode produzir. O agricultor camponês 2, se preocupa com o bem estar das galinhas, elas não estão ali só para servi-lo.

No trecho a seguir, a natureza transformada pelo trabalho, evidencia ainda outros significados culturais, da ornamentação, da estética, do embelezamento do espaço de vida e, ainda se mostra como o palco do lazer e da brincadeira das crianças. Neste movimento, vai se elaborando de forma orgânica dentre os agricultores um conceito de Natureza muito menos alienado e como forma cultural popular.

“Ecologia... que agente pode falar de ecologia... tudo aquilo que a gente fizé no jardim é uma ecologia, se você fizer um jardimzinho, se você fizé um jardimzinho no seu quintal, bem arrumadinho você já tá colaborando, plantar dois, três vaso já tá colaborando também.”

“Na área coletiva... você vai planta fruta... essa fruta é para os passarinhos... uma criança qué come uma fruta, qué come uma goiaba, tem lá. Qué chupá uma laranja, tem lá. Não pra uso econômico...”

(agricultor camponês 1)

Nessa relação renovada com a natureza, mediada por um trabalho menos subordinado ao capital, a interação com o espaço se modifica, pois o território não é só organizado para acumular riquezas. A próxima fala mostra que os corredores florestais têm uma função importante para a agricultura ao afastar os animais da produção. Há uma construção diferenciada do trabalho na agricultura, pois a tônica não é ocupar a maior área possível com monocultivos. A constituição mais orgânica e integradora do trabalho percebe nos corredores uma função importante na proteção dos cultivares, estabilizando e aumentando a produtividade e, até mesmo, apresentando uma implicação econômica, mas como consequência. Ao mesmo tempo, os corredores exercem uma função estética e de preservação ambiental ao criarem espaços de plantio de árvores nativas e constituição de microbiomas locais. Quando a atividade produtiva se estabelece de uma forma mais ampla, mais conectada ao trabalhador, menos alienada e menos ligada a acumulação de riqueza, sua relação com a natureza não é necessariamente exploratória e destrutiva. No caso do agricultor 1, criar corredores como atividade de preservação ajuda a aumentar a produtividade, ou seja, produtividade e preservação, nessa concepção camponesa, podem cooperar e se retroalimentar. O que não ocorre na visão da agricultura convencional, pois área de preservação ambiental, geralmente, significa menos área plantada de cultivos comerciais e, assim, menor produção e menor rentabilidade.

“ Se o assentamento tirasse 5 metro do lote de cada um, vou explicar como.. no final do lote, quando tem lote com lote, meu lote dá de fundo com o outro, eu deixo 5 metros, ele deixa 5 metros, são 10 metros de corredor, seria um corredor de passarinho, de bixo... e assim fosse...a gente só teria trabalho de plantar fruta, plantar as coisa, plantar árvore nativa, e assim fosse, então, seria a parte mais importante da ecologia... porque daí você tá criando um caminho, criando um meio, dos bicho num tá vindo nem na sua propriedade, nem na sua horta.. nem nas suas coisa, porque ele vai encontra o que come lá, ia ser uma coisa maravilhosa, o mundo vai agradecer” (agricultor camponês 1)

A natureza em sua relação com o homem e a mulher supera o papel do fornecimento de energia e matéria prima para a produção material industrial, quando essa relação é transformada pelo trabalho mais autônomo. Na forma camponesa ela adquire novas funções como a sombra, não só para tornar o trabalho mais confortável, mas para promover o descanso e ócio, um campesinato com seu caráter humano mais integrado, logra construções concretas para sua qualidade de vida. Como ensina o camponês na fala seguinte:

“Hoje nós tâmo proseando aqui debaixo de uma árvore, da sombra, trabalho na sombra, eu trabalho às vezes no sol e quando o sol esquenta muito eu corro pra debaixo das árvores, entendeu? ecologia é isso... é a gente poder desfrutar das coisas, vô ali pego bastante acerola, como... vou lá pego uma pokã, pego uma laranja, banana, por falar em banana, espera um pouquinho... pega aqui!(e me entregou uma banana que acabara de colher)...”

(agricultor camponês 1)

A alienação da humanidade em relação à natureza, que segundo Mészáros (2006), ocorria através da mediação do processo industrial alienado, torna em geral, nos espaços urbanos predominantemente, mas por vezes no rural também, a natureza algo fora da vida cotidiana humana, algo não participante. A relação com a natureza não é percebida, pois na sociedade contemporânea, se dá por sua forma incompleta, alienada, parcial, fragmentada e distante. A natureza, de alguma forma, mesmo que alienada e fragmentada, se faz presente, através de

produtos utilizados na vida cotidiana, como uma lasanha congelada, uma porta de madeira ou os utensílios de um dentista. O contato com esses elementos da vida contemporânea, não é percebido como relação com a natureza, são apenas representações alienadas da natureza na vida da maioria dos indivíduos, pois a relação direta com a natureza ocorreu, muito longe, numa indústria, quando a natureza foi transformada para produzir essas mercadorias. Sem essa conexão se rompe o nexo da natureza na vida humana e da vida humana como parte da natureza.

Retomando as formas, apresentadas nas falas anteriores, assumidas pela relação camponeses-natureza, fica claro, então, o caráter emancipador da cultura camponesa na Agroecologia, nesse “religamento” da relação direta entre homem e natureza. A Natureza participa diretamente da vida desses camponeses, pela sua manipulação, se gera alimentação, lazer, abrigo, para a reprodução da vida camponesa.

Bogo (2009), ao falar das novas significações da relação entre homens e mulheres com a natureza como uma reconfiguração da cultura entre os camponeses sem terra diz:

“Há uma profunda mistura entre gente, terra e ideologia, na medida em que a caminhada provoca o encontro do ser homem com o ser terra. São dois corpos físicos materiais que possuem características e identidades que agora irão resgatar reciprocamente a história das duas existências.” (Bogo, 2009, p.34)

Essas novas significações da cultura como o valor e a relação afetiva com os animais, o caráter de lazer, de ornamentação e estético, as novas funcionalidades dos elementos como a sombra que tornam o trabalho mais confortável, vão gerando o que Sevilla Gúzman (2011) chamou de *gestação de identidades a partir de sistemas de valores e representações simbólicas*.

Nos termos de Gramsci, essas novas relações, valores e conceitos vão sendo construídos de forma orgânica, no seio do compartilhar coletivo dos agricultores, como ação popular. Uma elaboração própria que se amplia para compor uma construção contra hegemônica através desses arquitetos da vida e da natureza que, principalmente nos encontros e espaços da Agroecologia, vão, mesmo que aos poucos, e em espaços restritos, constituindo-se como intelectuais orgânicos e estabelecendo este conjunto de interpretações, como social e coletiva.

São mudanças concretas na relação com a natureza, na forma de organizar o ritmo de trabalho, que mudam o trato dos animais, a conformação do espaço, na escolha do que vai ser plantado, na valorização das espécies florestais, que compõe a passagem da contemplação à ação

política na realidade. De acordo com os conceitos de Bogó (2009), os camponeses desenvolvem sua produção, comportamento e atividade material e transformam a partir daí sua realidade e seu pensar, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, e assim, a ação material dos camponeses vai se transformando em pensar e em cultura.

Os significados culturais da emancipação no mundo da vida atingem dimensões superiores, quando a transformação do trabalho no campo, por exemplo, elenca a garantia de uma alimentação mais saudável para a família, como critério para a organização da vida e, conseqüentemente, do próprio trabalho. Uma noção mais liberta, de mais autonomia sobre o destino de sua própria vida, pode ser identificada na fala do agricultor a seguir, quando ele, com orgulho, fala de seu poder de decisão sobre seu tempo e atividades, de sair quando quer, de poder viajar para outra cidade e ter a possibilidade da escolha desse movimento. O sentido cultural do trabalho, também é alterado, pois não é mais uma obrigação, fixa, com horário marcado, ele é realizado de acordo com os interesses e desejos, nos momentos em que o camponês escolhe. Fica muito clara a escolha de um modo de vida, quando lhe perguntam sobre aposentadoria e “ir pescar”, algo que não faz sentido para esse camponês, cujo trabalho não é um fardo do qual se deseja livrar o quanto antes, é vida mais integral que se estende, é uma escolha, um projeto de vida.

“As pessoas às vezes pensa que reforma agrária é vim cortá os lote e se enfia dentro dele, e num tem mais conversa com ninguém, é meu, pronto! Faço o que quero dentro do meu lote... Reforma agrária é uma conquista social, reforma agrária, você pode por seus filhos pá estudar, cê pode ter uma comida melhor, uma vida melhor.”

“O exemplo está aqui no meu lote.... me preocupei primeiramente em fazê um poço, fazê um viveiro, fazê uma estufa, pra gente ter nossas muda, pra fazê as coisa da gente, pra gente num ficá dependendo das coisa dos outro lá fora, esse é o sonho da gente... o sonho dum sem terra, é ter seu espaço, fazê suas própria muda, tê suas própria criação, fazê sua horta, essa é a reforma agrária, é você do nada tirá tudo!!”

“Já me perguntaram pra mim, fizeram uma pergunta pra mim: Por que você, com setenta ano de idade, continua aqui trabalhando? Por que você num pega uma vara e vai pescar? ... Eu num quero, eu quero tá aqui! Tô no que eu quero,

se eu quiser ir pra São Paulo, eu trato minhas criação todinha, molho tudo cedinho, Vô pra São Paulo, volto de noite, ou volto no outro dia cedo.”

(agricultor camponês 1)

“Aqui é um lugar sossegado, depois que eu tô aqui, num vi que ninguém que pegô as coisa dos outro aqui... aqui é tranquilo... Cê deixa as coisa aí... a vista de ser perto da cidade é um sossego... Todo mundo respeita todo mundo... a turma conversa...tem as assembléia, as reunião que agente vai também...sempre tem reunião... e planta horta comunitária ali no salão... Num é um lugar que você num pode deixar uma bicicleta, uma enxada que some... num é... é bem sossegado...Nesse ponto é bom... Cê vê, é tudo aberto... é tudo campo aberto.”

(agricultor camponês 2)

“O cotidiano do dia a dia, é mil vezes melhor que a cidade, quando eu quero ir pra cidade eu vô, aqui é pertinho... Cê vem com aquela carga da cidade, cê anda por aqui um pouco, daqui a pouco cê tá livre. cê tá entendendo?..Eu gosto daqui, e vivo aqui...” (agricultor camponês 3)

Uma cultura de afetividade e harmonia com a natureza vai sendo montada, desenvolvendo aspectos como a mútua dependência entre humanidade e natureza. Os valores simbólicos da vida se amplificam no campo, na possibilidade de compartilhar seus alimentos produzidos na terra, com sua família e amigos. Aquele alimento produzido não é só uma mercadoria, que vai ser vendida e pouca relação estabelece com o agricultor e sua vida. Nessa relação mais orgânica com a atividade produtiva os objetivos e frutos do trabalho permitem novas significações, papéis e sentidos. O valor, a satisfação de comer algo produzido pelas próprias mãos e de onde se conhece a procedência, e a alegria e orgulho de poder oferecer alimentos saudáveis aos familiares e amigos demonstram uma experiência de trabalho muito menos alienada. Os significados culturais do trabalho parecem, realmente serem alterados na experiência camponesa agroecológica, ele não é mais uma penosidade, sofrimento, obrigações necessária para sobreviver, características de quando está subjugado ao capital. Ganha graus de autonomia e se aproxima daquilo que Marx chamou do trabalho como *realização da paixão humana*. Os camponeses demonstram satisfação e alegria quando têm autonomia e controle de seu tempo na organização do trabalho. Essa paixão,

também, se expressa na ampliação de sentidos e propósitos que o trabalho atinge, para além de produzir apenas mercadorias agrícolas, ele produz a alimentação, o mimo da família, a sombra, o lazer, a brincadeira das crianças.

Podemos observar nas falas também, os valores culturais da vida comunitária, das boas relações entre os vizinhos, da solidariedade, que diminuem a distância e o estranhamento do outro, fortalece os laços entre os seres humanos, como semelhantes, como produto da mesma matéria social. Também se evidencia, nos depoimentos a seguir, uma valorização da cultura camponesa, do viver e morar no campo com qualidade, alegria e orgulho, que ajuda a ir desconstruindo a imagem ideológica do campo como lugar atrasado, onde o progresso não chegou, sem valor e não desejável para viver.

Quando perguntado ao agricultor 2 sobre onde preferia levar a vida (cidade ou campo), a reação bem explícita está exposta a seguir, onde, também, os sentidos do trabalho são revelados

“Nãooooo!! Eu tenho casa na cidade, mas num quero morá na cidade... Aqui é melhor porque cê tá sossegado, cê tá com a natureza... cê tem uma galinha, cê tem uma verdura... você tem um limão, o limão a hora que você quisé pega, cê num precisa procurar lá pra fora quanto custa um limão... Os amigo chega aí, nem pergunta quanto custa um limão, vai lá e pega... pega e leva. Mandioca, milho verde, quando tem milho verde e teve bastante milho verde... banana também, os filhos vêm, pega banana, leva... Então é por aí que a gente vive...Agente já foi da roça né... a gente prefere mais a terra que a cidade... A cidade é muito corrido e a terra não, a terra é mais sossegada.”

“Cê vai, cóme.. na cidade cê vai no mercado, compra cebolinha, Quanto é o maço? couve.. uma abobrinha, aqui cê colhe num precisa comprar... lá na cidade não.. se num tivé o dinheiro, num compra ... É bem mais gostoso, é mais sossegado... Podei a pimenta, alface, pepino, coentro, salsinha”

(agricultor camponês 2)

“ Num tem otra alternativa, No momento a vida do cidadão, a saúde, a saúde do cidadão é melhor... Esse miolinho aqui era terra que Deus tinha prometido pro povo, cê tá entendendo?... Num tem emprego, nem fábrica, num tem cidade, que vai acolhê esse povo melhor do que isso que nós estamos aqui.”

(agricultor camponês 3)

A ação da Agroecologia no mundo da vida, extrapola os limites da área produtiva e da agricultura e se transforma em novas formas pedagógicas, que buscam uma outra interação e construção de conhecimento entre homem e natureza. A materialização da Agroecologia como ação educativa de nova ordem, que envolve o trabalho como força criativa e a aproximação à natureza na vida cotidiana, se constrói como aspecto da cultura.

“Um sonho meu é tirá essas criança da rua, passá uma responsabilidade pra eles... pra eles sabê que também têm obrigação... obrigação e responsabilidade de dá um mundo melhor pras próximas gerações...Eu fui numa época que você encontrava passarinho em qualquer lugar, hoje num tem mais... Em São Paulo mesmo, na capital, um dia eu comecei a reparar, tinha sabiá cantando, fui reparando, tinha muito pé de amora plantado, e elas vinham pra comer amora... até nisso agente pode ajudar a natureza... Um canto tão bunito daquele, de graça... A única obrigação nossa é ajudar eles, dando o que comer né?... E as criança... Trabalha aí uma hora... enchê umas 3, 4 cartelinha dessa de verdura... quando eles ia embora, levava uma cartela de alface pronta pra plantá, pra família...” (agricultor camponês 1)

A resignificação emancipatória no campo da cultura atua, como coloca Sevilla Gúzman (2011), na consciência de geração, na preocupação e solidariedade com as futuras gerações. Vejamos o peculiar trecho a seguir, na preocupação da preservação da natureza para gerações futuras, a dizer, a solidariedade intergeracional. Atua na construção de valores concretos e expressos nos camponeses na direção de superar aquilo que Mészáros considerou a alienação entre homem e sua espécie, ou o estranhamento do pertencimento à humanidade e do sentido de cuidar dela. Os agricultores camponeses 2 e 3 têm sua relação cultural com a natureza e com as futuras gerações alteradas, assim, a natureza presente precisa ser preservada para garantir a manutenção da vida humana futura, expressando valores de preservação e cuidado com a vida humana e o meio ambiente, nos termos de Gramsci (1978b), contribui na construção de uma ética e uma conduta civil renovada.



“Se a gente forma a árvore, se a gente forma a fruta, se a gente forma o ipê, o eucalipto, o pau Brasil, vários tipo de árvore, pranta o jatobá, agente tá trazendo o meio ambiente mais equilibrado.. Vai equilibrando o meio ambiente...Vai demorá muito tempo? Sim, vai demorá! Mas a gente tem que começá... Se você começa, o outro que tem que terminar! É o mesmo que esperá uma visita em casa... Que cê vai fazê? Cê vai se prepará para aquela visita, vai se prepará, vai arrumá a casa.. Caça um jeito de fazer um churrasco, de fazê um qualquer coisa... A sociedade, o meio ambiente é o mesmo jeito... muitas vezes a gente faz a cama pro outro se deitá...É por aí que funciona, Daqui trinta, quarenta, cinquenta ano, eu sei que num tô mais aqui, mas tem alguém aqui cuidando... eu tô com 68 ano, eu num vô dura mais 50 ano, é impossivi isso aí! se fosse era uma boa! mas eu sei que tem alguém aqui morando, o que seja neto ou qualquer pessoa, que esteja aqui dentro, tá cuidando, tá vivendo, cê tá fazendo a cama pro outro se deitá. Claro que você vai tirá seu lucro pra sobrevive, mas claro que vai sobrá alguma coisa pra alguém...É por aí que tem que funcioná.”

(agricultor camponês 2)

“O valor que tem essa terra aqui dentro é incalculável... Quando eu partí, esse palmo de terra aqui, um hectare.. Dá pra criá o filho, ele cria os filho dele e os neto dele, formando esse posso com esse pedacinho de terra, com qualquer pouquinho de terra aqui nessa região você vive em abundância...Aqui!! Isso aqui é uma terra de ouro...” (agricultor camponês 3)

Atua também, nas ressignificações no campo ideológico.

“Eu levei... O EJA foi feito e tá feito... Eu levei e entreguei um jornalzinho nas regionais sabe, mostrando o que agente tinha feito aqui, o viveiro, a escolinha, que foi feito no coletivo... Eu fui na delegacia, teve um problema aí, fui na delegacia né, comecei a prorear com o delegado, ele me pergunto – Cê é do MST? Mas lá tem muito vagabundo !– E eu falei : Não, lá tem muita gente gente boa. Aí tal, comecemos a prorear, daí eu dei um jornalzinho daquele pra ele. Ele parô. Leu. Depois me veio dá a mão pra mim, e falou assim: Muito bem – Falei pra ele que o Universidade Popular da Unicamp tá com nós. Ele falou: Mas tão

com vocês lá os estudantes?Eu falei tem professor e têm doutor também. Falei pra ele. Tem professor, tem aluno e tem até doutor... Ele deu risada.. isso espanta as pessoas. A gente vai entrando na mente do cara... entendeu?” (agricultor camponês 1)

Esta fala retrata a própria imagem histórica do camponês como marginal, que persiste no imaginário, no senso comum, como uma reprodução da ideologia dominante, fruto da propaganda das elites sobre os trabalhadores no campo. Em ações concretas da vida, ela passa a ser erodida e recriada pela ação concreta da cultura. O episódio do delegado se reproduz em vários outros espaços do mundo da vida do camponês, objetivada na produção da terra e na Agroecologia. Então, passa a dialogar com outros indivíduos do meio urbano e, concretamente, vai criando espaços para uma outra ideologia, do camponês como protetor da vida e da natureza, como o gerador de alimentos para a população em geral.

“Vem uma juventude aí atrás aí, e essa juventude tá bem orientada.... Antigamente cê num via estudante sai aí.. Ontem mesmo chegô aí mesmo, parece que 160 estudante de São Paulo pra cá, a criançada veio aqui, a gente entrevistô, eles fizeram pergunta...os professor, fizeram pergunta embaixo dessas árvore, do porque tava dando certo. Falei acontece isso, isso e isso... Eles tão preocupado com o campo, e o campo tem que se ocupá,...senão vai virá tudo canavial e não vai dá certo. Acho que é por aí, a luta é por aí, tem que ser em conjunto... estudante agrônomo, assentado, médico professor, tudo junto pra um Brasil melhor. Senão nós num vai tê um Brasil melhor, vai tê um Brasil individual? Uma meia dúzia vai prepará e os outro ficá tranquilo, porque depende muito da cidade, e a cidade depende da gente... Cê vê que a gente tem 5 dedo na mão e num são iguais, mas cada um é diferente, cada um tem uma função” (agricultor camponês 2)

O agricultor 2 fala da aproximação e a integração entre campo e cidade, é essa aproximação concreta em relações objetivas que explicita essa interdependência, e uma cultura de valorização do campo. Atua, então, negando a alienação presente entre campo e cidade na qual o afastamento da população urbana é tal que as crianças pensam que leite nasce na fábrica. Essa

ação de mudança cultural, expressa na experiência agroecológica, modifica a relação e percepção entre campo e cidade, e modifica a relação entre as pessoas urbanas e o campo, elas se aproximam, se compreendem melhor na sua relação e interdependência.

Tanto as resignificações nas relações de trabalho com a natureza no campo quanto em suas amplificações para ações pedagógicas e ideológicas apontam, de fato, para aquilo que Sevilla Gúzman (2011), denominava práxis intelectual e política da sua identidade local e rede de relações, concretizando processos de transformação das formas de dependência anteriormente estabelecidas.

São outros valores e sentidos, que ultrapassam os limites da relação específica dos agricultores camponeses, entre si e com a natureza, e em torno à sua comunidade, e vão dialogando com outras esferas da sociedade, vão alimentando novas construções ideológicas, novos comportamentos e posturas sociais e, assim, ajudando a mudar a “realidade moral” da sociedade com um todo. Contribuem, da mesma maneira, na transformação social, na perspectiva de Gramsci, elaborando novos “sistemas de ideias” populares, que vão modificando a vida concretamente na forma de agir, sentir e pensar na prática social.

A experiência relatada dos agricultores em Agroecologia, sua formulação de relatos e analisados na relação com a natureza, desconstrói, por um lado, a força da ideologia dominante que contribui nos processos de dominação e opressão. E, por outro, constrói novas formas de pensar, novos “sistemas de ideias” e de valores, na maneira de perceber a relação com a natureza e com o trabalho, a relação com outros camponeses, a relação entre campo e cidade, a percepção do camponês na sociedade, ou seja, as entrevistas realçam os aspectos de mudanças culturais, a partir da prática agroecológica.

## 6.4 Educação Popular e emancipação na Agroecologia

Nesta seção, buscamos dialogar as contribuições teóricas e metodológicas da educação popular para fortalecer e ampliar a ação social da Agroecologia em sua perspectiva emancipadora de forma que ela seja mais radical na ação prática, política e ganhe maior base social. A educação popular pode atuar aproximando teoria e prática, numa concepção de mundo popular ou em uma “filosofia” popular, que transforma a ação coletiva de sistematizar as relações de dominação e opressão, como reflexão compartilhada, a partir das experiências práticas e problemas concretos da realidade, e desta maneira, pode voltar a fazer uma intervenção emancipadora na realidade como práxis renovada. Para tal, trazemos os elementos teóricos em relação a construção do conhecimento e à educação, como processos emancipadores e libertadores que geram autonomia. Procuramos trabalhar nas convergências nas quais, a construção do conhecimento se coloca como um processo educativo e a educação como construtora de conhecimento, assumidos como ato social, político, ideológico e produtivo.

Como isso, torna-se possível explorar a educação e o conhecimento não só na perspectiva da relação educador-educando, mas em todos os processos sociais que objetivam sua elaboração cognitiva, como os processos cotidianos de trabalho e de construção da tecnologia no campo, sobre a perspectiva agroecológica, onde se inserem os agricultores como sujeitos.

Para o MDA (2010), a concepção pedagógica dialógica desenvolvida por Freire (1983), valoriza a busca e a construção coletiva do conhecimento comprometida com a transformação da realidade, onde todos envolvidos são sujeitos do processo histórico. A pedagogia freiriana aponta os caminhos do conhecimento através da democratização do espaço educativo e a dialogicidade na aprendizagem e na emancipação. No espaço pedagógico, favorecem o fazer e a organização coletiva, passando pela problematização e teorização a partir da prática e da realidade concreta do grupo. Nesse sentido, cada participante do espaço educativo se coloca como sujeito do conhecimento e transformador da realidade.

O ponto de partida é a superação da alienação, típica das relações de dominação de uma sociedade opressora. Nessa perspectiva, a educação emancipadora trabalha a práxis da autoconstrução na sociedade do sujeito histórico comprometido com seu tempo e lugar. (MDA, 2010).

Paulo Freire buscou uma teoria do conhecimento que possibilitasse a compreensão do papel de cada um no mundo e sua inserção na história. O conhecimento construído pelo processo educativo revela o sujeito que constrói o processo de auto-conhecimento crítico do mundo. Desvela-se, dessa forma, a condição dos seres humanos na perspectiva de mudar o quadro cultural e a transformação da situação de opressão em seus quadros ideológicos e da cultura hegemônica presentes na sociedade. Nesse sentido, pode-se conceber a educação como um ato de emancipação e transformação do sujeito histórico no mundo. (MDA, 2010)

Para Freire (1983), no processo de educação e construção do conhecimento, o importante é problematizar o conteúdo que mediatiza os educandos e não dá-lo ou dissertar sobre ele como algo já terminado e acabado. A problematização é a tal ponto dialética que seria impossível realizá-la sem se comprometer com seu processo. Nesse ato o educador e educando se encontram igualmente problematizados.

“É que, na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dado por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos.” (Freire, 1983, p.56).

Essa problematização se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, gera a reflexão sobre o conteúdo do ato concreto para tornar a agir melhor com os demais, na realidade problematizada. A problematização, então, não é um ato isolado, subjetivo, mas de uma realidade objetiva do homem frente ao mundo como um ser do trabalho, da ação, com que transforma o mundo.

“O que importa fundamentalmente à educação, contudo como uma autêntica situação gnosiológica, é a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das idéias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem-mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores.” (Freire, 1983, p.57).

O saber popular é, então, um dos pontos de partida da educação emancipadora, pois a problematização das situações de opressão e da realidade devem partir do saber popular, do contexto espacial e das relações sociais, nos quais os sujeitos estão inseridos. Segundo Garcia

(1980), o saber popular de que se fala é fruto de experiências de vida (trabalho, vivência afetiva, religiosidade, etc....) . É a partir dele que o grupo troca informações com o mundo, se identifica e interpreta a realidade. Ao mesmo tempo em que anuncia sua identidade popular, apresenta reflexos do discurso dominante. Mas, o saber popular, também, é manifestação da resistência dos setores populares frente à sua opressão e exploração histórica.

Assim, no campo, se faz necessário conhecer a realidade e problematizá-la para melhor transformá-la. Na medida em que se trata da realidade, o conteúdo problematizado busca outras formas constituintes da totalidade. Então, a sementeira passa a ser apreendida criticamente, como parte de uma realidade processual maior e, como fenômenos de ordem natural e cultural. Então, a sementeira não pode se dissociar das condições climáticas nem menos da posse da terra. A partir da percepção da realidade imediata, vão se desvelando totalidades mais abrangentes, revelando que a realidade local, existencial, possui relação com dimensões estruturais da sociedade. (Freire, 1983)

Segundo Freire (1987), o conhecimento se dá na práxis na qual ação e reflexão se alimentam mutuamente, a teoria que não se separa da prática, na busca daquele que busca o saber e não só passivamente a recebe.

Em “Extensão ou Comunicação”, Freire complementa que os homens e mulheres como sujeitos do conhecimento e, não meros recebedores de informação ganham “razão” do mundo, numa perspectiva relacional de determinismo e de liberdade, de negação e afirmação de sua humanidade, de permanência e transformação. Ao refletirem, criticamente, sobre as experiências vividas, a revivem de outra forma que objetiva a ação futura como possibilidade de ruptura-permanência. A educação, por isso, se modifica ao ritmo da realidade, e, nesse movimento, também é forma de transformação à medida que se refere à realidade concreta que se constrói. (Freire, 1983)

Para Garcia (1980), a educação popular se relaciona com a questão do poder em duas dimensões relevantes: uma em seu interior, dada pela relação entre agente e grupos populares, e outra, referente a um projeto político que diga respeito a toda sociedade, ressaltando que essas duas questões estão sempre entrelaçadas.

Nesse sentido, o controle da prática educativa é extremamente relevante para emancipação e construção do poder popular. Quando o controle do processo se encontra junto ao agente educador, esse usa a transmissão do conhecimento para construir a verdade libertadora,

segundo seu próprio ponto de vista, pois eles sabem os reais interesses populares. Utilizam, na verdade, os interesses imediatos dos grupos populares para atingir os objetivos da construção da educação. O sentido da emancipação popular parte dos grupos populares definirão seus interesses e assumirão o controle do processo educativo. Passa então, por reconhecer os limites do saber do agente e não ignorar que a ideologia dominante perpassa tanto o saber popular como o saber do agente e, por garantir que o saber popular se expresse. (Garcia, 1980).

É vital para esse processo um espaço para troca e reflexão crítica, um espaço que possa desvelar as relações de dominação e fortalecer o poder de decidir e realizar dos grupos populares, espaços abertos diferenciados da sala de aula que, simbolicamente, reproduzem os valores da ideologia dominante. (Garcia, 1980).

Nessa dialética do espaço educacional o saber dominante intelectual busca negar o saber popular, pois nele, estão impressos seus interesses de questionamento e resistência, ou seja, fazer expressar o saber popular não é uma questão apenas de dar voz, e sim, de enfrentamento político à ideologia dominante. Os espaços educativos e o conhecimento do agente estão permeados por um saber dominante, o saber formal tanto no conteúdo quanto na forma, por isso é importante buscar quebrar esses sistemas de poder para se explicitar o saber popular. (Garcia, 1980).

É extremamente relevante entender a diferença entre o saber popular e o intelectual. O autor se referindo a Gramsci diz que o elemento popular sente, mas nem sempre compreende ou sabe, e o elemento intelectual sabe, mas nem sempre compreende ou, sobretudo, sente. O erro do intelectual seria, então, crer que pode saber sem compreender, sentir e se apaixonar. Essa assimetria, não obstante, não deve ser vista como um obstáculo, mas como uma condição intrínseca do processo educativo, pois o processo educativo se dá exatamente nessas assimetrias de conhecimentos díspares. Não se trata, portanto, dos grupos chegarem ao conhecimento do agente nem o agente abnegar seu conhecimento, o novo saber emerge desse diálogo desprovido de uma assimetria de poder. (Garcia, 1980).

Retomando as análises de Gramsci, Mészáros e Sevilla Gúzman, para relacionar a ação educativa emancipadora à Agroecologia, temos que a transformação social, como construção de uma sociedade emancipada e liberta, só pode ocorrer a partir da superação das relações de alienação no desenvolvimento humano como ser automediador da natureza, através do trabalho. Essa superação não pode ocorrer sem uma reflexão sistemática, ou seja, uma teoria a cerca da história do ser humano como ser do trabalho, como o desenvolvimento das relações sociais a

partir do trabalho, do desenvolvimento das relações sociais de produção, do antagonismo entre trabalho e propriedade, suas determinações sobre construção da infraestrutura e da superestrutura, na concentração de poder, na dominação, na opressão, na exploração, na destruição ambiental, e na subjugação ideológica. Entretanto, a transformação social só pode ser concreta, se acontecer, também, no mundo da vida, no seio das classes e categorias oprimidas, no povo, nos marginalizados. Porque, para a superação das relações alienadas é imprescindível essa experiência real e prática das contradições na sociedade capitalista. Só, assim, pode alterar concretamente as bases das relações sociais, a relação com o trabalho, com a natureza, com o outro, com a arte, com o lazer e com a ideologia. Esse é um dos grandes desafios colocados, construir essa filosofia que se transforma em concepção de mundo, em formas de sentir, pensar e agir, como negação da dominação. Esse conteúdo histórico e estrutural do desenvolvimento humano tem que ganhar a forma dos práticos, uma filosofia emancipadora transformada em cultura, formulações conscientes de enfrentamento a dominação, como fruto orgânico e visceral, do conjunto dos oprimidos, das bases, das massas, transformada na filosofia da práxis, a da emancipação presente em seus atos cotidianos.

Talvez o processo de construção da filosofia da práxis e a transformação cultural no momento histórico atual, exija que essa relação dialética entre teoria e prática, entendidas respectivamente, como reflexões organizadas, atividade intelectual do conhecer a realidade e a prática cotidiana como política, seja extremalizada. O coletivo dos agricultores deve ser o intelectual de sua própria práxis, na construção da luta política para que a relação orgânica embutida na filosofia da práxis seja levada ao seu grau mais agudo, com potenciais reais de fazer uma disputa hegemônica e de constituir um processo de soberania popular e construção democrática, também, popular no campo. Que essa consciência, sobre as situações de dominação e opressão se torne coletiva, objetiva, compartilhada e explícita no conjunto dos subalternos, e se expresse, assim, como ação política, como construções culturais de novo tipo no mundo da vida como prática da emancipação.

Dentro do recorte mais específico do campo e da Agroecologia, talvez uma das estratégias para essa construção mais orgânica e dialética, de juntar as pontas entre teoria e prática, como práxis emancipadora, seja a educação popular. A Agroecologia parte da atuação no mundo da vida, da conformação da cultura nas comunidades camponesas nos espaços de produção, nas experiências agroecológicas da agricultura, em sua relação com o trabalho. Esse elemento, é



essencial para uma aproximação mais intensa e orgânica entre teoria e prática, pois a filosofia da práxis, como práxis emancipadora, precisa da passagem da contemplação do pensamento à prática, à sua afirmação como ação política no mundo concreto. A transformação social não pode ser só no plano do pensamento, de uma filosofia da emancipação, tem que ter sua base material, que se une ao plano das ideias, dos valores e das ideologias pela cultura. Como mediador ou catalizador, atuaria a educação popular, realizando processos coletivos de reflexão e problematização, incentivando uma práxis teórica desveladora das relações opressoras. Essa práxis teórica é coletiva e mediatizada pelos problemas da prática e, ao ser uma ação explícita, intencional e compartilhada socialmente, vai se construindo como novas formas de pensar, atuar e sentir na realidade, constituindo aspectos de uma nova cultura. Na abordagem de Marx, a educação popular em Agroecologia, é uma ação teórica, do *homem que anda sobre as pernas*, de abordagem material, que parte dos problemas concretos da realidade e do trabalho do camponês, a partir de onde se constroem reflexões teóricas coletivas, que podem se valer das reflexões teóricas científicas, em sua abordagem histórica e de sociedade, como conjunto de estrutura e superestrutura, mas uma ação que sempre parte da base material da vida, de seus aspectos concretos, a ação que transforma o pensamento. Nesse sentido a educação popular em Agroecologia como uma ação contra hegemônica atuaria de forma inversa aos intelectuais tradicionais. Eles disseminam e naturalizam as situações de dominação na ideologia e nos sistemas de ideias dos grupos subalternos, já as ações de educação popular desvelam essas situações de dominação e como ação coletiva, podem criar novos sistemas de ideias. No espaço de educação popular, o pensar, o refletir, o falar e o expressar em palavras da condição subalterna, feito de forma coletiva e intencional, ajuda a construir filosofia dos pobres e oprimidos, filosofia das massas, feita por esses sujeitos em conjunto. Uma forma sistematizada e organizada de prática intelectual, que se torna forte e se dissemina por ser coletiva, e se transforma em concepção de mundo, em práticas, posturas, valores e comportamentos.

Assim, a partir das relações concretas da vida no campo e da agricultura nos espaços da Agroecologia, em oficinas, reuniões e experiências produtivas, espaços formativos da produção, em Agroecologia, podemos utilizar a educação popular como método de intervenção na realidade. Através das vivências dos agricultores e agricultoras camponeses, suas práticas de plantio e manejo, organização e estética do lote, experiências de trabalho anteriores, suas formas de se relacionar com a natureza, podemos criar um espaço de diálogo sobre as situações e

relações de dominação e opressão impressa nessas histórias individuais e coletivas, e, assim, mediar o exercício coletivo de se expressar, refletir e fortalecer a elaboração de concepções de mundo renovadas, novas formas de luta e, de enfrentamento à dominação manifesta no campo brasileiro. Nessa direção, a relação entre teoria e prática como práxis emancipadora, nos parece ser mais radical, profunda e orgânica, pois é mais coletiva, se capilariza na inserção dos grupos subalternos na reflexão intelectual e teórica, como também, porque parte mais radicalmente da base material da vida, articulando a ontologia básica, homem – trabalho – natureza.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos neste trabalho a Agroecologia como uma proposta de transformação social e emancipação, um conjunto de acúmulos e experiências, práticas e teóricas, no mundo da vida e na realidade concreta que buscam contribuir para superar as relações e situações de dominação, opressão, exploração e destruição da natureza, na vida dos camponeses, no campo, e no conjunto da sociedade. Essa perspectiva dialoga e se ancora nas contribuições dos trabalhos teóricos e históricos do professor Sevilla Gúzman, nos quais a Agroecologia também, é a experiência histórica camponesa, como construções concretas de manejo dos recursos naturais, cravadas nas comunidades rurais, marcadas na história como formas alternativas, de resistência e enfrentamento ao desenvolvimento capitalista.

Para aprofundar o significado da transformação social e da emancipação como superação das relações de dominação, opressão e exploração, utilizamos as concepções e as reflexões de Mészáros. Para o autor, o mundo não está fadado a seguir como ele é, não há uma imutabilidade das relações sociais, o ser humano não é egoísta e mal por “natureza”, e as situações de miséria, dominação, violência, destruição ambiental, que vivemos, não são inexoráveis. Esses aspectos negativos são produto do movimento do autodesenvolvimento humano que tem como força motriz o trabalho alienado. Como frutos da própria ação humana podem ser alterados e podemos conceber a transformação social e emancipação, através da intervenção positiva e consciente dos homens e mulheres na história, como possibilidades concretas.

O ser humano se desenvolve ao se relacionar com a natureza através da mediação do trabalho, e o trabalho é o motor da história humana, a realização das paixões humanas. Nesse processo histórico de autodesenvolvimento, surgiram as mediações de segunda ordem, o homem se separa em proprietário e trabalhador, entre propriedade privada e trabalho. Essa fragmentação nas relações sociais gerou antagonismos e alienação. Ocorre um distanciamento na relação de homens e mulheres com a natureza, um estranhamento em relação aos frutos e objetivos de seu trabalho, um não reconhecimento do outro como a mesma matéria social e humana. Assim, a transformação social e a emancipação como enfrentamento das relações de dominação, opressão e exploração, se fundariam na superação da alienação em suas múltiplas manifestações da experiência humana.

Em sua formulação teórica, a Agroecologia busca superar a alienação entre as Ciências, através da inter e transdisciplinaridade. A Agroecologia reforça, assim, a necessidade da interação entre as ciências existentes para construir uma visão mais integral de um fato social total, a dizer, a agricultura e vida dos camponeses, e não a fragmentação em várias áreas do conhecimento. Na Agroecologia parte-se dos problemas da prática, da realidade do camponês, para construir respostas científicas utilizando a contribuição das várias disciplinas, o contrário do que acontece nas ciências convencionais, que tentam explicar a realidade a partir de seu arcabouço teórico.

No sentido da superação da alienação, a Agroecologia compreende a relação do agricultor com a terra na forma de trabalho que atua, buscando anular os antagonismos entre propriedade e trabalho na medida em que o agricultor tem autonomia relativa sobre as terras em que está “assentado”<sup>18</sup>. Reconhece, também, na agricultura camponesa uma relação não alienada com a natureza e, mediada pelo trabalho através da “coevolução” nos agroecossistemas camponeses. Finalmente, é possível localizar uma relação dialética na Agroecologia entre teoria e prática, em suas experiências concretas na agricultura, na relação de proximidade e trabalho conjunto entre camponeses e pesquisadores, buscando um sentido emancipador para sua intervenção.

Retomando o argumento do professor Sevilla Gúzman, a Agroecologia parte de um conjunto extremamente heterogêneo de grupos sociais articulados pelas relações solidárias de produção e consumo que contribuíram muito ao debate de enfrentamento à intolerância nas relações de gênero, de etnia, de diferenças entre gerações, de classe ou, utilizando as categorias empregadas por Mészáros, podemos dizer que estabelecem experiências concretas que atuam no sentido de desconstruir a alienação do homem em relação ao homem e à sociedade.

Porém, a construção agroecológica não apresenta apenas avanços e aspectos emancipadores, como todo processo dialético e real apresenta contradições e aspectos negativos. Deste modo, compõe a multiplicidade agroecológica, grupos com interesses políticos e ideológicos distintos, sendo integrados por agências de assistência técnica do governo, universidades, movimentos sociais, grupos de estudantes, coletivos de produção urbana, ecovilas, coletivos de consumidores de classe média. Os espaços sociais da Agroecologia, por vezes, reproduzem conteúdos ideológicos culturalmente opressores, classistas e racistas, que estão

---

<sup>18</sup> assentado no sentido mais amplo de sua acepção, nas múltiplas formas que o agricultor se estabelece sobre a terra, posse, arrendamento, parceria, reforma agrária, direitos antepassados e muitas outras.

impregnados na sociedade por sua compartimentalização da experiência social, conforme a concepção de Mészáros. Neste contexto, opera, da mesma forma, a dialética histórica e material gerando, por um lado, avanços libertários, entre teoria e prática, já expressos nas experiências da Agroecologia e, por outro, essa experiência agroecológica, ao incorporar-se no movimento da vida, e ao se tornar real, volta a constituir contradições. Ou seja, a existência de elementos conservadores em experiências libertárias não se coloca como um bloqueio à Agroecologia, mas como um alerta à necessidade de se reavaliar e se questionar continuamente.

Segundo Sevilla Gúzman (2011) a análise, na qual a estratégia agroecológica se coloca como contraposição e enfrentamento a depredação ecológica e a exploração social que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura provocou, vem perdendo força nas reflexões teóricas e publicações acadêmicas mais recentes.

De fato, os enfoques científicos têm sido muito concentrados nas áreas da Agronomia e da Ecologia e, ainda, de uma forma alienada e estranha aos processos sociais, muito mais como técnicas de manejo ecológicas. A Agroecologia tem sido colocada comumente nas esferas de debate teórico como um mero instrumento metodológico para compreender a dinâmica dos sistemas agrários e resolver problemas técnico-agronômicos, que as ciências agrárias convencionais não têm dado respostas. Nessa abordagem resume-se em resolver questões relativas à áreas produtivas específicas e à técnica aplicada pontualmente. Nessa perspectiva pouco se diferencia da agronomia tradicional, é uma ruptura parcial com as visões tradicionais da ciência, ao invés de dialogar com soluções globais e comprometidas sociambientalmente (Sevilla Gúzman, 2001). No Brasil, muitas vezes, as técnicas agroecológicas chegam como pacotes tecnológicos verdes fechados, e entram de forma hierárquica nas comunidades tradicionais, ao invés de buscar fortalecer os processos a partir do conhecimento local, o que resignificaria seu potencial e as relações de produção num sentido emancipador.

Essa reflexão é de central importância neste trabalho, quanto à necessidade de retomar a centralidade, no caráter de transformação social da Agroecologia, da organização camponesa das bases produtivas e culturais da vida no campo e, em sua relação com a natureza. Coloca-se a necessidade de contemplar e resgatar a dimensão histórica da Agroecologia como luta e resistência dos camponeses frente à opressão no campo, e de posicionar a trajetória camponesa como fundante das estratégias de manejo de recursos naturais da Agroecologia, pois é no desvelar

dessas relações de dominação e violência histórica, que se podem construir novas formas emancipadoras de existir no campo.

O caminho da Agroecologia foi edificado no campesinato, em sua resistência à dominação do capitalismo agrário e na ressignificação em um manejo específico dos recursos naturais. Porém, hoje este processo volta a se alienar e focar no tecnicismo, se descolando da história e da construção dessas relações de alienação e opressão no campo. Ao se desprender da sua raiz histórica, como pensamento estrutural e social, a Agroecologia, volta a se tornar um pacote tecnológico que, muitas vezes, gera estranhamento entre os agricultores e agricultoras, e enfraquece seu potencial de transformação social e de luta direta.

No campo das organizações e grupos que atuam em Agroecologia, verifica-se um foco nos marcos da legalidade e na relação obediente com o estado, quando deveriam se colocar mais na perspectiva de movimentos sociais, que impõem um caráter maior de enfrentamento político à ordem institucional. (Sevilla Gúzman, 2011)

Hoje, podem ser vistos muitos exemplos de construções agroecológicas com centralidade em seu caráter econômico, colocando a Agroecologia como uma forma de “sair” da pobreza e de inserção no mercado. A Agroecologia deve negar e buscar anular todas as relações de opressão, dominação e exclusão presentes no capitalismo agrário brasileiro, principalmente, representadas pelas mudanças sociais, tecnológicas e implementadas na Revolução Verde. Essas experiências, de crítica e negação da revolução verde dentro dos movimentos sociais do campo e, da trajetória camponesa, sentida na pele pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais, se renova em novas formas de construir a vida no campo, libertas das chibatas do agronegócio e, assim, produz experiências que resignifiquem as relações de produção, superem a alienação, e que construam relações de novo tipo com o trabalho, a natureza, e entre os indivíduos.

O campesinato brasileiro historicamente ocupou as áreas mais longínquas e marginais do latifúndio como forma de resistir e criar alternativas à opressão, violência e miséria a que são submetidos secularmente no Brasil, e se organizam para produção de alimentos e a reprodução familiar como forma autônoma do trabalho na agricultura. Ao mesmo tempo, outro traço marcante desse campesinato brasileiro está nas experiências de peregrinação, de mobilidade, de estabelecimento precário e temporário dos agricultores e agricultoras brasileiras. Esse movimento, as vezes, descolava o camponês de suas raízes, do lugar onde cresceu e “aprendeu a ser gente”, mas também, possibilitou, o contato com inúmeros biomas e culturas diferentes e, o

aprendizado de uma forma de organizar a vida provisória. Esse conjunto de saberes, também, delineiam uma configuração, genuinamente nacional, de manejo dos recursos naturais de forma anticapitalista, traço fundamental para se pensar qualquer intervenção em Agroecologia.

Esses são aspectos necessários e obrigatórios da Agroecologia para qualquer intervenção teórica em formulações de textos, trabalhos científicos, como também, em intervenções práticas, em forma de experiências produtivas no campo. Ou, conforme os conceitos de Meszáros discutidos neste trabalho, é no experienciar concreto da alienação que está conformada sua possibilidade de negação e superação. Assim, não se pode conceber a construção agroecológica como transformação social sem a experiência dos movimentos sociais e da trajetória camponesa. Pois, é justamente nessas expressões históricas, que estão impressas as maiores marcas da alienação, do antagonismo entre capital e trabalho e suas manifestações na forma de escravidão, trabalho volante, miséria, expropriação e destruição ambiental. Como, também, se evidencia na história dos camponeses, as experiências concretas e sociais de rebeldia e confronto e aos grupos dominantes frente à opressão submetida, desta maneira, só podem nascer daí as possibilidades libertadoras da vida no campo como superação da dominação. Neste sentido, essa abordagem se coloca, muito fortemente, em oposição à abordagem em que a Agroecologia é tratada como um pacote técnico ecológico neutro, que pode ser aplicado em qualquer espaço da agricultura e, que principalmente, pode ser uma saída econômica para a pobreza rural, como forma de inserção do agricultor dentro do sistema capitalista de produção e circulação.

Obviamente a Agroecologia deve garantir renda às famílias, possibilidade de construir uma vida digna, porém a geração de renda, ou seja, o componente econômico, não pode ser um determinante único, nem principal, do processo de instalação de manejos com base na Agroecologia. As iniciativas agroecológicas não podem ser sacadas de seu componente de crítica à agricultura industrial, senão voltarão a reproduzir relações de exploração humana e da natureza, perdendo seu caráter emancipador. Esses são os perigos que a Agroecologia enfrenta para não cair em um ecologicismo ou em um economicismo ou em ambos ao mesmo tempo, perdendo seu potencial de transformação social. Por isso é fundamental o envolvimento de camponeses e camponesas na construção das alternativas agroecológicas, desde a sua concepção e desenho tecnológico, pois se torna impossível superar as relações de exploração e opressão da natureza e do homem sem a experiência social daqueles que a vivenciaram secularmente. Assim, a

Agroecologia tem como dever histórico dar centralidade aos camponeses que construíram saberes agroecológicos como resistência à exploração do capitalismo agrário.

Buscamos, então nos dois primeiros capítulos contextualizar a Agroecologia como estratégia de transformação social e reafirmá-la como herança e construção histórica da resistência camponesa. Mostramos, também, essa relação dialética entre Agroecologia e trajetória camponesa na medida em que o potencial agroecológico é aumentado no que se refere à superação da alienação quando é alimentado pelas perspectivas da experiência camponesa. Como formulação teórica e estratégia de desenvolvimento deve incorporar essa abordagem histórica do campesinato e fazer uma crítica sólida a Revolução Verde e sugerir novos arranjos produtivos e sociais. Uma reflexão teórica, uma Ciência só pode contribuir para a construção de um ser humano emancipado, completo, se conceber a negação das relações sociais de produção capitalistas, ou seja, atuar em função da anulação do antagonismo entre propriedade e trabalho, e suas manifestações nas formas de exclusão social e destruição ambiental. Ao mesmo tempo, como formulação prática em experiências e desenhos tecnológicos no campo deve partir das experiências históricas dos camponeses, de opressão, dominação e exploração, como elemento fundante do desenho tecnológico agroecológico.

Ficaram claras, também, as mudanças que a revolução verde inaugurou na forma de produzir, viver e ocupar o campo. Por um lado, a industrialização da agricultura significou a própria reprodução artificial das condições naturais de produção agrícola, necessária à produção capitalista. O campo se transformou numa fábrica, recebendo as matérias-primas, sementes, mudas selecionadas, fertilizantes, agrotóxicos na entrada e, produzia industrialmente, produtos na outra ponta, para alimentação, produção de cosméticos, tecidos, combustíveis e outras mercadorias.

Essa artificialização consistiu em manipular mecanicamente as forças da natureza para que funcionasse, de fato, como uma máquina ao sabor do interesse humano. Então, fatores como os tempos de germinação, a limitação natural da produtividade, as variações de produção devido a fatores ambientais como chuvas, secas, e ventos, foram cada vez mais, sendo controladas pela humanidade, o que aprofundava de forma brutal a alienação entre homem e mulher com a natureza, pois a natureza não é mais parte viva de onde a própria humanidade é parte constitutiva, se torna apenas o terreno onde se produz, e de onde se pegam ingredientes como fatores de produção.



A mecanização da atividade agrícola e o melhoramento genético liberaram a agricultura das limitações físicas do trabalho humano e permitiram que o antagonismo entre capital e trabalho se acentuasse de forma significativa, na medida em que o trabalho era cada vez mais alheio à vontade e estranho ao trabalhador e a atividade produtiva cada vez mais direcionada a acumulação de riquezas. Desta forma, se destacou o papel central da tecnologia no aprofundamento da alienação nas relações de produção na história do desenvolvimento humano. As consequências da subordinação do trabalho no campo foram amplificadas de forma brutal, afastando e estranhando o camponês, como trabalhador rural, dos objetivos e desejos próprios do trabalho e, principalmente, do fruto de seu trabalho. O cortador de cana de açúcar volante, que trabalha, muitas vezes, até sua estafa corporal, não estabelece relação nenhuma de pertencimento com aquela cana de açúcar que será exportada na forma de álcool e nem com a forma do trabalho não criativo e extenuante que realiza.

Se a transformação social necessita da superação da alienação para se efetivar, a Agroecologia não pode deixar de agir na anulação do antagonismo entre trabalho e propriedade privada no campo e na negação das relações sociais de produção no rural, representadas pela agricultura industrial e a Revolução Verde. Só buscando superar a fabricação da natureza e a subordinação do trabalho a Agroecologia pode atingir níveis de emancipação em sua construção como processo social libertador.

Assim, a partir desses dois fatores, a artificialização da natureza e a subordinação do trabalho ao capital no campo e suas consequências nefastas, a teoria crítica da tecnologia nos ajuda a entender como a negação dessas relações de opressão no campo se transformam em formas emancipadas de trabalho nas experiências agroecológicas dos assentados e acampados da reforma agrária.

De forma evidente, o trabalho, na perspectiva agroecológica desenvolvida pelo campesinato, atinge níveis emancipadores, quando este trabalho é realizado numa perspectiva mais integralizadora, como atividade humana e menos fragmentada pela intervenção da propriedade, uma vez que esse camponês tem controle e autonomia no uso da terra. Claro que no estágio avançado de desenvolvimento capitalista, as determinações sobre o trabalho não são só internas, existe todo um conjunto de definições externas como os preços, a venda concorrencial, e as condições dos grupos compradores das grandes cadeias agroindustriais. Porém, internamente, de fato se verificou maior integração entre o trabalho, seus objetivos, seus produtos, a natureza, e

as pessoas envolvidas em sua realização. Essa análise pode ser mais facilmente compreendida através da contribuição de Dagnino (2010), ao dizer que, o que define a tecnologia capitalista não é a propriedade privada dos meios de produção e sim, o tipo de controle que ela determina, ou seja, o camponês ao ocupar a terra, mesmo em muitos casos não tendo a propriedade da terra consegue desmobilizar o controle capitalista sobre a produção e estabelecer um outro tipo de controle, agora sobre o domínio do trabalhador.

O camponês define como objetivo do trabalho, sua alimentação, não a geração de um produto alheio a sua vida, sem funcionalidade. O processo não é alienado, pois ele, assim como o antigo artesão, domina todas as etapas parciais e entende todo seu encadeamento como processo total. Isso permite compreender o papel e importância da natureza, que lhe dá abrigo, alimentação, sustento e, também, atua com um papel importante na emancipação do trabalho quando fornece insumos para sua agricultura e diminui a dependência do agricultor camponês das cadeias externas do capital.

A experiência camponesa de organização autônoma do trabalho na Agroecologia apresenta maior saber técnico e uso dos recursos locais como insumos, o que, além de reduzir a dependência dos circuitos do capital, emancipa, em alguma medida o trabalho, também, através do domínio técnico. O conhecimento produtivo, se estabelece como poder, pois o agricultor tem controle tecnológico e organiza os processos de trabalho, ritmo e tempo de dedicação de acordo com seus interesses, de modo que, a tecnologia capitalista e os empresários do campo têm menor força para subjugar e dominar o camponês. A organização da vida das famílias camponesas estabelecidas nas áreas rurais, ultrapassa um sentido estrito para trabalho de gerar produtos e mercadorias. A relação com a natureza se amplia, como postura e ação frente à conservação e preservação dos recursos hídricos e vegetais, pois são elementos necessários a reprodução da vida.

Desta forma, dentro das experiências camponesas, a cisão extremada da totalidade Homem/Mulher, entre proprietário e trabalhador, ou seja, a supressão prática do homem e da mulher enquanto existência integradora sofre fortes golpes (Mészáros, 2006). O homem e a mulher, enquanto totalidade em sua ação social produtiva sobre a natureza, parecem dar sinais vitais na experiência do camponês. O trabalho, na construção camponesa, enquanto atividade em si, está mais perto de ganhar sentido dentro da reprodução da vida enquanto criatividade, escolha, satisfação das necessidades e desejos humanos e não como uma forma penosa de ganhar dinheiro

para sobreviver. O camponês parece mais próximo do que Marx chamou de trabalho, como realização da paixão humana e, do ser humano como ser mediador da natureza em seu autodesenvolvimento. Esse processo está marcado na fala dos agricultores ao se sentirem mais livres, não serem controlados, ter sua própria horta, sua própria criação em seu próprio pedaço de terra e poder organizar a produção como querem.

As contribuições de Bogo (2009) e Gramsci (1978, a, b, c) também nos ajudaram a fundamentar e mostrar a perspectiva proposta por Sevilla Gúzman da Agroecologia como estratégia de transformação social. Ambos autores reafirmam que a construção de uma nova sociedade começa no seio dessa atual, a partir de transformações concretas nas relações sociais no mundo da vida, ou seja, na cultura. Para Gramsci, não é suficiente refletir sobre as situações de subjugação e dominação presentes na sociedade e pensar como elas poderiam ser diferentes no plano das ideias. O novo, assim, não surge de forma ideal, nem no pensamento dos revolucionários, ele surge na prática, na ação que transforma o pensamento. As transformações são geradas pela intervenção dos homens e mulheres na realidade, pela história e pela atividade política, que cria novas relações sociais (Gramsci, 1978b). Bogo (2009) corrobora, ao dizer, que o comportamento material e atividade material constroem o pensamento e as representações e, daí pode surgir a cultura de resistência no compartilhar coletivo das experiências de dominação como formas renovadas de sentir, agir e pensar no mundo.

Através da mudança material da vida, da transformação do trabalho, da relação com a natureza, da relação com os indivíduos, como produto da negação das relações opressoras e resistência às situações de dominação se afirma a transformação cultural presente nas formas organizativas camponesas dentro da experiência agroecológica, como novas estratégias ou como resgate de construções antepassadas. O “religamento” dos laços orgânicos dos camponeses e camponesas com a natureza e o trabalho (aqui não numa menção específica aos camponeses mas, como uma perspectiva de reaproximação da natureza e da sociedade como totalidade) se fazem presente com construção cultural transformadora.

A natureza como parte essencial da vida, na experiência agroecológica se faz presente diretamente na vida do camponês e constrói muitos significados culturais como representações simbólicas “refrescadas”, como afetividade, respeito e cuidado com as plantas e os animais, a valorização daquela que oferece sombra para o trabalho, o lazer e a diversão das crianças, traz,

também o embelezamento, estética, e a ornamentação no espaço de vida, e estabelece uma relação de interdependência, pois da natureza obtém o alimento e o sustento da família.

Os valores e sentidos da relação com o trabalho na agricultura, também são alterados, passam a significar não só a fabricação de produtos agrícolas que serão vendidos. Na experiência agroecológica do camponês significa produzir alimentação, fazer corredores florestais para a preservação da natureza, manter os recursos hídricos, significa satisfação e liberdade ao invés de obrigação e penosidade. São mudanças culturais concretas na relação com a natureza, na forma de organizar o ritmo de trabalho, que mudam o trato dos animais, a conformação do espaço, na escolha do que vai ser plantado, na valorização das espécies florestais, que compõe a passagem da contemplação à ação política na realidade. Mas também, são valores, posturas e comportamentos frente a vida que, aos poucos, vão sendo enxergados e reconhecidos pelos agricultores camponeses como coletividade e se transformam assim em base ideológica e conceitual para as relações culturais mais amplas na sociedade.

Há também aspectos emancipadores da cultura na aproximação do convívio da comunidade, na valorização do campo como espaço de qualidade de vida e não como espaço do atraso e, o cuidado com as futuras gerações impressa na preocupação com a preservação ambiental.

Surpreende como essa ação cultural, nos termos de Paulo Freire, ultrapassa os limites dos assentamentos e dos acampamentos e passa a atuar como ação educativa na mudança da percepção da relação campo-cidade, tanto nas áreas da reforma agrária, como na visão dos cidadãos urbanos. As visitas de escolas aos assentamentos e às feiras, e outras ações dos movimentos sociais nas cidades estreitam essa relação, clarificam e a tornam concreta, no que era o imaginário urbano sobre a atuação do camponês. Essa atuação invade o campo ideológico e atua desconstruindo a imagem do camponês como marginal, vagabundo e preguiçoso na sociedade em geral. Nessa relação educativa e ideológica ampliada nas relações sociais campo-cidade, a construção cultural agroecológica compõe concepções de mundo populares, “filosofias” dos pobres do campo que influenciam a base ideológica, a ética e as referências morais no conjunto da sociedade e se tornam base para novos costumes, comportamentos sociais e posturas na construção da cultura.

Por fim, nos apoiamos em Gramsci sobre a importância da construção da consciência crítica como ação teórica, coletiva e sistematizada, elemento necessário e fortalecedor do

processo de transformação cultural, na superação da sociedade capitalista. Neste sentido, acreditamos que a Agroecologia pode ter papel bastante promissor, pois se trata de uma experiência no campo da cultura, que envolve a experiência prática e social dos camponeses e camponesas em relação ao trabalho, à natureza e suas ressignificações.

Nesta perspectiva, as ações culturais da educação popular podem se constituir como uma força incentivadora e mediadora da construção dessa ação teórica, coletiva e sistematizada, pois ajudam a construir os nexos históricos e estruturais entre o desenvolvimento alienado humano e a experiência concreta de resistência e luta dos camponeses. Através da ação coletiva educativa e das ressignificações das relações sociais, articuladas em torno do trabalho e da natureza, nas experiências concretas da Agroecologia, a aproximação entre teoria e prática pode fortalecer a formação de sujeitos históricos, coletivos e conscientes.

Finalmente, a Agroecologia, assim, potencializada pela mediação da educação popular, pode fortalecer o engajamento dos camponeses e das camponesas nas lutas, enfrentamentos e processos organizativos coletivos nos movimentos sociais. Agricultores camponeses e agricultoras camponesas, conectados ao seu papel histórico no desenvolvimento humano e à sua relação com o modo de produção, se fortificam como sujeitos no processo de ruptura com a ordem do capital, de transcendência da alienação e de construção do trabalho como atividade integradora do homem com a natureza na emancipação da sociedade.



## 8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALTIERI, Miguel A; TOLEDO, Victor, M. **La Revolución Agroecológica en América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino**. Versión al español del artículo “The agroecological revolution of Latin America: rescuing nature, securing food sovereignty and empowering peasants”. The Journal of Peasant Studies, Vol.38, No 3, July 2011, 587-612.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: As bases científicas da agricultura alternativa**. tradução de Patrícia Vaz. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A Alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Extensão Rural: Passado e Presente no discurso e na prática**. In: Introdução à Engenharia Agrícola. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1992.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST, 2009.

BORGES, Juliano Luis. **A Transição do MST para a Agroecologia**. 2007. 183 f. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) – Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2007.

BORSATTO, Ricardo Serra. **A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária**. 2011. 298f.. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola, Área de Concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BRUNO, E. S. **História do Brasil Geral e Regional**. Vol. 5. São Paulo, Editora Cultrix, 1967.

CAPORAL F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável** (texto provisório para discussão). Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/ RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília. MDA/SAF/DATER, 2007.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.13, jul/set 2002.

CAPORAL, F. R. & COSTABEBER, J. A. PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. III Congresso Brasileiro de Agroecologia. Florianópolis, 2005.

CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.

CHAYANOV, A, V. **La organizacion de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión.1974.



CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Richard Irwin, 1966.

Coordenação Nacional do MST. **O papel estratégico da agroecologia para o MST**. Revista Sem Terra: edição especial Agroecologia, 2010.

COSTABEBER, José Antônio. **A Transição Agroecológica: do produtivismo à ecologização**. In: Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber (org). Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

DAGNINO, Renato ; NOVAES, Henrique Tahan ; BRANDÃO, Flávio Cruvinel . **Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**. In: Antonio Paulo. (Org.). Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. BRASÍLIA: MCT, 2004, v. , p. 15-64.

DAGNINO, R. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia**. In: Dagnino, Renato Peixoto. (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Brasília: Companhia de Comunicação, 2009.

DAGNINO, R. P. **Dimensões para a análise e desenvolvimento de Tecnologia Social**. Projeto IDRC, Universidade Estadual de Campinas, 2010. Vol. 1, número 2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

DELGADO, Guilherme. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Revista Desenvolvimento em Debate. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto, 2010.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2ª edição. Guaíba/RS: Agropecuária, 1999.

FEENBERG, A. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, Ricardo T.. **A teoria crítica de andrew feenberg**. Brasília: Observatório do Movimento Pela Tecnologia Social Na América Latina / Cds / Unb / Capes, 2010. p. 90-93.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** In: Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Volumes 28 e 29. Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Rio Claro, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização.** São Paulo: HUCITEC Ltda, 1999b.

FRAGA, L.; SILVEIRA, R. VASCONCELLOS, B. **O engenheiro educador.** São Paulo, USP, II Congresso da Rede de ITCPs: Economia Solidária e a Política e a Política da Economia Solidária, dez. de 2008.

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e transferência de conhecimento: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.** 2012. 242f.. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GARCIA, P. B. Educação Popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: Brandão, C. R. (Org). **A questão política da educação popular.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

GEIFUS, F. **80 Herramientas para el desarrollo participativo.** El Salvador: Prochamate/IICA, 1997.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

GRAMSCI, A. **A Concepção dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1978a.

GRAMSCI, A. **Literatura e Vida Nacional.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1978b.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 2 ed., 1978c.

GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Angela Antonia; SIMON, Elias José; SOUZA, Fernando G. de Andrade e; PINHEIRO, Flávio Abranches; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ANUTNIASSI, Maria Helena Rocha; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Perreira. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa, estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo, Editora Hucitec, 1981.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi- Prensa, 2000.

HARWOOD, R. R. **Small farm development – understanding and improving farming systems in the humid tropics**. Boulder: Westview Press, 1979.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993.

MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 3, p. 3-43, 1990.

MARTINS, Adalberto Martins. **Agroecologia: modelo que une alimentos saudáveis e luta por Reforma Agrária**. Revista Sem Terra: edição especial Agroecologia, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo, Ed. Pioneira, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

MAZALLA NETO, W.; LOPES, C.C.; OLIVEIRA, J.T.A. **O residência agrária no assentamento Sepé Tiarajú – Ribeirão Preto (SP): a perspectiva da agroecologia**. In: MOLINA, M.C.; ESMERALDO, G.G.S.L.; NEUMANN, P.S.; BERGAMASCO, S.M.P.P. (Org.). Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária. 1 ed. Brasília: MDA, 2009, p. 330-344.

MAZALLA NETO, Wilon. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**. 2009. Wilon Mazalla Neto. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola, Área de Concentração Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MDA, Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O poder da Ideologia**. São Paulo, Boitempo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 9ª Edição. Petrópolis: Ed.Vozes, 1998.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Disponível em <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> . Acesso em 03/01/2007.

NORGAARD, R. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989Aurora da humanidade

NOVAES, Henrique Tahan. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina : habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas**. 2010. 311f.. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 1999.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. **MST: Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980**. 2013. 180f.. Tese (Doutorado em Educação, Área de Concentração: Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RODRIGUES, Tessa P. P. P.; SPINELLI, Lucas G; MAZALLA NETO, Wilson. **Espaços de organização da produção como práticas de educação popular**. Revista Coletiva II: sistematizações sobre a prática autogestionária. Organizado por Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Campinas, 2013.

SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3.ed., São Paulo, Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Bases sociológicas de la agroecología**. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. (texto para conferencia). Botucatu, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **De la Sociología Rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria editorial, s.a.2000a.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz-Bolivia, Plural Editores, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.2, n.1 p.35-45, jan./mar. 2000b.

SILVA, Priscilla Gomes da. **A incorporação da Agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática**. 2011. 177f.. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. **Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 2, n.2, 2001.

SOUZA ESQUERDO, Vanilde Ferreira; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa P; **Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas**, 01/2013, Interciencia (Caracas), Vol. 38, pp.563-569, CARACAS, VENEZUELA, 2013.

STÉDILE M. J.P; GORGEN, F. S. . **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STÉDILE, João Pedro. **A Agroecologia e os movimentos sociais do campo** In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org). Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

TARDIN, José Maria. **Brasil não tem política para agroecologia**. MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, 06 de junho de 2006. Disponível em: <<http://http://www.mst.org.br/node/1863>>. Acesso em: 03 outubro 2013. Entrevista concedida à Rodrigo Ponce e Solange Engelmann e publicada no site do MST.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**.10<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMAS, Hernán; FRESSOLI, Mariano. **En busqueda de una metodología para investigar Tecnologías Sociales**. In: Dagnino, Renato Peixoto. (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Brasília: Companhia de Comunicação, 2009.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Jacarta: 5 Anos de Agroecologia em La Vía Campesina**. Via Campesina, Jakarta, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade.** In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de galinhas, 2010.

\_\_\_\_\_. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: **Para pensar outra agricultura.** FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 29-49.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo fundo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2011.





## **ANEXOS**



## Anexo 1



### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e no art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003,

#### **DECRETA:**

Art. 1<sup>a</sup> Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Parágrafo único. A PNAPO será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

Art. 2<sup>a</sup> Para fins deste Decreto, entende-se por:

I - produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da [Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006](#), que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente;

II - sistema orgânico de produção - aquele estabelecido pelo [art. 1<sup>a</sup> da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003](#), e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos;

III - produção de base agroecológica - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a [Lei nº 10.831, de 2003](#), e sua regulamentação; e

IV - transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.

Art. 3<sup>a</sup> São diretrizes da PNAPO:

I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de

métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da [Lei nº 11.326, de 2006](#);

V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e

VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Art. 4º São instrumentos da PNAPO, sem prejuízo de outros a serem constituídos:

I - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO;

II - crédito rural e demais mecanismos de financiamento;

III - seguro agrícola e de renda;

IV - preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;

V - compras governamentais;

VI - medidas fiscais e tributárias;

VII - pesquisa e inovação científica e tecnológica;

VIII - assistência técnica e extensão rural;

IX - formação profissional e educação;

X - mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica; e

XI - sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

Art. 5º O PLANAPO terá como conteúdo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - diagnóstico;

II - estratégias e objetivos;

III - programas, projetos, ações;

IV - indicadores, metas e prazos; e

V - modelo de gestão do Plano.

Parágrafo único. O PLANAPO será implementado por meio das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dele participem com programas e ações.

Art. 6º São instâncias de gestão da PNAPO:

I - a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO; e

II - a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO.

Art. 7ª Compete à CNAPO:

I - promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO;

II - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO;

III - propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do PLANAPO ao Poder Executivo federal;

IV - acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e

V - promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da PNAPO e do PLANAPO.

Art. 8ª A CNAPO terá a seguinte composição paritária:

I - quatorze representantes dos seguintes órgãos e entidades do Poder Executivo federal:

a) um da Secretaria-Geral da Presidência da República;

b) três do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sendo um da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e um da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

c) dois do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo um do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

d) dois do Ministério da Saúde, sendo um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

e) dois do Ministério da Educação, sendo um do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

f) um do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação;

g) um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

h) um do Ministério do Meio Ambiente; e

i) um do Ministério da Pesca e Aquicultura; e

II - quatorze representantes de entidades da sociedade civil.

§ 1ª Cada membro titular da CNAPO terá um suplente.

§ 2ª Os representantes do governo federal na CNAPO serão indicados pelos titulares dos órgãos previstos no inciso I do **caput** e designados em ato do Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 3ª Ato conjunto dos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Secretaria Geral da Presidência da República disporá sobre o funcionamento da CNAPO, sobre os critérios para definição dos representantes das entidades da sociedade civil e sobre a forma de sua designação.

§ 4ª O mandato dos membros representantes de entidades da sociedade civil na CNAPO terá duração de dois anos.

§ 5º A Secretaria-Geral da Presidência da República exercerá a função de Secretaria-Executiva da CNAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

§ 6º Poderão participar das reuniões da CNAPO, a convite de sua Secretaria-Executiva, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exerçam atividades relacionadas à agroecologia e produção orgânica.

Art. 9º Compete à CIAPO:

I - elaborar proposta do PLANAPO, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto;

II - articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO;

III - interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO; e

IV - apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.

Art. 10. A CIAPO será composta por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Agrário, que a coordenará;

II - Secretaria-Geral da Presidência da República;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - Ministério do Meio Ambiente;

VI - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

VII - Ministério da Educação;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e

X - Ministério da Pesca e Aquicultura.

§ 1º Os membros da CIAPO serão indicados pelos titulares dos órgãos e designados em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

§ 2º Poderão participar das reuniões da CIAPO, a convite de sua coordenação, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exercem atividades relacionadas à agroecologia e produção orgânica.

§ 3º O Ministério do Desenvolvimento Agrário exercerá a função de Secretaria-Executiva da CIAPO e providenciará suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento.

Art. 11. A participação nas instâncias de gestão da PNAPO será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12. O Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, aprovado pelo [Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4ª .....

§ 2ª Ficam dispensados de inscrição no RENAME aqueles que atendam aos requisitos de que tratam o **caput** e o § 2ª do art. 3ª da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca e comercialização entre si, ainda que situados em diferentes unidades da federação.

§ 3ª A dispensa de que trata o § 2ª ocorrerá também quando a distribuição, troca, comercialização e multiplicação de sementes ou mudas for efetuada por associações e cooperativas de agricultores familiares, conforme definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde que sua produção seja proveniente exclusivamente do público beneficiário de que trata a Lei nº 11.326, de 2006, e seus regulamentos.

.....". (NR)

Art. 13. O [Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 33.](#) O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento organizará, junto à Coordenação de Agroecologia, a Subcomissão Temática de Produção Orgânica - STPOrg da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO e, junto a cada Superintendência Federal de Agricultura, Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação - CPOrg-UF, para auxiliar nas ações necessárias ao desenvolvimento da produção orgânica, com base na integração entre os agentes da rede de produção orgânica do setor público e do privado, e na participação da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas.

§ 1ª As Comissões serão compostas de forma paritária por membros do setor público e da sociedade civil de reconhecida atuação no âmbito da produção orgânica.

§ 2ª O número mínimo e máximo de participantes que compõem as Comissões observará as diferentes realidades existentes nas unidades federativas.

§ 3ª A composição da STPOrg garantirá a presença de, no mínimo, um representante do setor privado de cada região geográfica.

§ 4ª Os membros do setor público nas CPOrg-UF representarão, sempre que possível, diferentes segmentos, como assistência técnica, pesquisa, ensino, fomento e fiscalização.

§ 5ª Os membros do setor privado nas CPOrg-UF representarão, sempre que possível, diferentes segmentos, como produção, processamento, comercialização, assistência técnica, avaliação da conformidade, ensino, produção de insumos, mobilização social e defesa do consumidor." (NR)

"Art. 34. ....

[VI](#)- orientar e sugerir atividades a serem desenvolvidas pelas CPOrg-UF; e

VII - subsidiar a CNAPO e a Câmara Intergovernamental de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO na formulação e gestão da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO."(NR)

"Art. 35. ....

.....  
VII - emitir parecer sobre pedidos de credenciamento de organismos de avaliação da conformidade orgânica; e

VIII - subsidiar a CNAPO e a CIAPO na formulação e gestão da PNAPO e do PLANAPO." (NR)

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de agosto de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
*Mendes Ribeiro Filho*  
*Tereza Campello*  
*Izabella Mônica Vieira Teixeira*  
*Gilberto José Spier Vargas*  
*Gilberto Carvalho*

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.8.2012 e retificado em 22.8.2012**



## ANEXO 2



## Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST - 2000

8 de julho de 2009

1. Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária
2. Construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. Ajudar a construir e fortalecer os demais movimentos sociais existentes no campo, especialmente o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores).
3. Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro.
  - > Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc..
  - > Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo.
  - > Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.
4. Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social.
5. Resgatar e implementar em nossas linhas políticas e em todas atividades do MST e na sociedade, a questão de gênero.
6. Planejar e executar ações de generosidade e solidariedade com a sociedade desenvolvendo novos valores e elevando a consciência política dos trabalhadores Sem Terra.
  - > Organizar calendários para as atividades solidárias.
  - > Implementar ações de solidariedade com trabalhadores de outros países (de todo mundo).
  - > Desenvolver ações de solidariedade com crianças abandonadas.
  - > Organizar viveiros de mudas para distribuir nas cidades.
  - > Transformar a prática da solidariedade como uma forma permanente de nossas atividades.
  - > Desenvolver na nossa base e na sociedade ações políticas contra a repressão política, que atinge militantes e organizações sociais.
7. Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular.
  - > Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas.
  - > Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora.
  - > Apoiar os movimentos de luta pela moradia.
  - > Organizar acampamentos.
8. Desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais a seu serviço como: o FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), BIRD (Banco Mundial) e a ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). E lutar pelo não pagamento da dívida externa.

- > Lutar contra as privatizações das empresas brasileiras.
  - > Defender a cultura brasileira frente as agressões culturais imperialistas.
9. Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil.
10. Resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia. Transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte também da reforma agrária.
- > Articular-se com os demais setores sociais para desenvolver esse trabalho, e intensificar o debate na nossa base e escolas de assentamentos.
  - > Desenvolver e participar de campanhas nacionais em torno destas questões.
  - > Desenvolver campanha de preservação do meio ambiente em todos assentamentos.
  - > Promover o desenvolvimento de políticas específicas a situação do cerrado e do semi-árido.
11. Continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária.
12. Preparar desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano. (tendo como referência dia 17 de abril).

### **Linhas políticas**

## ANEXO 3



# Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST - 2007

8 de julho de 2009

## CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, estivemos reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas.

Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.
7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.
8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.
9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.
10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.
11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de

agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.

15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.

16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados.

18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.

**REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!**

**Linhas políticas**